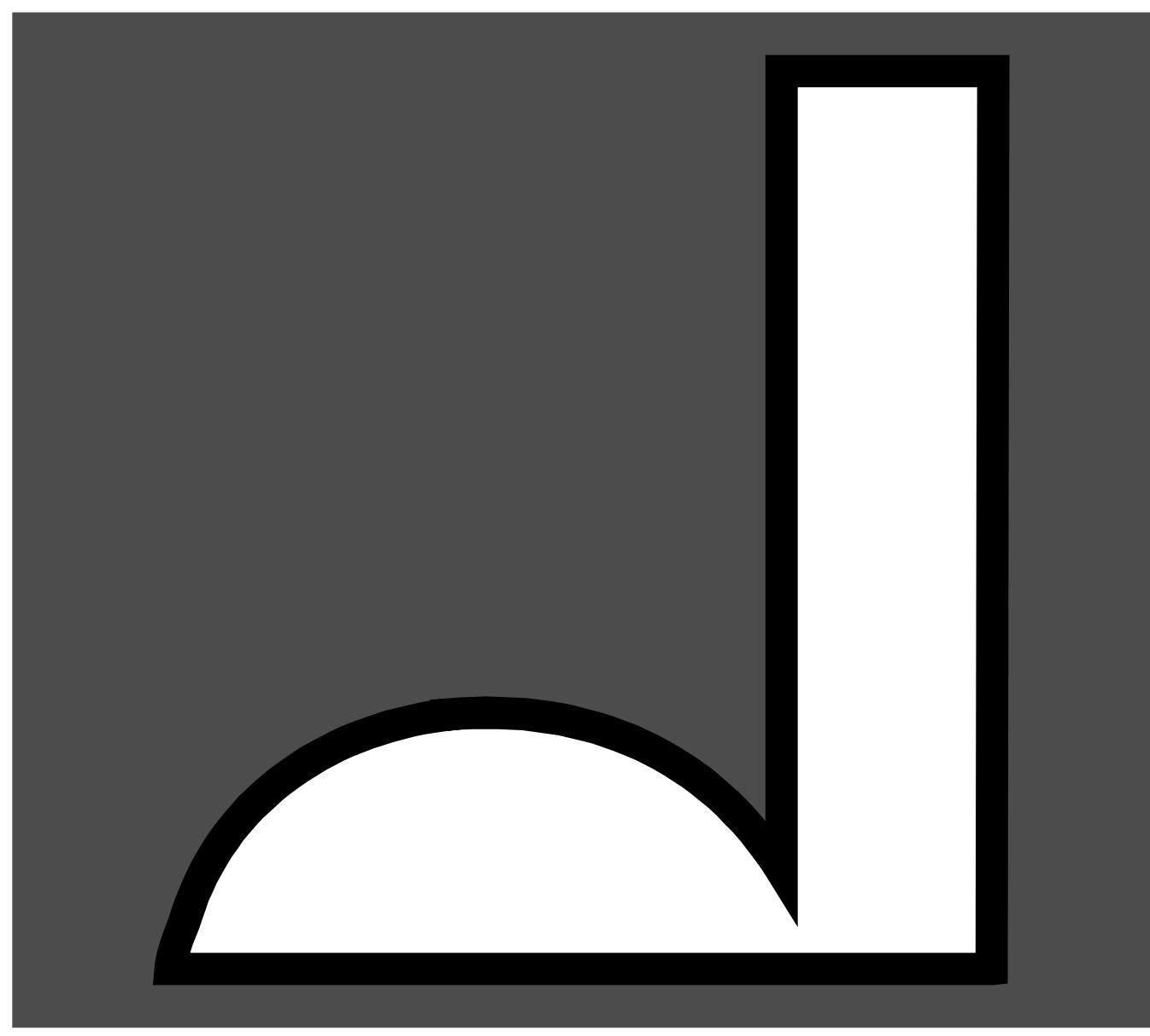




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LVII – N° 122 – QUARTA-FEIRA, 30 DE OUTUBRO DE 2002 – BRASÍLIA - DF

MESA		
Presidente ⁽³⁾ Ramez Tebet – PMDB – MS 1º Vice-Presidente Edison Lobão – PFL – MA 2º Vice-Presidente Antonio Carlos Valadares – PSB – SE 1º Secretário Carlos Wilson – PTB – PE 2º Secretário Antero Paes de Barros – PSDB – MT	3º Secretário ⁽⁶⁾ Ronaldo Cunha Lima – PSDB – PB 4º Secretário Mozarildo Cavalcanti – PFL – RR Suplentes de Secretário 1º Alberto Silva – PMDB – PI 2º Marluce Pinto – PMDB – RR 3º Maria do Carmo Alves – PFL – SE 4º Vago ⁽⁵⁾ – PSDB – RJ	
CORREGEDORIA PARLAMENTAR Corregedor ⁽¹⁾ Romeu Tuma – PFL – SP Corregedores Substitutos ⁽¹⁾ Vago ⁽⁴⁾ Vago Lúcio Alcântara – PSDB – CE	PROCURADORIA PARLAMENTAR Procuradores ⁽²⁾ Juvêncio da Fonseca – PMDB – MS Gerson Camata – PMDB – ES Bernardo Cabral – PFL – AM Eduardo Siqueira Campos – PSBD – TO Jefferson Péres – Bloco Oposição – AM	
LIDERANÇAS		
LIDERANÇA DO GOVERNO Líder Artur da Távola Vice-Líder Romero Jucá Eduardo Siqueira Campos Luiz Otávio LIDERANÇA DO PMDB – 23 Líder Renan Calheiros Vice-Líderes Nabor Júnior Gilberto Mestrinho Juvêncio da Fonseca Gilvam Borges Marluce Pinto Amir Lando Alberto Silva Vago	LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR PSDB/PPB – 16 Líder Geraldo Melo Vice-Líderes Vago Romero Jucá Vago Freitas Neto Vago LIDERANÇA DO PFL – 18 Líder José Agripino Vice-Líderes Francelino Pereira Romeu Tuma Leomar Quintanilha Moreira Mendes Maria do Carmo Alves Bello Parga LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DE OPOSIÇÃO (PT/PPS) – 10 Líder Eduardo Suplicy Vice-Líderes Emilia Fernandes Tião Viana Roberto Freire	LIDERANÇA DO PDT – 5 Líder Sebastião Rocha Vice-Líder Álvaro Dias LIDERANÇA DO PTB – 5 Líder Carlos Patrocínio Vice-Líder Arlindo Porto LIDERANÇA DO PSB – 3 Líder Ademir Andrade Vice-Líder Paulo Hartung LIDERANÇA DO PL – 1 Líder José Alencar

(1) Reeleitos em 2/04/1997

(2) Designação: 27/06/2001

(3) Eleito em 20/09/2001

(4) Em virtude da eleição do Senador Ramez Tebet à Presidência do Senado Federal

(5) O Senador Nilo Teixeira Campos deixa o exercício do mandato em 25/09/2001, em virtude da reassunção do titular

(6) Filiou-se ao PSDB, em 28/09/2001

EXPEDIENTE		
Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Edição e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Márcia Maria Corrêa de Azevedo Diretora da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia	

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 117^a SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 29 DE OUTUBRO DE 2002

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Leitura de projeto

Projeto de Resolução nº 67, de 2002, de autoria do Senador Arlindo Porto, que dá o nome de *Edifício Senador Juscelino Kubitschek* ao Anexo I do Senado Federal. Às Comissões de Educação e Diretora.

18665

1.2.2 – Leitura de requerimento

Nº 514, de 2002, de autoria do Senador Carlos Wilson, solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda as informações que menciona. À Mesa para decisão.

18666

1.2.3 – Comunicações da Presidência

Recebimento do Aviso nº 721, de 2002, do Ministro da Fazenda, encaminhando o relatório com as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquela Pasta, no mês de setembro do corrente ano (Anexado ao processado do Aviso nº 20, de 2002). À Comissão de Assuntos Econômicos.

18666

Recebimento do Aviso nº 111, de 2002-CN (nº 3.001/2002, na origem), do Tribunal de Contas da União, que encaminha ao Congresso Nacional cópia da Decisão nº 1.390, de 2002-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a irregularidades na execução de contratos firmados entre a IKAL e órgãos da Administração Pública na construção da Barragem de Ingazeira – PE. (TC nº 006.457/1999-1). À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

18666

Recebimento do Aviso nº 112 de 2002-CN (nº 3.007/2002, na origem), do Tribunal de Contas da União, que encaminha ao Congresso Nacional cópia da Decisão nº 1.385, de 2002-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente à auditoria realizada nas obras de reforma e ampliação da Superintendência Regional no Distrito Federal do Departamento de

Polícia Federal – DPF. (TC nº 004.821/2001-0). À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

18666

Recebimento do Aviso nº 3.003/2002, na origem, do Tribunal de Contas da União, que encaminha ao Congresso Nacional cópia da Decisão nº 1.373, de 2002 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente à auditoria nas obras de construção da BR-070/GO, no trecho conhecido como Corredor Araguaia-Tocantins, interligando as fronteiras de Goiás com o Distrito Federal e com o Mato Grosso, na altura de Aragarças/GO. (TC nº 003.649/2001-6). (Anexado ao processado do Aviso nº 88, de 2002 – CN). À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

18666

Recebimento do Aviso nº 3.005/2002, na origem, do Tribunal de Contas da União, que encaminha ao Congresso Nacional cópia da Decisão nº 1.386, de 2002 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente à inspeção realizada pela Secex/BA, nas obras de construção do Metrô de Salvador – Metrosal, trecho Lapa – Pirajá (TC nº 015.175/2002-0), em cumprimento ao disposto no art. 2º do Decreto Legislativo nº 32, de 2002 – CN. (Anexado ao processado do Decreto Legislativo nº 32, de 2002-CN). À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

18666

1.2.4 – Discursos do Expediente

SENADOR MAURO MIRANDA – Reflexão sobre as eleições e o amadurecimento político do Brasil.

18667

SENADOR MAGUITO VILELA – Apoio ao governo de Luiz Inácio Lula da Silva . Satisfação diante do anúncio da criação da Secretaria de Emergência Social.

18668

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Realização, neste momento, de Audiência Pública na Comissão de Orçamento com o Secretário do Tesouro Nacional, Eduardo Guardia, e com o Presidente do Banco Central, Armínio Fraga.

18670

1.2.5 – Suspensão da sessão em virtude da presença, no Senado Federal, do Presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva

1.2.6 – Discurso do Expediente (Continuação)

SENADOR CHICO SARTORI – Defesa de regulamentação da divulgação de pesquisas eleitorais....

18671

tuição de membro na Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 39, de 2002.

18676

Nº 895/2002, de 29 de corrente, da Liderança do PFL na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.....

18677

1.2.10 – Comunicações da Presidência

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 75, em 24 de outubro de 2002 e publicada no dia 25 do mesmo mês e ano, que altera a Legislação Tributária Federal, e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria.....

18677

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 76, em 25 de outubro de 2002 e publicada no dia 28 do mesmo mês e ano, que dispõe sobre a instituição de equipe de transição pelo candidato eleito para o cargo de Presidente da República, cria cargos em comissão, e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria.....

18678

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 77, em 25 de outubro de 2002 e publicada no dia 28 do mesmo mês e ano, que altera as Leis nºs 10.464, de 24 de maio de 2002, 10.177, de 12 de janeiro de 2001, e 10.437, de 25 de abril de 2002, autoriza a concessão de crédito, com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, para aquisição dos títulos do Tesouro Nacional necessários à contratação de operação na forma da Resolução nº 2.471, de 26 de fevereiro de 1998, do Conselho Monetário Nacional, relacionada com dívidas contraídas com recursos de outras fontes, dispõe sobre reconversão de atividades de mutuários com dívidas juntos a bancos oficiais federais, e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria.....

18679

1.3 – ORDEM DO DIA

Item 1

Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 449, de 1999, de autoria do Senador Lúcio Alcântara, que altera o art. 43 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro, que altera os artigos 52, 225 e 231 da Constituição Federal (incluir na competência do Senado Federal a apreciação do processo de demarcação de terras indígenas). **Votação adiada** para 12 de dezembro próximo, nos termos do Requerimento nº 515, de 2002.

18680

Item 2

Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Mo-

Requerimentos de Licenças nºs 510 e 511, de 2002, do Senador Gerson Camata, aprovados pela Mesa em reunião realizada no dia 9 do corrente, e ora submetidos ao Plenário. **Aprovada a decisão da Mesa.**

18673

Requerimento nº 506, de 2002, do Senador Pedro Simon e outros Senadores, lido em sessão anterior, solicitando a realização de Sessão Especial do Senado Federal destinada a homenagear o Dr. Ulysses Guimarães, pelo transcurso do décimo ano de seu falecimento, completado no último dia 12. **Aprovado.**

18673

Requerimento nº 513, de 2002, do Senador Eduardo Suplicy e outros Senadores, lido em sessão anterior, solicitando que a Hora do Expediente da sessão do dia 19 de novembro vindouro seja destinada a homenagear a memória do Dr. Prudente de Moraes, primeiro Presidente Civil da República, em face do transcurso do centenário de seu falecimento. **Aprovado.**

18673

1.2.8 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 238, de 2002, de autoria do Senador Romero Jucá, que altera os arts. 185 e 792 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), acrescentando-lhe, ainda, o art. 217-A, para dispor sobre a realização de interrogatório a distância e a utilização de meios de presença virtual do réu preso nas audiências de inquirição de testemunhas. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.....

18673

Projeto de Lei do Senado nº 239, de 2002, de autoria do Senador Gerson Camata, que altera a Relação Descritiva das Rodovias do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, para inclusão de rodovia de ligação entre as rodovias BR-482 e BR-262, no Estado do Espírito Santo. À Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, em decisão terminativa.....

18675

1.2.9 – Ofícios

Nºs 503, 506, 507 e 534/2002, de 9 e 22 do corrente, da Liderança do PPB na Câmara dos Deputados, de substituição de membros nas Comissões Mistas destinadas a apreciar as Medidas Provisórias nºs 42, 52, 61 e 69, de 2002, respectivamente.....

18676

Nº 1.036/2002, de 29 do corrente, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados, de substi-

zarildo Cavalcanti, que altera os artigos 52, 225 e 231 da Constituição Federal (inclui na competência do Senado Federal a apreciação do processo de demarcação de terras indígenas) (Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno). **Discussão adiada** para 12 de dezembro próximo, nos termos do Requerimento nº 516, de 2002.

Item 3

Projeto de Lei da Câmara nº 17, de 2002 (nº 259/99, na Casa de origem), que dispõe sobre a obrigatoriedade da inclusão, no currículo oficial da Rede de Ensino, da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” e dá outras providências. **Aprovado.** À Comissão Diretora para redação final.....

Item 4

Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2002 (nº 2.989/2000, na Casa de origem), que denomina “Avenida Engenheiro Emiliano Macieira” o trecho da BR 135 compreendido entre o quilômetro zero e a Ponte da Estiva, localizado no Município de São Luís, Estado do Maranhão. **Aprovado.** À sanção.....

1.3.1 – Prestação do compromisso regimental e posse do Senhor Luiz Osvaldo Pastore (Primeiro Suplente do Senador Gerson Camata, da representação do Estado do Espírito Santo)

1.3.2 – Comunicação

Do Senador Luiz Pastore, referente a sua filiação partidária e nome parlamentar. À publicação.

1.3.3 – Pronunciamento

SENADOR LUIZ PASTORE – Discurso de posse no Senado Federal.....

1.3.4 – Comunicação da Presidência

Ponto facultativo na Secretaria do Senado Federal no dia 1º de novembro próximo, que antecede o Dia de Finados, feriado nacional.....

1.3.5 – Ordem do Dia (Continuação)

Item 5

Projeto de Decreto Legislativo nº 74, de 2002 (nº 1.197/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Fundação Cultural Saúde de Campos a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro. **Aprovado.** À promulgação.....

Item 6

Projeto de Decreto Legislativo nº 76, de 2002 (nº 1.233/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária para o Desenvolvimento de Santa Luzia – ARCSL a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Luzia, Estado da Paraíba. **Aprovado.** À promulgação.....

Item 7

Projeto de Decreto Legislativo nº 79, de 2002 (nº 1.034/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza o Grêmio do Projeto Cul-

tural e Criativo Alternativa a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Capivari, Estado de São Paulo. **Aprovado.** À promulgação.

Item 8

Projeto de Decreto Legislativo nº 106, de 2002 (nº 1.111/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária para o Desenvolvimento de Tabapuã a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade Tabapuã, Estado de São Paulo. **Aprovado.** À promulgação.....

Item 9

Projeto de Decreto Legislativo nº 108, de 2002 (nº 922/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Joviânia a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Joviânia, Estado de Goiás. **Aprovado.** À promulgação.....

Item 10

Projeto de Decreto Legislativo nº 109, de 2002 (nº 967/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação de Cachoeira Alta-GO – ACCCA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cachoeira Alta, Estado de Goiás. **Aprovado.** À promulgação.....

Item 11

Projeto de Decreto Legislativo nº 119, de 2002 (nº 1.057/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente e Cultural de Radiodifusão Comunitária Simões Filho FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Simões Filho, Estado da Bahia. **Aprovado.** À promulgação.....

Item 12

Projeto de Decreto Legislativo nº 141, de 2002 (nº 1.213/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Amparo Social, Comunicação e Cultura de Aracatu a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aracatu, Estado da Bahia. **Aprovado.** À promulgação.....

Item 13

Projeto de Decreto Legislativo nº 143, de 2002 (nº 1.216/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Rádio FM de Nova Olímpia a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Olímpia, Estado de Mato Grosso. **Aprovado.** À promulgação.....

Item 14

Proposta de Emenda à Constituição nº 11, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Mauro Miranda, que altera a redação do § 2º do art. 201 da Constituição Federal, para dispor sobre o va-

18685

18685

18686

18686

18687

18687

18688

lor mensal máximo dos benefícios do regime geral de previdência social (Primeira sessão de discussão, em primeiro turno). **Discussão adiada** para 11 de dezembro próximo, nos termos do Requerimento nº 517, de 2002.

1.3.6 – Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR NEY SUASSUNA – Importância da visita ao Congresso Nacional do candidato eleito à Presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva. Defesa da execução das ações judiciais federais ganhas pela União e ainda não pagas em virtude da falta de aparelhamento e morosidade da Justiça.

SENADORA EMILIA FERNANDES – Esperança do povo brasileiro com a vitória do presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva. Satisfação pela priorização da área social e do combate à fome, conforme anunciado pelo novo Governo.

1.3.7 – Leitura de requerimento

Requerimento nº 518, de 2002, de autoria do Senador Maguito Vilela, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do empresário goiano Manuel da Cunha Rego Madruga. *A Presidência encaminhará os votos de condolências à família.....*

1.3.8 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR VALMIR AMARAL – Importância do Conselho Nacional do Esporte (CNE) para o desenvolvimento do esporte.....

SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA – Considerações sobre o Programa Uma Biblioteca Em Cada Município, do Ministério da Cultura, e sobre o programa Literatura Em Minha Casa, do Programa Nacional Biblioteca da Escola.

18688

SENADOR LUIZ OTÁVIO – Necessidade do aproveitamento comercial e ecológico do dendê..... 18695

1.3.9 – Comunicação da Presidência

Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, às 14 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia anteriormente designada. 18696

1.4 – ENCERRAMENTO

2 – EMENDAS

Nºs 1 e 2, apresentadas à Medida Provisória nº 56, de 2002. 18698

3 – ATO DA COMISSÃO DIRETORA

Nº 25, de 2002. 18703

4 – PORTARIA DO DIRETOR-GERAL

Nº 129, de 2002. 18703

5 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 1.154 a 1.173, de 2002. 18704

6 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 51ª LEGISLATURA

7 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

8 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

9 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

10 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

11 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

12 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

13 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)

18693

18693

18694

Ata da 117ª Sessão Deliberativa Ordinária em 29 de outubro de 2002

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

Presidência dos Srs. Ramez Tebet, Antonio Carlos Valadares e Carlos Wilson

**ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE
PRESENTES OS SRS. SENADORES:**

Amir Lando – Antero Paes de Barros – Antonio Carlos Júnior – Antônio Carlos Valadares – Arlindo Porto – Artur da Tavola – Bello Parga – Benício Sampaio – Bernardo Cabral – Carlos Bezerra – Carlos Patrocínio – Carlos Wilson – Casildo Maldaner – Chico Sartori – Eduardo Siqueira Campos – Emilia Fernandes – Fernando Ribeiro – Francelino Pereira – Freitas Neto – Geraldo Althoff – Geraldo Cândido – Geraldo Melo – Gerson Camata – Gilberto Mestrinho – Gilvam Borges – Iris Rezende – Jefferson Peres – João Alberto Souza – Jonas Pinheiro – Jorge Bornhausen – José Agripino – José Alencar – José Eduardo Dutra – José Fogaça – José Jorge – José Sarney – Juvêncio da Fonseca – Leomar Quintanilha – Lindberg Cury – Lúcio Alcântara – Lúdio Coelho – Luiz Otávio – Luiz Pontes – Maguito Vilela – Marina Silva – Mauro Miranda – Moreira Mendes – Nabor Júnior – Ney Suassuna – Osmar Dias – Paulo Hartung – Paulo Souto – Pedro Simon – Ramez Tebet – Renan Calheiros – Ricardo Santos – Roberto Freire – Roberto Saturnino – Romero Jucá – Romeu Tuma – Ronaldo Cunha Lima – Sérgio Machado – Tião Viana – Waldeck Ornelas.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – A lista de presença acusa o comparecimento de 64 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Sobre a mesa, projeto de resolução que será lido pelo Sr. 1º Secretário Senador Carlos Wilson.

É lido o seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 67, DE 2002

Dá o nome de Edifício Senador Juscelino Kubitschek ao Anexo I do Senado Federal.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º Passa a ser denominado Edifício Senador Juscelino Kubitschek o Anexo I do Senado Federal.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Comemora-se, neste ano de 2002, em todo o Brasil e, particularmente, em Brasília, o centenário de Juscelino Kubitschek de Oliveira. Muitos têm sido os eventos e as homenagens destinados a registrar o reconhecimento de todos os brasileiros à figura ímpar do ilustre político mineiro.

Dotado de notável visão, fundada em sólida e vasta cultura humanística, JK iniciou sua carreira política em 1933, em seu Estado natal. Deputado Federal em duas legislaturas, Senador, Prefeito de Belo Horizonte, Governador de Minas Gerais e, por fim, em 1956, Presidente da República, Juscelino construiu, ao longo dessa trajetória, uma carreira de habilidoso administrador e abriu espaço para aquela que viria a ser sua obra máxima: a construção e a mudança da Capital brasileira.

A partir do seu famoso slogan de campanha — Cinquenta anos em cinco — Juscelino Kubitschek elaborou um audacioso Programa de Metas, destemidamente cumprido em seu mandato presidencial. A partir dos chamados anos JK, o Brasil deu um grande impulso em direção à modernização, por intermédio, principalmente, do desenvolvimento do seu parque industrial e a sistematização da administração pública.

A arrojada liderança e o gosto pelo novo já haviam sido demonstrados por Juscelino por ocasião de seu mandato como Prefeito de Belo Horizonte, quando acrescentou, à cidade planejada, o então controvertido conjunto arquitetônico da Pampulha, obra do genial Niemeyer. Anos depois, o mesmo Oscar Niemeyer, com Lúcio Costa e sob a mesma liderança audaz do Presidente JK, conceberia Brasília, cidade construída a partir de uma proposta modernista, reconhecida pela Unesco, em 1987, como Patrimônio Cultural da Humanidade.

Nada mais pertinente, portanto, que o Senado Federal se incorpore às homenagens prestadas ao cente-

nário de Juscelino Kubitschek, atribuindo seu ilustre nome ao Edifício do Anexo I, autêntico cartão-postal da Praça dos Três Poderes, uma das marcantes imagens que consolidaram, mundo afora, a feição única da nossa Capital.

Com o gesto, registramos, ainda, de forma indelével, o reconhecimento pela vocação democrática de JK, seu respeito pelo Congresso Nacional e por tudo o que ele representa.

Nesse sentido, tendo em vista o seu elevado propósito, encarecemos o acolhimento deste Projeto de Resolução pelos ilustres Pares.

Sala das Sessões, 29 de outubro de 2002. – Senador **Arlindo Porto**.

(Às Comissões de Educação e Comissão Diretora.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares)

– O projeto será despachado às Comissões competentes.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário Senador Carlos Wilson.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 514, DE 2002

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que seja solicitado ao Sr. Ministro de Estado da Fazenda, informações sobre o total dos recursos financeiros liberados mensalmente no âmbito do Programa de Geração de Emprego e Renda (PROGER), pelos agentes financeiros do mencionado Programa, Banco do Brasil, Banco do Nordeste e Caixa Econômica Federal, nas regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre, desde a criação do Programa, até a última informação disponível.

Sala das Sessões, 20 de outubro de 2002. – Carlos Wilson.

(A Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares)

– O requerimento lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do inciso III do art. 216 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares)

– A Presidência recebeu o **Aviso nº 721, de 2002**, do Ministro da Fazenda, encaminhando, nos termos do disposto no art. 41 da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, o relatório com as características das opera-

ções de crédito analisadas no âmbito daquela Pasta, no mês de setembro do corrente ano.

O expediente, anexado ao processado do Aviso nº 20, de 2002, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares)

– A Presidência recebeu os seguintes Avisos do Tribunal de Contas da União:

– **Aviso nº 111, de 2002-CN** (nº 3.001-SGS-TCU/2002, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional cópia da Decisão nº 1.390, de 2002-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a irregularidades na execução de contratos firmados entre a IKAL e órgãos da Administração Pública na construção da Barragem de Ingazeira – PE.. (TC nº 006.457/1999-1); e

– **Aviso nº 112, de 2002-CN** (nº 3.003-SGS-TCU/2002, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional cópia da Decisão nº 1.373, de 2002-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente à auditoria nas obras de construção da BR-070/GO, no trecho conhecido como Corredor Araguaia-Tocantins, interligando as fronteiras de Goiás com o Distrito Federal e com o Mato Grosso, na altura de Aragarças/GO. (TC nº 003.649/2001-6).

Os Avisos vão à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares)

– A Presidência recebeu o **Aviso nº 3.003-SGS-TCU/2002**, que encaminha ao Congresso Nacional cópia da Decisão nº 1.373, de 2002-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente à Auditoria nas obras de construção da BR-070/GO, no trecho conhecido como Corredor Araguaia-Tocantins, interligando as fronteiras de Goiás com o Distrito Federal e com o Mato Grosso, na altura de Aragarças/GO. (TC nº 003.649/2001-6)

O Aviso, anexado ao processado do Aviso nº 88, de 2002-CN, vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares)

– A Presidência recebeu o **Aviso nº 3.005-SGS-TCU/2002**, que encaminha ao Congresso Nacional cópia da Decisão nº 1.386, de 2002-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente à inspeção realizada pela Seccex/BA nas obras de construção do Metrô de Salvador – Metrosal, trecho Lapa-Pirajá (TC nº 015.175/2002.0), em cumprimento ao disposto no art. 2º do Decreto Legislativo nº 32, de 2002-CN.

O Aviso, anexado ao processado do Aviso nº 88, de 2002-CN, vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Mauro Miranda, por 20 minutos, de acordo com o Regimento Interno.

O SR. MAURO MIRANDA (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, creio que não há nenhum assunto melhor para tratar neste momento do que a eleição do Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva.

Primeiramente, quero saudar a democracia brasileira, que se consolida nessa eleição, mostrando o amadurecimento do nosso povo, a sua luta, o processo democrático em si, o bom funcionamento das urnas, o trabalho adequado da Justiça. A eleição, enfim, foi tranquila em todo o País, que elegeu, pela primeira vez, um operário, alguém que veio de uma família humilde do Nordeste, como retirante, para a cidade de São Paulo e conseguiu afirmar-se como Presidente da República. É uma grande conquista para nós, brasileiros, e um exemplo para todo o mundo essa ascensão de um operário, de uma pessoa da classe mais humilde à posição de Presidente da República.

Quero saudar, também, de forma muito incisiva, a grande luta do PT, um partido que começou há 22 anos, nascido das bases populares, e conseguiu, com muito conteúdo partidário e determinação, perseguir este grande objetivo de chegar à Presidência da República. Mais do que isso, o Partido dos Trabalhadores conseguiu arregimentar 60% da sociedade brasileira para o seu projeto de governar este País. Por isso, cumprimento o PT em todos os Estados brasileiros, por sua luta, seu trabalho; todos os operários e intelectuais que formaram esse Partido coerente, sério, determinado, com objetivos definidos, com fidelidade partidária, com uma gama de programas partidários, por chegarem hoje à glória de eleger o seu candidato à Presidência da República, encarnando o sentimento nacional.

Ao PT, nossos maiores elogios, nosso reconhecimento por seu trabalho. Hoje, ele não deixa de ser um grande exemplo para os outros partidos políticos, muitos dos quais se utilizam de fisiologismo, de acordos políticos, de barganhas, de acordos de cúpula. O PT perseguiu sua trajetória e conseguiu aglutinar a maioria do povo brasileiro em torno dessa grande vitória de Luiz Inácio Lula da Silva.

É importante, Sr. Presidente, ressaltar a pessoa de Lula, a sua maturidade em dois momentos: primeiro, quando da escolha de um grande coordenador para sua campanha eleitoral, o Deputado José Dirceu; segundo, quando da escolha para Vice-Presidente do Senador José Alencar, nosso colega, a fim de compor uma chapa que tranquilizasse todas as camadas sociais do Brasil. Foi uma grande costura política, de onde vieram o programa eleitoral e a equipe de trabalho durante a campanha. E nós, políticos brasileiros, sabemos que, quando a campanha é bem organizada e engendrada, refletirá, necessariamente, um governo também organizado e determinado.

Percebi isso durante a campanha, já no primeiro turno, quando tomei a posição de apoiá-lo como candidato à Presidência da República no meu Estado, Goiás, contrariando a determinação do PMDB nacional. Fui para as ruas a fim de declarar meu voto. Mais do que isso, fiz pronunciamentos e pedi o empenho da população no sentido de abraçar a candidatura Lula, como um reflexo do seu amadurecimento, dos seus pronunciamentos, do teor da sua campanha, das alianças que conseguiu construir e da presença do Senador José Alencar em sua chapa.

Ressalto ainda que, passado o processo eleitoral, Lula outra vez mostrou àqueles que não votaram nele o seu amadurecimento. Lula hoje é um grande líder nacional, nosso Presidente, eleito com cinqüenta e dois milhões de votos. Em seus primeiros pronunciamentos, Lula deu um recado ao mundo a respeito da tranquilidade nacional, um recado ao nosso mercado interno. Deu um alento às classes mais humildes e sofridas deste País ao anunciar a criação da Secretaria Nacional de Emergência Social, que prestará assistência aos mais necessitados. Tratou ainda de um ponto importante, a moradia, tema em cuja discussão esta Casa participou ativamente, bem como participou da votação do Estatuto da Cidade. Lula agora, em seu pronunciamento, dá o seu recado, com seriedade, procurando entrosamento com o Presidente Fernando Henrique Cardoso, dando mostra do amadurecimento da democracia brasileira.

Por isso, Sr. Presidente, ao saudar Lula, saúdo também o Presidente Fernando Henrique Cardoso que, adotando uma postura de estadista, criou a Comissão de Transição. Isso também reflete o amadurecimento da democracia brasileira e tranquiliza a todos nós. Dessa maneira o Brasil não pára, mas inicia, com muita esperança, um processo novo a partir do dia 1º de janeiro.

Houve declarações de todos os partidos, independentemente da coloração ideológica ou de postura política. Saúdo também os segmentos organizados deste País que se manifestaram, estimulando o governo de

Luiz Inácio Lula da Silva. Percebemos a tendência de que haja oposição ao governo, uma aliança de vários partidos nesta oposição, mas, com o desejo de contribuir com o povo e com o Presidente da República, com os que querem mudança neste País, com os que querem que seja dada preferência aos interesses nacionais, aos mais humildes, aos excluídos da sociedade. Saúdo os partidos políticos, o PSDB, o PFL e outros que não apoiam Lula no primeiro turno pelo desejo que manifestam de ter um bom convívio, pelo desejo de ajudar o Governo e a sociedade a resolver os grandes dramas sociais vividos pelo povo brasileiro ainda hoje.

São essas, Sr. Presidente, as minhas palavras, palavras de otimismo, palavras de fé, palavras de entusiasmo em relação a esse Brasil nosso de tantas potencialidades, de tantas riquezas, mas que precisa de tomar um caminho diferente, em caminho em direção aos brasileiros, tanto aqueles que moram nas grandes cidades, como aqueles que, morando no campo, cultivam o alimento para nós todos.

Por isso, Sr. Presidente, a vitória de Lula é a vitória da democracia brasileira. É a vitória do povo brasileiro. Tenho certeza, tenho fé de que será um bom começo para que o Brasil comece a trilhar um caminho de mais justiça social.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Comunico ao Plenário que, às 15h, estará visitando esta Casa, na Presidência do Senado Federal, o Presidente eleito do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva.

Concedo a palavra ao Senador Moreira Mendes.
(Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Maguito Vilela.

V. Ex^a dispõe de vinte minutos para o seu pronunciamento.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^a e Srs. Senadores, a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva representa, sem dúvida nenhuma, o início da construção de um Brasil novo. A vitória de Lula não foi apenas a vitória da esperança contra o medo, como bem disse o próprio Presidente eleito. Foi a vitória do povo brasileiro, que quer ver o País retomar o seu crescimento e discutir as políticas sociais no mesmo patamar de importância das políticas econômicas. E aí reside a grande virada que o Brasil deu no histórico 27 de outubro de 2002.

Em seu primeiro pronunciamento oficial, o Presidente eleito deu o tom: o primeiro ano de mandato terá o selo do combate à fome. E anunciou a criação de uma

Secretaria Nacional de Emergência Social, que irá cuidar dos programas de combate à miséria no País.

O simples fato de o Presidente eleito, em seu primeiro pronunciamento, ter dado a mesma ênfase à questão social que deu aos contratos econômicos, à estabilidade e à responsabilidade fiscal, é um sinal de que a mudança prometida vai chegar.

O Brasil passou os últimos oito anos discutindo economia, economia, economia. Alta do dólar, baixa nas bolsas, crises internacionais, câmbio. Enfim, nos últimos oito anos o Brasil só discutiu economia, e não parou um minuto sequer para debater soluções para a miséria que avançava, a violência que ameaçava a sociedade, a saúde que não chegava a quem precisa. A economia era uma obsessão, que não dava margens para mais nada. Resultado: o País parou de crescer e a dívida social brasileira foi multiplicada quase oitenta anos em oito.

Não dá para imaginar que um país vá manter eternamente a sua estabilidade sem crescimento. Tanto é que, devagar e sempre, a inflação vem mostrando a sua cara novamente. Nem tampouco dá para aceitar a hipótese de se ter estabilidade sem justiça social. Como comemorar inflação baixa, moeda forte, se falta o que comer para quase 30 milhões de irmãos nossos, brasileiros que passam fome?

O grande desafio do novo Governo, eleito com a maior votação popular de toda a história do Brasil e a segunda maior no mundo, é justamente casar estabilidade econômica com justiça social. Para isso, antes de tudo, será preciso algo muito importante: a vontade política. E isso o Presidente Lula deixou claro que possui, primeiro, na campanha e, agora, em seu primeiro pronunciamento oficial.

A criação da Secretaria de Emergência Social é um grande acerto. Aliás, ela virá, sem dúvida nenhuma, combater a fome e a miséria, medida que será muito eficiente no auxílio aos mais necessitados.

A Secretaria de Emergência Social começará a funcionar, segundo o Presidente eleito, em janeiro, com os recursos do Fundo de Combate à Pobreza, criado pelo Congresso Nacional. Cerca de cinco bilhões de reais serão aplicados, já em 2003, em programas como o vale-leite, o vale-alimentação e em medidas que favoreçam a produção de alimentos para o consumo popular.

Eu sempre disse que a fome e a miséria só podem ser combatidas com medidas concretas. Defendi essa tese com muita ênfase quando presidi, aqui no Congresso, a Comissão Mista que criou o Fundo de Combate à Pobreza. E vejo na iniciativa anunciada pelo Presidente eleito, Lula, e na ênfase com que ele vem tratando o assunto dessa vez, que o País vai olhar de verdade para

esse problema, implantando programas que irão minimizar o sofrimento dos milhões de indigentes espalhados por todas as regiões do Brasil.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, aproveito essa oportunidade para saudar, com muita alegria, a vitória de Lula e de seu vice, Senador José Alencar. A vitória de Lula é a vitória da perseverança, a vitória de quem sempre acreditou na mudança, apesar de tantas e tantas dificuldades.

É a vitória contra o preconceito idiota que foi suplantado; a vitória contra a desconfiança infundada que ficou para trás; a vitória do povo brasileiro, que, maduro e decidido, colocou no comando do País alguém que, se não tem diploma superior, tem o diploma que a vida lhe concedeu.

O diploma da experiência, de quem conhece o sofrimento dos brasileiros; o diploma da sensibilidade, de quem sabe a importância de se enfrentar a dívida social; o diploma da maturidade, de quem tem capacidade e disposição para dialogar com todas as correntes sociais, construindo um pacto em favor do Brasil; o diploma da coragem, para enfrentar o que for preciso para colocar o povo realmente em primeiro lugar.

É esse presidente que o povo elegeu no domingo: perseverante, sensível, maduro, corajoso e competente. O presidente de um partido sólido, modelo para a reforma política que precisa vir por aí. O presidente que se cercou dos melhores, porque sabe que, sozinho, ninguém pode nada.

Cercou-se de pessoas como o Senador José Alencar, companheiro nesta Casa, Senador atuante, industrial brilhante, político de grandes qualidades. Como disse o próprio Presidente Lula, Alencar será um parceiro na condução dos destinos do Brasil.

Sr^{as}s e Srs. Senadores, no domingo tive uma alegria especial com a vitória do novo Presidente. Na minha cidade natal, Jataí, Lula teve a terceira maior votação proporcional de Goiás, alcançando 71% dos votos, e em Perolândia, cidade também da nossa influência, que era distrito de Jataí, Lula alcançou 75% dos votos, um exemplo de maturidade que o povo da minha região e da minha cidade alcançou. Jataí, diga-se de passagem, é um Município de economia assentada na agricultura e na pecuária, região de grandes produtores. Hoje, Jataí é o maior produtor de grãos do Estado de Goiás, individualmente, e o maior produtor de milho do Brasil, também individualmente. Um Município que, sozinho, é responsável por 1,09% da produção nacional de grãos do País.

E justamente na minha cidade, que é voltada para a agricultura e para a pecuária, cidade dos grandes produtores, Lula obteve uma vitória de 75% dos votos no se-

gundo turno. Nós realmente o apoiamos em Goiás, embora eu já tivesse votado nele no primeiro turno. No entanto, como lá havia candidata à Governadora do PT, eu não quis manifestar o apoio antes, por uma questão de ética. Mas, no segundo turno, nos desdobramos e, de 50%, na minha cidade, ele passou para 75%.

Jataí, a minha terra, foi onde JK começou a sua campanha presidencial e prometeu a mudança da Capital, no dia 04 de abril de 1955. Jataí disse sim a Lula com uma votação extraordinária, deixando claro que o novo Presidente é o Presidente de todos os brasileiros: dos pobres e dos ricos; dos trabalhadores e dos industriais; será Presidente dos produtores rurais e dos agricultores de forma geral. Um presidente que une o Brasil e que, certamente, fará um dos melhores governos da história deste País – é a nossa esperança.

Congratulo-me com o Presidente Lula pela vitória, com o vice-Presidente José Alencar e com o povo brasileiro, que deu uma lição de civismo no último domingo, protagonizando um belo espetáculo democrático e consolidando o Brasil como uma das mais importantes democracias do planeta.

Que o Presidente Lula tenha êxito em seus sinceros e justos propósitos e que o Brasil cresça em ritmo acelerado, conjugando desenvolvimento econômico e justiça aos mais pobres.

Espero, Sr. Presidente, Sr^{as}s. e Srs. Senadores, que Lula encontre também boa vontade do Congresso Nacional. O Senado e a Câmara precisam, sem dúvida alguma, apoiá-lo, dar-lhe um voto de confiança. Não podemos pressioná-lo. Eu acho que é o momento exato de o Congresso acabar com a política do “toma lá, dá cá” e deixar que o Presidente possa, de forma livre, escolher os seus Ministros e os seus assessores, aprovando as reformas importantes para este País – as reformas tributária, previdenciária e política – as reformas que, enfim, vão fazer com que o nosso País encontre novos rumos para os brasileiros. É importante que todos tenhamos essa consciência. Chegou o momento de o Senado e a Câmara apoiarem, de forma decisiva, o futuro Presidente da República, sem exigir nada em troca; pelo contrário, exigir a melhora da vida dos brasileiros e que possamos fazer as reformas necessárias para que o País possa ter mais velocidade e, naturalmente, ir ao encontro de seu futuro que, espero, seja grandioso. É uma oportunidade ímpar para as mudanças, e volto a repetir: chegou o momento de parar de discutir apenas a economia. Vamos discutir justiça social, discutir sobre a fome, que campeia solta por todas as cidades brasileiras, deixando na indigência mais de 30 milhões de irmãos nossos. Chegou o momento de discutir realmente sobre os 50 milhões que estão abaixo da linha de pobreza; chegou o momento de

discutirmos o ser humano, e é importante que o Governo e o Congresso Nacional tenham essa sensibilidade, e o Presidente eleito já demonstrou que é um estadista que tem sensibilidade.

O seu primeiro ato, o seu primeiro gesto foi criar uma secretaria de emergência social. Isso mostra ao Brasil o seu compromisso com os mais pobres, com os humildes, com os famintos, com os miseráveis, com os necessitados de toda ordem neste País.

Quero crer que este Governo dará certo. Este Governo será realmente abençoado, porque, no primeiro dia após sua eleição, já dá um tom diferente, demonstrando uma vontade política muito grande de conjugar economia com justiça social.

O Sr. Amir Lando (PMDB – RO) – Permite-me V. Ex^a um aparte, Senador?

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Pois não, Senador Amir Lando.

O Sr. Amir Lando (PMDB – RO) – Nobre Senador Maguito Vilela, V. Ex^a faz uma análise percutiente e, sobretudo, faz um apelo não dramático, mas um apelo real para que nós todos, neste momento, façamos uma reflexão e percebemos este País novo que está surgindo a partir do dia 27. Houve mudanças também em 6 de outubro. Agora, porém, o novo Presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, catalisa expectativas, sobretudo, daqueles que estão abaixo da linha da pobreza, dos excluídos. Catalisa também as nossas esperanças, os nossos sonhos, os nossos ideais que sempre se voltaram para uma sociedade mais justa, para um Brasil soberano, mas um Brasil solidário, como diz V. Ex^a. Sonhamos com um Brasil que olhe não apenas para a gestão da dívida, mas, sim, para os problemas sociais que agridem o conceito de cidadania, que agridem a dignidade humana. Não se poderia conceber que nós, que sempre pensamos em construir esse Brasil que se desenha no horizonte nacional, agora faltássemos à colaboração e, mais do que isso, à ação ativa, ao afínco, ao denodo, à dedicação para juntos realizarmos um projeto de nação. Ao parabenizá-lo publicamente, reconheço a luta heróica que V. Ex^a travou, levando adiante a sua candidatura para governar o Estado de Goiás. Sei do que aconteceu, sei que, mais do que nunca, o abuso de poder público lá se manifestou de maneira clara e inofensível. No entanto, apesar de tudo isso, V. Ex^a mantém a mesma esperança e, sobretudo, faz aqui um ato de fé na democracia – democracia que lhe foi negada lá, porque lá a concorrência foi desleal. Mas aqui, felizmente, vamos salvar um projeto de nação, um projeto de país. Todos nós estaremos a postos não apenas para empunhar essas bandeiras da justiça social, da pessoa humana, do lado mais importante da sociedade, que é o homem no senti-

do genérico, as mulheres, as crianças, os velhos, os idosos e os jovens: vamos buscar na solidariedade da espécie o motivo para realizar um projeto que redima este País da pobreza absoluta, porque essa sim agride o sentido e o conceito da pessoa humana. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Muito obrigado Senador Amir Lando. V. Ex^a é um senador brilhante e idealista, um Senador que sonha realmente com um Brasil grande. O aparte de V. Ex^a enriqueceu o meu pronunciamento.

Para finalizar, Sr. Presidente: O Presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, demonstrou que tem credibilidade perante a Nação. Foi a maior vitória de toda a história do Brasil e, salvo engano, a segunda maior votação que o mundo democrático conheceu até este momento. O povo brasileiro o apoiou e agora precisamos nós, no Senado e na Câmara Federal, apoiá-lo e dar-lhe um voto de confiança para que ele possa implementar todas as medidas necessárias para concretizar as mudanças que o Brasil exige e para que nós possamos, também, fazer as reformas tão necessárias ao nosso País – repito: as reformas tributária, previdenciária, política, fiscal, agrária, enfim, todas as reformas.

Espero que o novo Presidente da República, realmente, apóie os agricultores, os produtores deste País, a pecuária de corte e a leiteira. Hoje, o País importa uma grande quantidade de leite, impondo uma concorrência muito grande aos nossos produtores, que vendem o que produzem a um preço humilhante no Brasil. Espero que agora as nossas estradas federais possam receber a manutenção necessária a fim de que possamos escoar a nossa produção. Espero, enfim, que o Brasil privilegie o trabalho e não o capital. Espero, realmente, mudanças profundas no nosso País: espero justiça social, espero novos caminhos para o Brasil e para o povo brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares)

– A Presidência informa ao Senado Federal que o Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Deputado José Carlos Aleluia, está realizando, neste momento, audiência pública com a finalidade de ouvir o Sr. Secretário do Tesouro Nacional, Dr. Eduardo Guardia, e, logo em seguida, o Sr. Presidente do Banco Central do Brasil, Dr. Armínio Fraga.

S. Ex^a convoca todos os Srs. Senadores que integram a referida Comissão a comparecerem ao recinto em que se realiza a aludida reunião a fim de procederem à oitiva das autoridades.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Concedo a palavra o Senador Benício Sampaio. (Pausa.)

Concedo a palavra o Senador Osmar Dias. (Pausa.)

Concedo a palavra o Senador Chico Sartori por vinte minutos.

O SR. CHICO SARTORI (Bloco/PSDB – RO). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, nunca na história política do País tantos brasileiros foram às urnas para escolher tantos candidatos como nas eleições de que acabamos de participar.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Com a devida vénia de V. Ex^a, informo mais uma vez aos Srs. Senadores que o Presidente da República eleito será recebido pelo Presidente do Senado Federal, Ramon Tebet, no gabinete da Presidência. Estão convidados todos os senadores que desejarem comparecer.

V. Ex^a tem a palavra, Senador Sartori.

O SR. CHICO SARTORI (Bloco/PSDB – RO) – Sr. Presidente, foi a maior de todas eleições no meu Estado de Rondônia, onde tive a oportunidade de disputar uma cadeira para o Senado Federal pelo PSDB. Mais de 80% dos eleitores foram em massa aos locais da votação. No entanto, grande parte dos eleitores se atrapalhou com a urna eletrônica e, principalmente, com a profusão de números, o que provocou alguns atrasos na votação e retardou o início das apurações.

Nada, porém, ofuscou o brilho, Sr. Presidente, da grande demonstração de transparência e de competência que a democracia brasileira deu ao mundo. Mesmo com a demora em algumas seções eleitorais, as pessoas não arredaram o pé, enfrentaram as filas, exerceram com determinação um dos seus mais preciosos direitos de cidadania.

Na verdade, Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, o que aconteceu nos dias 6 e 27 de outubro aumentou, e muito, a responsabilidade dos eleitos pelo Brasil afora.

Infelizmente, não tive os votos suficientes para participar desse vitorioso grupo. Isso faz parte do jogo democrático. Entretanto, com essa demonstração de maturidade política do nosso povo, cada vez mais se exigirá daqueles que irão assumir os seus novos mandatos, seja no Executivo ou no Legislativo, uma maior responsabilidade para com o exercício dessas funções. O Brasil deu uma demonstração clara de que está mudando.

Tomei posse como Senador nesta Casa, em março deste ano, como representante de Rondônia. Assim fiz após um processo judicial demorado, que prejudicou sensivelmente a minha caminhada eleitoral, pois, na verdade, tive apenas cento e vinte dias de trabalho efetivo no Senado Federal para demonstrar ao povo do meu Estado o que fiz e o que era capaz de fazer em benefício de Rondônia e do meu País.

Sr. Presidente, há necessidade de suspender a sessão por causa da recepção do Presidente eleito?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – V. Ex^a poderá continuar o seu discurso logo após o retorno das Sr^{as}s e Srs. Senadores.

Suspendo a sessão por dez minutos a fim de que as Sr^{as}s e os Srs. Senadores possamos acompanhar a recepção, no Senado Federal, na sala do Presidente Ramon Tebet, do Presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva. Logo em seguida, daremos continuidade aos trabalhos do plenário.

(A sessão é suspensa às 15 horas e 10 minutos e reaberta às 16 horas e 13 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares)

– Está reaberta a sessão.

Continua com a palavra o nobre Senador Chico Sartori.

O SR. CHICO SARTORI (Bloco/PSDB – RO) – Senti falta de solidariedade durante a minha incansável luta para chegar a esta Casa da forma que cheguei. Enfrentei mazelas e obstáculos criados sobretudo por maus e perniciosos indivíduos que, dizendo-se compaheiros, apunhalavam-me pelas costas, fazendo **lobby** junto às autoridades competentes do Governo e do meu próprio Partido para que eu não assumisse o mandato de Senador da República. Não há outra explicação para esse comportamento doentio senão a falta de competência política, de princípios éticos e morais para conviver no cenário político.

Essas eleições, Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, vieram também demonstrar que o povo, na sua sabedoria popular, soube julgar, com imparcialidade, algumas dessas figuras que, por trás da cortina da falsidade, tentavam, mais uma vez, esconder-se em um longo mandato eletivo para enganar os homens de bem e o povo de Rondônia.

Por inúmeras vezes fui à Direção Nacional do meu Partido para mostrar as dificuldades que atravessava o PSDB de Rondônia, a falência dos nossos quadros, e solicitei uma maior atenção da cúpula nacional. No entanto, não fui ouvido – outros interesses certamente estavam em jogo.

Dentro desse cenário repleto de dificuldades – a Direção Nacional do nosso Partido não dava ouvidos aos correligionários dos Estados mais modestos, como Rondônia –, era desestimulador para os nossos compaheiros militantes e principalmente para nós, candidatos, insistirmos em defender a candidatura oficial do compaheiro José Serra à Presidência da República, muito em-

bora reconheçêssemos ser essa a melhor opção para governar o nosso País.

As urnas falaram mais alto e os eleitores brasileiros decidiram que nos próximos quatro anos o Brasil vai ser governado pelo Partido dos Trabalhadores, tendo à frente a expressiva liderança do sindicalista e Presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva, a quem devo desejar boa sorte na condução do País e na implantação das promessas feitas durante a campanha eleitoral.

No plano estadual, em Rondônia, o PSDB teve a felicidade de ter o companheiro Ivo Cassol eleito Governador, numa eleição acirrada – o mérito é mais da obstinada luta do que, na verdade, do apoio da Direção Nacional do nosso Partido.

O desempenho de campanha de Ivo Cassol, ex-Prefeito de administração bem sucedida no Município de Rolim de Moura, no Estado de Rondônia, tanto no primeiro como no segundo turno, surpreendeu a todos. Ele conseguiu superar o atual Governador José Abreu Bianco, obtendo 59,1% dos votos da sociedade de Rondônia.

Ao Governador Ivo Cassol, nesta oportunidade, aqui desta tribuna do Senado Federal, onde, como tuano, atuo com muito orgulho, representando o Estado de Rondônia, quero expressar as minhas felicitações e a certeza de que a sua coragem e a obstinada luta haverão de resgatar as esperanças do povo de Rondônia que, de forma decidida, optou merecidamente pelo seu nome para governar aquele grande Estado da nossa Federação.

Essas eleições, Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, conscientizaram-me de que algumas reformas precisam ser feitas em benefício da ordem eleitoral; entre elas, uma regulamentação mais séria das pesquisas eleitorais. Grande parte dos institutos erra drasticamente, chegando a prejuízar alguns candidatos, derrotando-os prematuramente.

Sofri graves prejuízos com as pesquisas sabidamente equivocadas. Não é isso o que desejam a Justiça Eleitoral e a sociedade brasileira. Espero que os novos Parlamentares proponham medidas para a correção de rumos na divulgação das pesquisas eleitorais, haja vista que a atual legislação tem sido impotente para coibir a influência que elas têm no pleito, em benefício de uns e prejuízo de outros.

As pesquisas, Sr. Presidente, da forma como são atualmente divulgadas, induzem os eleitores, já que muitos deles votam nos que são apontados como favoritos. É comum, no meu Estado, elas agradarem àqueles que as encomendaram. Por isso, elas têm que ser patrocinadas pelo fundo partidário.

O povo brasileiro demonstrou o seu desejo de fortalecer cada vez mais a democracia nas propostas que primam pela inclusão, participação e justiça social. O povo está dando uma demonstração cristalina de esperança nas propostas que se contrapõem às políticas neoliberais, tão em voga nos dias atuais.

Sr. Presidente, dentro deste cenário, alguns cacos da política de Rondônia foram despedidos pelo povo. Os métodos arcaicos e conservadores foram derrotados. A política do atraso aos poucos está sendo consumida para dar lugar às políticas do desenvolvimento, da produtividade agropecuária, da geração de empregos, da educação, da saúde pública, da segurança pública, da informação tecnológica, sem, no entanto, perder de vista o humanismo e as prioridades sociais.

Precisamos fazer o País crescer. Precisamos distribuir a renda para buscar a felicidade geral do nosso povo. O que queremos é o bem de Rondônia e do Brasil. Quero, Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, a redução das desigualdades sociais e o fim da fome.

O que me interessa é a distribuição da renda. Os novos futuros Senadores devem se incorporar aos nobres Colegas que aqui continuam para realizar as verdadeiras reformas de que o País tanto precisa. Espero ver a reforma política, a reforma tributária e a verdadeira correção da reforma previdenciária. O Brasil não mais suportará conviver com esse sistema eleitoral injusto. É urgente que venha a fidelidade partidária, o voto facultativo, o financiamento público de campanha e o voto distrital.

Na verdade, Sr. Presidente, nós, que participamos como candidatos nessas eleições, estamos a enfrentar controversos sentimentos: “a euforia daqueles que saíram vitoriosos e a frustração dos que perderam”. Ambas as sensações são bastante difíceis de serem lidadas. A primeira, aparentemente, é a melhor, a auto-estima do candidato vai às alturas. Ele se sente poderoso e até convicto de que cumprirá todas as promessas que fez ao eleitor em campanha. Mas esse sentimento, Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, durará muito pouco. O poder ilimitado é tão frágil quanto uma bolha de sabão. Logo, Sr. Presidente, caros Colegas Senadores e Senadoras, todos os que ganharam vão entender que não poderão dar um só passo por conta própria. Cedo virão as pressões, as cobranças e as dificuldades que o poder imprime.

Fiz uma campanha limpa, com parcos e limitados recursos, preferi o contato direto com o povo, visitando todos os municípios de Rondônia, a apresentar a minha prestação de contas do que fiz nos 100 dias como Senador, bem como o que poderia fazer se o povo me confiasse o legado de retornar a esta Casa. Em todos os municípios que visitei, recebi o abraço e o reconhecimento

pelo trabalho realizado em tão pouco tempo como Senador da República.

Senti em cada abraço, em cada aperto de mão, o apreço da gratidão pelo que fiz pelo povo do meu Estado e do Brasil.

Quero, Sr. Presidente, nesta oportunidade em que falo da tribuna desta Casa, agradecer aos rondonienses a confiança em mim depositada para reafirmar o meu contentamento e a minha gratidão às pessoas que me ajudaram direta ou indiretamente, àqueles que acreditaram no meu trabalho.

Um agradecimento especial à minha esposa, Dona Luíza, às minhas filhas Odete, Claudete, Janete e Rosemeri, aos meus genros Fábio e Wilson Lima e, mais do que nunca, aos meus netos. Orgulho-me de eles poderem dizer, um dia, da alegria de falar do avô que tiveram, em todos os sentidos ético e moral.

Quero também dizer aqui que assisti, neste momento, no gabinete do Presidente do Senado da República, Senador Ramez Tebet, à visita do Presidente eleito pela maioria dos brasileiros, Luiz Inácio Lula da Silva. Desejo-lhe, mais uma vez, votos de sucesso, para que possa conduzir este País da melhor forma possível.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares)

– A Presidência comunica ao Plenário que a Mesa, em reunião realizada no dia 9 de outubro do corrente, decidiu aprovar os **Requerimentos nºs 510 e 511, de 2002**, de licença do Senador Gerson Camata. Contudo, a Mesa definiu, ainda, que submeteria ao Plenário essa decisão.

Em votação a matéria.

As Sras e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A Mesa tomará as providências para a convocação do Suplente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares)

– Em sessão anterior, foi lido o **Requerimento nº 506, de 2002**, de autoria do nobre Senador Pedro Simon e outros Srs. Senadores, solicitando, nos termos do art. 199 do Regimento Interno, a realização de sessão especial do Senado Federal destinada a homenagear o Dr. Ulysses Guimarães pelo transcurso do décimo ano de seu falecimento, completado no último dia 12.

Passa-se à votação do requerimento.

As Sras e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares)

– Em sessão anterior, foi lido o **Requerimento nº 513, de 2002**, de autoria do nobre Senador Eduardo Suplicy e outros Srs. Senadores, solicitando, nos termos regimentais, que a Hora do Expediente da sessão do dia 19 de novembro vindouro seja destinada a homenagear a memória do Dr. Prudente de Moraes, primeiro Presidente civil da República, em face do transcurso do centenário de seu falecimento.

Passa-se à votação do requerimento.

As Sras e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

Ficam, desde já, abertas as inscrições para a referida homenagem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares)

– Sobre a mesa, projeto de lei que será lido pelo Sr. 1º Secretário Senador Carlos Wilson.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO DE Nº 238, DE 2002

Altera os arts. 185 e 792 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), acrescentando-lhe, ainda, o art. 217-A, para dispor sobre a realização de interrogatório à distância e a utilização de meios de presença virtual do réu preso nas audiências de inquirição de testemunhas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os arts. 185 e 792 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 185

§ 1º Se o réu estiver preso, o juiz poderá realizar o interrogatório à distância, por meio de recursos digitais, com transmissão de sons e imagens em tempo real, sem prejuízo do disposto no art. 502, parágrafo único.

§ 2º No caso do parágrafo anterior, far-se-á presente no estabelecimento penal oficial de justiça diretamente subordinado ao juiz processante, reservando-se ao defensor, que a tudo acompanhará, local adequado para comunicar-se previamente com o interrogado.

§ 3º Não se procederá ao interrogatório à distância no processo dos crimes de competência do júri. (NR)

Art. 792. As audiências, sessões e os atos processuais, serão em regra, públicos e se realizarão na sede dos juízos e tribunais, com assistência dos escrivães, do secretário, do oficial de justiça que servir de porteiro, em dia e hora certos, ou previamente designados, observado o disposto no art. 185, §§ 1º e 2º.

.....(NR)

Art. 2º É acrescido ao Título VII, Capítulo VI, do Código de Processo Penal o seguinte dispositivo:

Art. 217-A. Nas audiências de inquirição de testemunhas, o juiz poderá utilizar meios de presença virtual do réu preso, com transmissão de sons e imagens em tempo real, desobrigando-o do deslocamento do local da custódia.

Parágrafo único. O disposto no **caput** deste artigo não se aplica ao processo dos crimes de competência do júri. (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor noventa dias após a data de sua publicação.

Justificação

Os avanços tecnológicos não podem ser desprezados pela prática forense, especialmente quando agilizam e reduzem os custos operacionais do ato processual.

O denominado interrogatório à distância (também conhecido como interrogatório **on line** ou virtual), que já conta com experiências pioneiras no País, mesmo sem previsão legal específica, atende aos anseios de diminuição dos gastos com deslocamento dos presos, trazendo, igualmente, vantagens para a segurança pública.

Assim, sem prejuízo das garantias constitucionais, tem-se um método tecnológico seguro, com transmissão de sons e imagens em tempo real, por intermédio do qual o preso é interrogado no estabelecimento penal em que se encontra, acompanhado de defensor e na presença de um oficial de justiça. Não restam dúvidas de que o novo modelo, quando devidamente implementado, trará significativa economia para os cofres públicos, permitindo uma distribuição mais racional dos equipamentos e recursos humanos da segurança pública.

Dessa forma, o aparato policial poderá concentrar suas atividades no policiamento ostensivo, minimizando as grandes e onerosas mobilizações com escolta e transporte de presos. Diminuem-se, além disso, os riscos de arrebatamento e fuga de presos durante os deslocamentos, tão freqüentes no cotidiano, como noticiam os órgãos de imprensa. Ademais, pouparam-se ofícios, requisições, precatórias, etc., desburocratizando as atividades da justiça.

Não há como redarguir. O interrogatório à distância associa-se definitivamente aos esforços de maior celeridade e de modernização do processo penal brasileiro. A situação caótica do sistema penitenciário, a explosão dos índices de violência, a infiltração do crime organizado em diversos setores da sociedade, o sentimento generalizado de insegurança, enfim, são problemas que exigem respostas enérgicas e ao mesmo tempo criativas do Poder Legislativo.

O juiz poderá valer-se do mesmo expediente nas audiências de inquirição de testemunhas, garantindo-se a presença virtual do réu preso, de modo a evitar os dispendiosos deslocamentos de presos.

Quanto aos processos de competência do Tribunal do Júri, em relação aos quais prevalece o princípio da oralidade e da unicidade da audiência de instrução e julgamento, entendeu-se por bem que todos os atos devam ser praticados na presença do acusado, portanto, sem qualquer tipo de alteração na legislação vigente.

Sala das Sessões, 29 de outubro de 2002. – **Romero Jucá**, Senador.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 3.689, DE 2 DE OUTUBRO DE 1941

Código de Processo Penal

Art 185. O acusado que for preso, ou comparecer, espontaneamente ou em virtude de intimação, perante a autoridade judiciária, no curso do processo penal, será qualificado e interrogado.

Art. 217. Se o juiz verificar que a presença do réu, pela sua atitude, poderá influir no ânimo da testemunha, de modo que prejudique a verdade do depoimento, fará retirá-lo, prosseguindo na inquirição, com a presença do seu defensor. Neste caso deverão constar do termo a ocorrência e os motivos que a determinaram.

Art. 792. As audiências, sessões e os atos processuais serão, em regra, públicos e se realizarão nas sedes dos juízos e tribunais, com assistência dos escrivães, no secretário, do oficial de justiça que servir de porteiro, em dia e hora certos, ou previamente designados.

§ 1º Se da publicidade da audiência, da sessão ou do ato processual, puder resultar escândalo, inconveniente grave ou perigo de perturbação da ordem, o juiz, ou o tribunal, câmara, ou turma, poderá, de ofício, ou a requerimento da parte ou do Ministério Público, determinar que o ato seja realizado a portas fechadas, limitando o número de pessoas que possam estar presentes.

§ 2º As audiências, as sessões e os atos processuais, em caso de necessidade, poderão realizar-se na residência do juiz, ou em outra casa por ele especialmente designada.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – o projeto lido será publicado e remetido à Comissão competente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – A Presidência comunica ao Plenário que recebeu, em data oportuna, Projeto de Lei do Senado de autoria do Senador Gerson Camata.

A matéria vai ao exame da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, em decisão terminativa.

É o seguinte o Projeto:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 239, DE 2002

Altera a Relação Descritiva das Rodovias do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, para inclusão de rodovia de ligação entre as rodovias BR – 482 e BR – 262, no Estado do Espírito Santo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, passa a vigorar acrescida do seguinte trecho rodoviário:

BR	Pontos de Passagem	Unidade da Federação	Extensão (km)	Superposição	
				BR	km
	Entroncamento c/ BR-482 – Castelo – Muniz Freire – Entroncamento c/ BR-262	ES	97	-	-

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A presente proposição tem por objetivo incluir no Plano Nacional de Viação um trecho de ligação entre as rodovias BR – 482 e BR – 262, no sudoeste do Estado do Espírito Santo.

Essa região apresenta alto potencial exportador de café, além de manter importante produção agropecuária e de hortifrutigranjeiros destinada ao mercado interno. Composta por montanhas, onde se encontram florestas e cachoeiras belíssimas, tem também forte vocação turística.

O acesso a esta importante região, entretanto, tem sido dificultado pela deficiente manutenção das estradas estaduais, especialmente entre os municípios de Muniz Freire e Castelo, impedindo o adequado escoamento da produção e o desenvolvimento do turismo.

A melhoria das condições rodoviárias, decorrente da federalização proposta, contribuirá significativamente para a atração de divisas, em decorrência do fortalecimento do turismo e da expansão das exportações brasileiras, favorecendo diretamente a aproximadamente quatro mil e quinhentos produtores rurais, que são responsáveis pela geração de mais de trinta mil empregos diretos.

Finalmente, destaque-se que a proposta referida atende aos critérios exigidos para a inclusão de rodovias no Plano Nacional de Viação, por viabilizar a ligação entre rodovias federais já existentes.

Pelas razões expostas, contamos com a colaboração dos ilustres parlamentares para a aprovação do projeto ora apresentado.

Sala das Sessões, 29 de outubro de 2002. – Senador **Gerson Camata**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 5.917, DE 10 DE SETEMBRO DE 1973

Aprova o Plano Nacional de Viação e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica aprovado o Plano Nacional de Viação (PNV) de que trata o artigo 8º, item XI, da Constituição Federal, representado e descrito complementarmente no documento anexo contendo as seguintes seções:

1. Conceituação Geral, Sistema Nacional de Viação;
2. Sistema Rodoviário Nacional:
 - 2.1 conceituação;
 - 2.2 nomenclatura e relação descritiva das rodovias do Sistema Rodoviário Federal, integrantes do Plano Nacional de Viação.
3. Sistema Ferroviário Nacional:
 - 3.1 conceituação;
 - 3.2 nomenclatura e relação descritiva das ferrovias integrantes do Plano Nacional de Viação.
4. Sistema Portuário Nacional:
 - 4.1 conceituação;
 - 4.2 relação descritiva dos portos marítimos, fluviais e lacustres do Plano Nacional de Viação.
5. Sistema Hidroviário Nacional:
 - 5.1 conceituação;

5.2 relação descritiva das vias navegáveis interiores do Plano Nacional de Viação.

6. Sistema Aerooviário Nacional:

6.1 conceituação;

6.2 relação descritiva dos aeródromos do Plano Nacional de Viação.

§ 1º Os sistemas mencionados nas seções 2, 3, 4, 5 e 6, citadas englobam as respectivas redes construídas e previstas.

§ 2º As localidades intermediárias constantes das redes previstas que figuram nas relações descritivas constantes das seções 2.2 e 3.2 citadas, não constituem pontos obrigatórios de passagem, mas figuram apenas como indicação geral da diretriz das vias consideradas, sendo o seu traçado definitivo fixado pelo Poder Executivo, após estudos técnicos e econômicos.

§ 3º Os órgãos federais das diferentes modalidades de transporte deverão elaborar as respectivas cartas geográficas em escala conveniente, que permita distinguir e identificar facilmente as diretrizes viárias com seus pontos de

(À Comissão de Serviços de Infra-Estrutura – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares)

– Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário Senador Carlos Wilson.

São lidos os seguintes:

Ofício nº 503/02

Brasília, 22 de outubro de 2002

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência, pelo Partido Progressista Brasileiro – PPB, o Deputado Edmar Moreira como titular, em substituição ao Deputado Odelmo Leão, anteriormente indicado para integrar a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 42, de 25 de junho de 2002, que “Dispõe sobre a estruturação da Carreira de Inteligência, a remuneração dos integrantes do Quadro de Pessoal da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, e dá outras providências”.

Atenciosamente, **Odelmo Leão**, Líder do PPB.

Ofício nº 506/02

Brasília, 9 de outubro de 2002

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência, pelo Partido Progressista Brasileiro – PPB, o Deputado Jofran Frejat como titular, e o Deputado Dr. Benedito Dias, como

suplente, em substituição aos anteriormente indicados para integrarem a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 52, de 4 de julho de 2002.

que “dispõe sobre a criação da Carreira de Supervisão do Sistema de Saúde, e dá outras providências”.

Atenciosamente, **Odelmo Leão**, Líder do PPB.

Ofício nº 507/02

Brasília, 9 de outubro de 2002

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência, pelo Partido Progressista Brasileiro – PPB, o Deputado Herculano Anghinetti como titular, e o Deputado Cunha Bueno, como suplente, em substituição aos anteriormente indicados para integrarem a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 61, de 16 de agosto de 2002, que “Dispõe sobre a assunção, pela União, de responsabilidades civis perante terceiros no caso de atentados terroristas ou atos de guerra contra aeronaves de empresas aéreas brasileiras”.

Atenciosamente, **Odelmo Leão**, Líder do PPB.

Ofício nº 534/02

Brasília, 9 de outubro de 2002

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência, pelo Partido Progressista Brasileiro – PPB, o Deputado Hugo Biehl, como titular, e o Deputado Fetter Júnior, como suplente, em substituição aos anteriormente indicados para integrarem a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 69, de 26 de outubro de 2002, que “Dispõe sobre a proteção de informação não divulgada submetida para aprovação da comercialização de produtos e dá outras providências.”

Atenciosamente,

Deputado **Odelmo Leão**, Líder do PTB.

OF. PSDB/I/Nº1.036/2002

Brasília, 29 de outubro de 2002

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência o Deputado Jutahy Júnior, em substituição ao Deputado Ronaldo Cesar Coelho, como membro titular da Comissão Mista Especial destinada a analisar a Medida Provisória nº 39/02, a qual

“Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras provisões.”

Atenciosamente, Deputado **Antonio Carlos Panunzio**, Vice-Líder do PSDB no exercício da Liderança.

Ofício nº 0895-L-PFL/02

Ademir Andrade

Paulo Hartung

Brasília, 29 de outubro de 2002

Senhor Presidente,
Indico a Vossa Excelência o Deputado Pauderney Avelino para membro titular da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em substituição ao Deputado Wilson Braga.

Atenciosamente, Deputado **Inocêncio Oliveira**, Líder do PFL..

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares)
– Serão feitas as substituições solicitadas.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares)
– O Senhor Presidente da República adotou, em 24 de outubro de 2002, publicou no dia 25 e republicou em 28 do mesmo mês e ano, a **Medida Provisória nº 75**, que “Altera a Legislação Tributária Federal, e dá outras provisões”.

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos da Resolução nº 1, de 2002-CN, art. 2º e seus parágrafos, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares	Suplentes
	PMDB
Renan Calheiros	Gilvam Borges
Nabor Júnior	Marluce Pinto
Gilberto Mestrinho	Amir Lando
Juvêncio da Fonseca	Alberto Silva
	Bloco (PSDB/PPB)
Geraldo Melo	
Romero Jucá	
Freitas Neto	
	PFL
Moreira Mendes	Paulo Souto
Romeu Tuma	Bello Parga
	Bloco Oposição (PT/PPS)
Eduardo Suplicy	Emilia Fernandes
	PDT
Sebastião Rocha	Álvaro Dias
	PTB
Carlos Patrocínio	Arlindo Porto
	*PSB

DEPUTADOS

Titulares	Suplentes
	PFL
Inocêncio Oliveira	Moroni Torgan
Francisco Coelho	José Carlos Fonseca Júnior
	PSDB
Jutahy Junior	Antonio Kandir
Custódio Mattos	Chico da Princesa
	PMDB
Geddel Vieira Lima	Damião Feliciano
Albérico Filho	Freire Júnior
	PT
João Paulo	Adão Pretto
	PPB
Odelmo Leão	Gerson Peres
	PTB
Roberto Jefferson	Fernando Gonçalves
	Bloco (PDT/PPS)
João Herrmann Neto	Alceu Collares
	Bloco (PL/PSL)
Valdemar Costa Neto	Bispo Rodrigues
	Bloco (PSB/PC do B)
José Antonio Almeida	Haroldo Lima

*PHS

Roberto Argenta

De acordo com a Resolução nº 1, de 2002-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria.

A Presidência informa que os prazos da referida medida são contados a partir da última publicação.

- Publicação no DO: 25-10-2002;
- Republicação no DO: 28-10-2002;
- Designação da Comissão: 29-10-2002;
- Instalação da Comissão: 30-10-2002;
- Emendas: até 3-11-2002 (7º dia da publicação);
- Prazo final na Comissão: 28-10-2002 a 10-11-2002 (14º dia);
- Remessa do processo à CD: 10-11-2002;

- Prazo na CD: de 11-11-2002 a 24-11-2002 (15º ao 28º dia);
- Recebimento previsto no SF: 24-11-2002;
- Prazo no SF: de 25-11-2002 a 8-12-2002 (42º dia);
- Se modificado, devolução à CD: 8-12-2002;
- Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: de 9-12 a 11-12-2002 (43º ao 45º dia);
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 12-12-2002 (46º dia);
- Prazo final no Congresso: 26-2-2003 ** (60 dias).

* Designações feitas nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN.

** § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pelo art. 1º da Emenda Constitucional nº 32, de 2001: "Prorrogar-se-á uma única vez por igual período a vigência de medida provisória que, no prazo de sessenta dias, contado de sua publicação, não tiver a sua votação encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional".

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares)

– O Senhor Presidente da República adotou, em 25 de outubro de 2002 e publicou no dia 28 do mesmo mês e ano, a **Medida Provisória nº 76**, que "Dispõe sobre a instituição de equipe de transição pelo candidato eleito para o cargo de Presidente da República, cria cargos em comissão, e dá outras providências".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos da Resolução nº 1, de 2002-CN, art. 2º e seus parágrafos, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares	Suplentes
	PMDB
Renan Calheiros	Gilvam Borges
Nabor Júnior	Marluce Pinto
Gilberto Mestrinho	Amir Lando
Juvêncio da Fonseca	Alberto Silva
	Bloco (PSDB/PPB)
Geraldo Melo	
Romero Jucá	
Freitas Neto	
	PFL
Bernardo Cabral	Waldeck Ornelas
Romeu Tuma	Geraldo Althoff
	Bloco Oposição (PT/PPS)
Eduardo Suplicy	Emilia Fernandes
	PDT
Sebastião Rocha	Álvaro Dias

PTB	Carlos Patrocínio	Arlindo Porto
	*PL	
DEPUTADOS		
Titulares	Suplentes	
	PFL	
Inocêncio Oliveira	Moroni Torgan	
Francisco Coelho	José Carlos Fonseca Júnior	
	PSDB	
Jutahy Junio	Antônio Kandir	
Custódio Mattos	Chico da Princesa	
	PMDB	
Geddel Vieira Lima	Damião Feliciano	
Albérico Filho	Freire Júnior	
	PT	
João Paulo	Adão Pretto	
	PPB	
Odelmo Leão	Gerson Peres	
	PTB	
Roberto Jefferson	Fernando Gonçalves	
	Bloco (PDT/PPS)	
João Herrmann Neto	Alceu Collares	
	Bloco (PL/PSL)	
Valdemar Costa Neto	Bispo Rodrigues	
	Bloco (PSB/PC do B)	
José Antônio Almeida	Haroldo Lima	
	*PST	
Cabo Júlio	Eber Silva	
De acordo com a Resolução nº 1, de 2002-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:		
<ul style="list-style-type: none"> – Publicação no DO: 28-10-2002; – Designação da Comissão: 29-10-2002; – Instalação da Comissão: 30-10-2002; – Emendas: até 3-11-2002 (7º dia da publicação); – Prazo final na Comissão: 28-10-2002 a 10-11-2002 (14º dia); – Remessa do processo à CD: 10-11-2002; 		

– Prazo na CD: de 11-11-2002 a 24-11-2002 (15º ao 28º dia);
 – Recebimento previsto no SF: 24-11-2002;
 – Prazo no SF: de 25-11-2002 a 8-12-2002 (42º dia);
 – Se modificado, devolução à CD: 8-12-2002;
 – Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: de 9-12 a 11-12-2002 (43º ao 45º dia);
 – Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 12-12-2002 (46º dia);
 – Prazo final no Congresso: 26-2-2003 ** (60 dias).

* Designações feitas nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN.

** § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pelo art. 1º da Emenda Constitucional nº 32, de 2001: “Prorrogar-se-á uma única vez por igual período a vigência de medida provisória que, no prazo de sessenta dias, contado de sua publicação, não tiver a sua votação encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional”.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares)

– O Senhor Presidente da República adotou, em 25 de outubro de 2002 e publicou no dia 28 do mesmo mês e ano, a **Medida Provisória nº 77**, que “Altera as Leis nºs 10.464, de 24 de maio de 2002, 10.177, de 12 de janeiro de 2001, e 10.437, de 25 de abril de 2002; autoriza a concessão de crédito, com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, para aquisição dos títulos do Tesouro Nacional necessários à contratação de operação na forma da Resolução nº 2.471, de 26 de fevereiro de 1998, do Conselho Monetário Nacional, relacionada com dívidas contraídas com recursos de outras fontes; dispõe sobre re-conversão de atividades de mutuários com dívidas junto a bancos oficiais federais; e dá outras providências”.

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos da Resolução nº 1, de 2002-CN, art. 2º e seus parágrafos, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares	Suplentes
	PMDB
Renan Calheiros	Gilvam Borges
Nabor Júnior	Marluce Pinto
Gilberto Mestrinho	Amir Lando
Juvêncio da Fonseca	Alberto Silva
	Bloco (PSDB/PPB)
Geraldo Melo	
Romero Jucá	
Freitas Neto	

PFL	Mozarildo Cavalcanti	Lindberg Cury
	Antonio Carlos Junior	Leomar Quintanilha
		Bloco Oposição (PT/PPS)
	Eduardo Suplicy	Emilia Fernandes
PDT	Sebastião Rocha	Álvaro Dias
		PTB
	Carlos Patrocínio	Arlindo Porto
		*PSB
	Ademir Andrade	Antônio Carlos Valadares

DEPUTADOS

Titulares	Suplentes
	PFL
Inocêncio Oliveira	Moroni Torgan
Francisco Coelho	José Carlos Fonseca Júnior
	PSDB
Jutahy Junior	Antonio Kandir
Custódio Mattos	Chico da Princesa
	PMDB
Geddel Vieira Lima	Damião Feliciano
Albérico Filho	Freire Júnior
	PT
João Paulo	Adão Pretto
	PPB
Odelmo Leão	Gerson Peres
	PTB
Roberto Jefferson	Fernando Gonçalves
	Bloco (PDT/PPS)
João Herrmann Neto	Alceu Collares
	Bloco (PL/PSL)
Valdemar Costa Neto	
Bispo Rodrigues	
	Bloco (PSB/PC do B)
José Antonio Almeida	Haroldo Lima
	*PTN
José de Abreu	

De acordo com a Resolução nº 1, de 2002-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

- Publicação no DO: 28-10-2002;
- Designação da Comissão: 29-10-2002;
- Instalação da Comissão: 30-10-2002;
- Emendas: até 3-11-2002 (7º dia da publicação);
- Prazo final na Comissão: 28-10-2002 a 10-11-2002 (14º dia);
- Remessa do processo à CD: 10-11-2002;
- Prazo na CD: de 11-11-2002 a 24-11-2002 (15º ao 28º dia);
- Recebimento previsto no SF: 24-11-2002;
- Prazo no SF: de 25-11-2002 a 8-12-2002 (42º dia);
- Se modificado, devolução à CD: 8-12-2002;
- Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: de 9-12 a 11-12-2002 (43º ao 45º dia);
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 12-12-2002 (46º dia);
- Prazo final no Congresso: 26-2-2003 ** (60 dias).

* Designações feitas nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN.

** § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pelo art. 1º da Emenda Constitucional nº 32, de 2001: "Prorrogar-se-á uma única vez por igual período a vigência de medida provisória que, no prazo de sessenta dias, contado de sua publicação, não tiver a sua votação encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional".

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares)

– Passa-se à

Item 1:

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 449, DE 1999**

Votação, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 449, de 1999, de autoria do Senador Lúcio Alcântara, que altera o art. 43 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), possibilitando aos hospitais universitários captar recursos provenientes de internações hospitalares, tendo

Pareceres sob nºs 732, de 2001, e 414, de 2002, das Comissões

– Diretora, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, oferecendo a redação do vencido; e

– de Assuntos Sociais (sobre as Emendas nºs 1 a 4, de Plenário), Relator: Senador Geraldo Althoff, favorável à Emenda nº 1-Plen, nos termos de subemenda que apresenta; e pela rejeição das Emendas nºs 2 a 4-Plen.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 9 do corrente, quando teve sua votação adiada por falta de **quorum**.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário Senador Carlos Wilson.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 515, DE 2002

Requeiro nos termos regimentais, o adiamento da votação, em turno suplementar, do Substitutivo ao PLS nº 449/99, que altera o art. 43 da Lei nº 8.080/90 (Lei Orgânica da Saúde) possibilitando aos hospitais universitários captar recursos provenientes de internações hospitalares, afim de que seja feita na Sessão deliberativa do dia 20 vindouro.

Sala das Sessões, 29 de outubro de 2002. – **Maria Silva**.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares)

– Em votação o requerimento.

As Sras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria retornará à Ordem do Dia na data aprazada.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares)

– **Item 2:**

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 38, DE 1999**

(Votação nominal, se não houver emendas)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Mozarildo Cavalcanti, que altera os artigos 52, 225 e 231 da Constituição Federal (inclui na competência do Senado Federal a apreciação do processo de demarcação de terras indígenas), tendo

Parecer sob nº 317, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Amir Lando, favorável, com as Emendas 1 a 4-CCJ, que apresenta.

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do disposto no art. 358 do Regimento Interno, a matéria constará da Ordem do Dia durante cinco ses-

sões deliberativas ordinárias, em fase de discussão em primeiro turno, quando poderão ser oferecidas emendas assinadas por um terço, no mínimo, da composição do Senado.

Transcorre hoje a quinta e última sessão de discussão.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 516, DE 2002

Nos termos do art. 279, inciso III, do Regimento Interno, requeiro adiantamento da discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 1999, a fim de ser feita na sessão de 12 de dezembro.

Sala das Sessões, 29 de outubro de 2002. – **Maria Silva.**

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares)

– Em votação o requerimento que acaba de ser lido.

As Sras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria retornará à Ordem do Dia na data aprazada – dia 12 de dezembro.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares)

– **Item 3:**

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 17, DE 2002

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 17, de 2002 (nº 259/99, na Casa de origem), que dispõe sobre a obrigatoriedade da inclusão, no currículo oficial da Rede de Ensino, da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” e dá outras providências, tendo

Parecer favorável, sob nº 809, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Geraldo Cândido.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 9 do corrente, quando teve sua discussão encerrada e a votação adiada por falta de **quorum**.

Em votação o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem queira encaminhar a votação, declaro encerrado o encaminhamento.

As Sras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 17, DE 2002

(Nº 259/99, na Casa de Origem)

Dispõe sobre a obrigatoriedade da inclusão, no currículo oficial da Rede de Ensino, da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História Afro Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes a História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

§ 3º As disciplinas História do Brasil e Educação Artística, no ensino médio, deverão dedicar, pelo menos dez por cento de seu conteúdo programático anual ou semestral à temática referida nesta lei.

Art. 2º Os cursos de capacitação para professores deverão contar com a participação de entidades do Movimento Afro-Brasileiro, das universidades e de outras instituições de pesquisa pertinentes à matéria.

Art. 3º O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra”.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

O Sr. Antonio Carlos Valadares, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ramez Tebet, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – **Item 4:**

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, DE 2002

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2002 (nº 2.989/2000, na Casa de origem), que denomina “Avenida Engenheiro Emiliano Macieira” o trecho da BR 135 compreendido entre o quilômetro zero e a

Ponte da Estiva, localizado no Município de São Luís, Estado do Maranhão, tendo

Parecer favorável, sob nº 471, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Gilvam Borges.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 9 do corrente, quando teve sua discussão encerrada e a votação adiada por falta de quorum.

Em votação o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem queira encaminhar a votação, declaro encerrado o encaminhamento.

As Sras e os Srs. Senadores que o aprovam querem permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 24, DE 2002**

(Nº 2.989/2000, na Casa de origem)

Denomina-se “Avenida Engenheiro Emiliano Macieira” o trecho da BR-135

compreendido entre o quilometro zero e a Ponte da Estiva, localizado no Município de São Luís do Estado do Maranhão.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É denominado “Avenida Engenheiro Emílio Macieira” o trecho da BR-135 compreendendo entre o quilômetro zero e a Ponte da Estiva, localizado no Município de São Luís, Estado do Maranhão.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srs e Srs. Senadores, a Presidência comunica que vai interromper a Ordem do Dia, a fim de dar posse ao Sr. Luiz Osvaldo Pastore, que se encontra presente na Casa, Primeiro Suplente do Senador Gerson Camata, da representação do Estado do Espírito Santo, convocado em virtude de licença do titular.

S. Ex^a encaminhou à Mesa o diploma e demais documentos legais exigidos por lei que serão publicados na forma regimental.

É o seguinte o diploma recebido:



República Federativa do Brasil
Poder Judiciário

Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo

O Desembargador Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo, na conformidade do que dispõe o Artigo 215, do Código Eleitoral, Lei 4.737 de 15 de Julho de 1965, confere ao(s) Senhor(a) *Luiz Osvaldo Pastore*, o Diploma de 1º Suplente de Senador, pelo(a) *Partido do Movimento Democrático Brasileiro*, tendo em vista o resultado do pleito de 03 de outubro de 1994

Vitória, 20 de dezembro de 1994

(Presidente)

Diretor Geral

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Designo comissão formada pelos Srs. Senadores Lindberg Cury, Emilia Fernandes e Geraldo Melo para conduzir S. Ex^a ao plenário, a fim de prestar o compromisso regimental.

(O Sr. Luiz Osvaldo Pastore é conduzido ao plenário e presta, perante a Mesa, o compromisso.)

Solicito que todos os presentes permaneçam de pé para o compromisso de posse.

O SR. LUIZ OSVALDO PASTORE (PMDB – ES) – Prometo guardar a Constituição Federal e as Leis do País, desempenhar fiel e lealmente o mandato de Senador que o povo me conferiu e sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Declaro empossado, no mandato de Senador da República, o nobre Sr. Luiz Osvaldo Pastore, que, a partir deste momento, passa a participar dos trabalhos da Casa.

Sobre a mesa, comunicação que será lida pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

É lida a seguinte:

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência em conformidade com o art. 7º do Regimento Interno, que, assumindo nesta data a representação do Estado do Espírito Santo, adotarei o nome abaixo consignado e integrarei a bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro. – PMDB

Sala das Sessões, 29 de outubro de 2002. – **Luiz Pastore.**

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O expediente lido vai à publicação.

Concedo a palavra ao Senador recém-empossado, Luiz Pastore, por cinco minutos.

O SR. LUIZ PASTORE (PDMB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, honra, orgulho e responsabilidade. São esses os meus sentimentos ao assumir o mandato de Senador da República, num momento em que todos acabamos de exercer plenamente os nossos direitos de cidadão ao eleger Governadores, Senadores e Deputados de nossos Estados e o novo Presidente do Brasil.

Sr. Presidente, o sentimento de honra é muito forte, primeiramente porque assumo o lugar do Senador Gerson Camata, grande político que desde cedo aprendi a respeitar, um dos maiores homens públicos do Espírito Santo, cujos interesses sempre soube defender com brilhantismo nos diversos cargos públicos que exerceu e

nas diversas vezes em que ocupou esta tribuna. Honra também porque agora, depois de ter sido o seu suplente durante toda esta legislatura, também poderei, como Senador, defender e dignificar o nome do Espírito Santo.

O Estado do Espírito Santo tem destaque em nosso País por sua produção de celulose, suas fábricas de cimento, suas indústrias da construção civil e sua agricultura. Só o café gera aproximadamente 500 mil empregos e é responsável por 20% do que é produzido em todo o País. A produção capixaba de pimenta do reino também é uma das mais expressivas do território nacional.

No cenário brasileiro é de suma importância o papel que exerce o complexo portuário de nosso Estado para o comércio exterior. É através do complexo formado pelos portos de Vitória, Paul, Capuaba, Regência, Praia Mole, Barra do Riacho, Ubu e Tubarão que exportamos 12% das riquezas brasileiras.

De igual importância é a integração de duas grandes estradas de ferro: a da Companhia Vale do Rio Doce e a da Rede Ferroviária Nacional, responsáveis pelo transporte de um dos nossos maiores recursos minerais: o ferro.

Sr. Presidente, assumo este compromisso com os mesmos valores éticos e morais com que exerço os meus compromissos empresariais, valores herdados de meus pais e avós, imigrantes italianos, dos quais muito me orgulho não só por terem desenvolvido uma sólida atividade econômica, gerando empregos, deixando o seu exemplo de realizações para seus descendentes, mas sobretudo pela contribuição que deram ao desenvolvimento do nosso País.

Meu pai marcou os dias de minha infância. Nós o recebíamos em casa, depois de passar longos dias aqui em Brasília com suas roupas e objetos totalmente impregnados da cor vermelha deste cerrado. Quando muitos não ousavam trocar a estabilidade econômico-financeira que tinham em seus estados pelas promessas que Brasília oferecia, meu pai veio para cá instalar a Fábrica Pastore, de onde saíram os móveis presentes nesta sala, todos os móveis do Congresso Nacional, do Palácio do Planalto, da Alvorada e do Hotel Nacional, todos no estilo projetado por Oscar Niemeyer.

É com prazer que, ao sair desta tribuna feita pelas mãos de meu pai, tomarei assento à mesa, aliás também feita por ele com tanto trabalho e dignidade, virtudes que ele sempre me ensinou.

É muito grande a responsabilidade que representa este mandato. Por isso, inicio a minhas atividades nesta Casa com o compromisso de dar continuidade à luta do Senador Gerson Camata. Farei tudo para garantir às crianças e aos jovens capixabas o desenvolvimento res-

ponsável de nosso Estado, preservando o meio ambiente, a qualidade de vida da população e o bem-estar social. Ao fazê-lo em benefício de nosso Estado, sei que estarei fazendo em benefício do Brasil.

Assumo, pois, este mandato não em substituição ao Senador Gerson Camata, mas para dar continuidade ao mandato que S. Ex^a vinha exercendo com o compromisso de continuar sua luta pela preservação ambiental de nosso Estado. Sei que assim estou me unindo à vontade do povo capixaba que acaba de reeleger Gerson Camata como Senador, a quem presto hoje publicamente minha homenagem.

Para finalizar, também quero me unir ao povo do Espírito Santo para cumprimentar Paulo Hartung, Governador eleito em primeiro turno, bem como o nosso novo Presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, que fez uma visita maravilhosa a esta Casa hoje, por seu programa de Governo, desejando que Deus ilumine suas ações e que Sua Excelência possa ter a cooperação de que necessita para fazer deste País o Brasil com que todos sonhamos.

Muito obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sr^{as}s e Srs. Senadores, peço a atenção da Casa.

Considerando que o dia 1º de novembro antecede o dia de Finados, feriado nacional, e visando propiciar o deslocamento das Sr^{as}s e dos Srs. Senadores, bem como os funcionários da Casa para reverenciarem a memória de familiares mortos, a Presidência informa que na próxima sexta-feira não haverá sessão, sendo ponto facultativo na Secretaria do Senado Federal, preservado o funcionamento dos serviços essenciais afetos às respectivas áreas de competência.

Vamos retornar à Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – **Item 5:**

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 74, DE 2002

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 74, de 2002 (nº 1.197/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Fundação Cultural Saúde de Campos a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro, tendo

Parecer favorável, sob nº 457, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Geraldo Cândido.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 9 do corrente, quando teve sua votação adiada por falta de quorum.

Passa-se à votação.

Não havendo oradores inscritos para encaminhar, encerro o encaminhamento.

Em votação.

As Sr^{as}s e os Srs. Senadores que o aprovam, querem permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 74, DE 2002

(Nº 1.197/2001, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Fundação Cultural Saúde de Campos a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a portaria nº 480, de 14 de agosto de 2000, que autoriza a Fundação Cultural Saúde de Campos a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O Sr. Ramez Tebet, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Carlos Wilson, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – **Item 6:**

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 76, DE 2002

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 76, de 2002 (nº 1.233/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária para o Desenvolvimento de Santa Luzia – ARCSL a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Luzia, Estado da Paraíba, tendo

Parecer favorável, sob nº 504, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Ney Suassuna.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 9 do corrente, quando teve sua discussão encerrada e a votação adiada por falta de **quorum**.

Passa-se à votação. (Pausa.)

Não havendo oradores inscritos para encaminhar a votação, declaro encerrado o encaminhamento.

As Sr^{as}s e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 76, DE 2002**

(Nº 1.233/2001, na Câmara dos Deputados).

Aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária para o desenvolvimento de Santa Luzia – ARSCL a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Luzia, Estado da Paraíba.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 700, e 14 de novembro de 2000, que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária para o Desenvolvimento de Santa Luzia – ARCSL a executar, por três anos, sem direito da exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Luzia, Estado da Paraíba.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) **Item 7:**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 79, DE 2002**

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 79, de 2002 (nº 1.034/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza o Grêmio do Projeto Cultural e Criativo Alternativa a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Capivari, Estado de São Paulo, tendo

Parecer favorável, sob nº 458, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Chico Sartori.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 9 do corrente, quando teve sua votação adiada por falta de quorum.

Passa-se à votação. (Pausa.)

Não havendo oradores inscritos para encaminhar a votação, declaro encerrado o encaminhamento.

As Sr^{as}s e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 79, DE 2002

(Nº 1.034/2001, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza o Grêmio do Projeto Cultural e Criativo Alternativa a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Capivari, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere à Portaria nº 495, de 23 de agosto de 2000, que autoriza o Grêmio do Projeto Cultural e Criativo Alternativa a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Capivari, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) **Item 8:**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 106, DE 2002**

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 106, de 2002 (nº 1.111/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária para o Desenvolvimento de Tabapuã a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade Tabapuã, Estado de São Paulo, tendo

Parecer favorável, sob nº 441, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Romeu Tuma.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 9 do corrente, quando teve sua votação adiada por falta de **quorum**.

Passa-se à votação. (Pausa.)

Não havendo oradores inscritos para encaminhar a votação, declaro encerrado o encaminhamento.

As Sr^{as}s e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 106, DE 2002

(Nº 1.111/2001, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária para o Desenvolvimento de Tabapuã a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tabapuã, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere à Portaria nº 383, de 31 de julho de 2000, que autoriza a Associação Comunitária para o Desenvolvimento de Tabapuã a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tabapuã, estado de São Paulo.

Art. 2º Este decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) **Item 9:**

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 108, DE 2002

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 108, de 2002 (nº 922/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Joviânia a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Joviânia, Estado de Goiás, tendo

Parecer favorável, sob nº 500, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Mauro Miranda.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 9 do corrente, quando teve sua discussão encerrada e a votação adiada por falta de **quorum**.

Passa-se à votação. (Pausa.)

Não havendo oradores inscritos para encaminhar a votação, declaro encerrado o encaminhamento.

As Sras e os Srs. Senadores que o aprovam querem permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 108, DE 2002

(Nº 922/2001, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Joviania a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Joviania, Estado de Goiás.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere à Portaria nº 271, de 14 de junho de 2000, que autoriza a Associação Comunitária de Joviania a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão, comunitária na cidade de Joviania, Estado de Goiás.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) **Item 10:**

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 109, DE 2002

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 109, de 2002 (nº 967/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação de Cachoeira Alta-GO – ACCCA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cachoeira Alta, Estado de Goiás, tendo

Parecer favorável, sob nº 501, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Lindberg Cury.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 9 do corrente, quando teve sua discussão encerrada e a votação adiada por falta de **quorum**.

Passa-se à votação. (Pausa.)

Não havendo oradores inscritos para encaminhar a votação, declaro encerrado o encaminhamento.

As Sras e os Srs. Senadores que o aprovam querem permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 109, DE 2002.

(Nº 967/2001, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação de Cachoeira na cidade de Cachoeira Alta – GO (ACCCA) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cachoeira Alta, Estado do Goiás.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a qual se refere a Portaria nº 344, do 17 de julho de 2000, que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação de Cachoeira Alta – GO (ACCCA) a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Cachoeira Alta, Estado de Goiás.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) **Item 11:**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 119, DE 2002**

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 119, de 2002 (nº 1.057/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente e Cultural de Radiodifusão Comunitária Simões Filho FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Simões Filho, Estado da Bahia, tendo

Parecer favorável, sob nº 459, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Antonio Carlos Júnior.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 9 do corrente, quando teve sua votação adiada por falta de **quorum**.

Passa-se à votação. (Pausa.)

Não havendo oradores para encaminhar a votação, declaro encerrado o encaminhamento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam querem permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE DECRETO
LEGISLATIVO Nº 119,DE 2002**
(Nº 1.057/2001,na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente e Cultural de Radiodifusão Comunitária Simões Filho FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Simões Filho, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere à Portaria nº 80, de 21 de março de 2000, que autoriza a Associação

Beneficente e Cultural de Radiodifusão Comunitária Simões Filho, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – **Item 12:**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 141, DE 2002**

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 141, de 2002 (nº 1.213/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Amparo Social, Comunicação e Cultura de Aracatu a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aracatu, Estado da Bahia, tendo

Parecer favorável, sob nº 462, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Antonio Carlos Junior.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 9 do corrente, quando teve sua votação adiada por falta de **quorum**.

Passa-se á votação. (Pausa.)

Não havendo oradores para encaminhar a votação, declaro encerrado o encaminhamento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam querem permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 141, DE 2002**
(Nº 1.213/2001, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Amparo Social, Comunicação e Cultura de Aracatu a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aracatu, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 547, de 14 de setembro de 2000, que autoriza a Associação Comunitária de Amparo Social, Comunicação e Cultura de Aracatu a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aracatu, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – **Item 13:**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 143, DE 2002**

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 143, de 2002 (nº 1.216/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Rádio FM de Nova Olímpia a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Olímpia, Estado de Mato Grosso, tendo

Parecer favorável, sob nº 499, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Jonas Pinheiro.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 8 do corrente, quando teve sua discussão encerrada e a votação adiada por falta de **quorum**.

Passa-se á votação. (Pausa.)

Não havendo oradores para encaminhar a votação, declaro encerrado o encaminhamento.

As Srs. e os Srs. Senadores que o aprovam querem permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 143, DE 2002**

(Nº 1.216/2001, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Rádio FM de Nova Olímpia a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Olímpia, Estado do Mato Grosso.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 559, de 14 de setembro de 2000, que autoriza a Associação Comunitária Rádio FM de Nova Olímpia a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Olímpia, Estado do Mato Grosso.

Art. 2º Este decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – **Item 14:**

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 11, DE 2002**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 11, de 2002, tendo como primeiro signa-

tário o Senador Mauro Miranda, que altera a redação do § 2º do art. 201 da Constituição Federal, para dispor sobre o valor mensal máximo dos benefícios do regime geral de previdência social, tendo

Parecer sob nº 782, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Waldeck Ornélia, favorável, e com a Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que apresenta.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 517, DE 2002

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, o adiamento da discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 11/2002, que altera a redação do § 2º do art. 201 da Constituição Federal, para dispor sobre o valor mensal máximo dos benefícios do regime geral de previdência social, a fim de que seja feita na Sessão do dia 11 de dezembro vindouro.

Sala das Sessões, 29 de outubro de 2002. – Senador **Tião Viana**, Vice-Líder do Bloco de Oposição, no exercício da Liderança – Senador **José Eduardo Dutra**.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Em votação o requerimento.

As Srs. e os Srs. Senadores que o aprovam querem permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

A matéria sai da Ordem do Dia para retornar na data solicitada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Esgotadas as matérias constantes da Ordem do Dia.

Volta-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao Senador Lúdio Coelho. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, eleições resolvidas, País com novo Presidente. Quero registrar aqui, como toda a televisão nacional já o fez, que Lula praticou hoje uma ação louvável: quarenta e oito horas após ser eleito Presidente, já estava nesta Casa dizendo da importância do relacionamento do Executivo com o Legislativo e pedindo providências para que fossem agilizadas várias votações importantes para o próximo Governo.

Referíamo-nos a isso exatamente há duas semanas, ou seja, da necessidade de nos empenharmos, a partir da próxima semana, na apreciação do Orçamento. Já está sendo apresentada hoje a proposta preliminar, com a reforma fiscal que precisa ser feita, com todas aquelas matérias de que o novo Presidente da República vai necessitar.

Não somos adeptos da teoria do quanto pior melhor. Em absoluto. Queremos que todos os Senadores e Deputados façam exatamente o dever de casa, o máximo possível para melhorar o arcabouço legislativo do País.

Ocupo a tribuna hoje, Sr. Presidente, para lembrar um fato que venho há muitos e muitos anos alertando da tribuna desta Casa: temos a receber mais de R\$350 bilhões dos vários órgãos da República. Não recebemos em razão da lentidão do processo burocrático, mas é possível que agora, com a velocidade que o novo Governo precisa ter, esse montante seja recebido. Trata-se da dívida que têm o INSS, a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil e o Banco Central. São milhões de processos que, tendo seu trâmite encerrado, certamente trarão esse dinheiro – ou uma parcela dele – ao cofre. Apenas a Procuradoria-Geral da Fazenda tem cerca de R\$100 bilhões para distribuir. Nas cinco regiões da Justiça Federal, há também aproximadamente R\$100 bilhões.

Obviamente, todo esse montante equivale a um terço do PIB. Seria impossível receber a totalidade, mas 20% ou 30% desse valor é plausível. Se dotarmos a Justiça Federal e melhorarmos essa sistemática, o dinheiro devido de impostos, e que já está registrado na dívida ativa, seguramente poderá arejar os cofres do Governo Federal, que terá sua situação atenuada, uma vez que receberá apenas em torno de R\$7 bilhões para investimento.

Há alguns anos, de tanto insistir da tribuna, conseguimos juntar o então Ministro do Planejamento, Sr. José Serra, o Ministro da Fazenda, Sr. Pedro Malan, os Presidentes do Banco Central, do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal e do Serpro, além do Secretário da Receita Federal. Fez-se uma grande reunião em que levantamos e analisamos essas dívidas. Apenas na Caixa Econômica Federal, Sr. Presidente, foram localizados, naquela época, R\$4 bilhões em causas ganhas. E nada tinha sido informado à União, então o dinheiro continuava na Caixa. Mas, automaticamente, feita a comunicação à União, o dinheiro passou para a sua conta. O montante era quase o que hoje temos para investimento.

Com certeza, se nos debruçarmos sobre as várias áreas governamentais, encontraremos casos incríveis. Por exemplo, imóveis. Para que o INSS quer hoje ainda cinco mil, seis mil imóveis? Para pagar segurança, condomínio, reforma, IPTU, quando já podia ter-se desfeito disso? São imóveis de vários tipos. Para que, por exem-

plo, a Caixa Econômica ainda tem imóveis aqui em Brasília em quantidade? Vi casos em que o locatário paga R\$100,00 por mês e só o seguro anual custa R\$2 mil. Seria melhor dar-lhe de presente o imóvel, e a República ainda estaria ganhando dinheiro. São fatos como esses que, com certeza, o novo Governo pode analisar, sanar e cauterizar esses sangramentos. Cauterizados, vão significar, Sr. Presidente, uma grande economia à República. Então, de um total de R\$320 bilhões a receber, é possível e plausível receber algo em torno de 20% a 30%.

No ano passado, aconteceu algo incrível: a Justiça Federal fez um documento e nos entregou dizendo que, se houvesse R\$200 milhões no Orçamento para informatização, garantia o recebimento entre 10% e 20% dos quase R\$100 bilhões que tem a receber. Cada juiz federal tem menos de 14 funcionários para uma massa gigantesca de processos, e para tirar o clipe, virar e página e dar o despacho levam-se anos. Se pudéssemos fazer a informatização, com certeza, tornar-se-ia célere a cobrança de impostos devidos, causas em execução. Não conseguimos incluir no Orçamento R\$200 milhões e, por isso, deixamos de arrecadar cerca de R\$16 bilhões em causas na justiça em fase de execução. São essas questões que não consigo entender.

Vi também o Presidente Lula falando da dificuldade de exportar, e volto a insistir em um assunto que todos devem estar cansados de me ouvir falar. Por que fazer a consumação da venda do nosso porta-aviões Minas Gerais? Por que não transformá-lo em um **shopping** flutuante do Brasil e sair de país em país – costa da África, costa da Ásia, Caribe e por aí afora – levando uma feira permanente do nosso País? Não vai ser igual à Feira de Hannover em que se gastou, somente para fazer um **stand**, catorze milhões. Gastaremos muito menos em uma feira permanente, que será uma festa aonde apontar. Levaremos produtos brasileiros, podendo-se colocar uma casa inteira fabricada – a válvula, a louça sanitária, enfim, tudo o que uma casa pode ter. Serão aviões, carros, tudo a bordo de um porta-aviões cuja venda por US\$400, com certeza, não tem significado para o Brasil.

Gostaria de alertar para fatos como esses e dizer que, se quisermos fazer economia, podemos. Se quisermos acelerar o que temos a receber, temos como fazê-lo. Basta ter engenho, boa vontade e realmente levar a filosofia de que cada centavo que deixa de ser gasto e que se junta formará um possível milhão ou bilhão que, com certeza, poderia tirar o País deste marasmo financeiro em que nos encontramos.

Sempre olho as coisas com alma de administrador e de empresário e fico pasmado quando vejo o desperdício, que não é de se espantar, mas que, no somatório, é realmente impressionante. Se levássemos à ponta da

faca, seria de R\$320 bilhões. Nosso último pacote foi de R\$20 bilhões. Se recebêssemos 10%, seriam R\$32 bilhões. A própria Justiça Federal, nas suas cinco regiões, já se comprometia a arrecadar cerca de 10%, desde que conseguíssemos informatizá-la, e poderia chegar, em certas regiões, até a 20%. Portanto, a média seria superior a 10%.

Ocupo a tribuna hoje, Sr. Presidente, exatamente para lembrar tudo isso. Revisarei todos esses dados, apresentarei novamente todas essas sugestões e encaminharei aos representantes do novo Governo para ver se, desta vez, conseguiremos. Da outra vez, conseguimos, mas levamos meses de ladinha para conseguir fazer aquela junção de que falei – Banco Central, Ministro da Fazenda, Ministro do Planejamento. Tivemos um resultado surpreendente. O Secretário da Receita Federal modificou várias resoluções que proporcionaram ao Brasil grande economia e, com certeza, mais recursos aos cofres públicos.

Desejo ao novo Presidente, que veio nos visitar, o maior sucesso, pois seu sucesso é o do Brasil. Todos estamos no mesmo barco, e nesse sentido vamos lutar a fim de auxiliá-lo, de todas as formas, na governabilidade.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Concedo a palavra à Senadora Emilia Fernandes.

A SRA. EMILIA FERNANDES (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, o Brasil acompanha com vibração os resultados da última eleição e passa a viver uma nova era, que denominamos de era da esperança, do diálogo, da construção de um país para todos, que se agiganta pela unidade de seu povo e elege para Presidente, pela primeira vez em seus 500 anos de história, um trabalhador que pretende dialogar com a sociedade e construir, com as forças políticas, sociais, civis, militares, empresariais e com os trabalhadores, um país onde as pessoas continuem acreditando que vale a pena ter esperança.

O dia 27 de outubro de 2002 ficará na história política brasileira como o dia em que a esperança venceu o medo. O dia em que o Brasil viveu o momento máximo de sua consolidação democrática. O povo brasileiro rompeu, de forma pacífica, cidadã e corajosa, com o modelo de governo atual, excludente não só na área socioeconômica como política, implantado neste País praticamente há 502 anos. O Brasil votou para mudar.

Pela primeira vez em nossa história, um ex-operário, pobre, nordestino, legítimo representante do povo mais humilde que compõe a nossa sociedade, foi eleito

Presidente da República. Luiz Inácio Lula da Silva foi consagrado por mais de 52 milhões de eleitores. Até mesmo os leitores que vivem no exterior votaram em Lula. Torna-se, assim, Lula o Presidente mais votado de nossa história e o segundo mais votado na história política mundial.

O povo brasileiro percebeu que a mudança que todos nós almejamos só pode ser concretizada por alguém desligado dos velhos hábitos de nossa política. Farto dos erros e abusos cometidos pelas elites dominantes na política brasileira, nosso povo confiou seu destino a um representante da classe trabalhadora, a um metalúrgico. Essa vitória é fruto de um movimento amplo, reconhecido por toda a sociedade brasileira, que sentiu ser chegada a hora de consolidarmos uma cooperação entre os seus grupos e os seus interesses, a fim de preservar nossa autonomia política e promover um bom desenvolvimento econômico e social, objetivando a superação das profundas desigualdades sociais, pessoais e regionais de nosso País.

Sabemos da responsabilidade que o resultado das urnas nos impõe. Como bem definiu a Socióloga e Cientista Política, Maria Vitória Benevides, que participou da elaboração do Programa de Governo da Coligação Lula Presidente, uma liderança popular e de esquerda que chega ao poder de maneira rigorosamente democrática e com o apoio que recebeu, contrariando uma tradição populista e caudilhista na América do Sul, causará grande impacto mundial. Os olhos do mundo estão voltados para o nosso País. O Brasil inicia dessa forma uma verdadeira e legítima revolução democrática, com apoio de todos e de setores expressivos da nossa sociedade.

Sr. Presidente, o povo brasileiro optou por um governo que terá como eixo estrutural o social, com propostas objetivas e claras de atendimento aos gravíssimos e urgentes problemas que levam a essa brutal desigualdade social que existe no Brasil hoje. Para tanto, é compromisso do nosso Presidente eleito investir, desde o primeiro dia do seu governo, com criatividade e determinação na área social, notadamente, no combate à fome. Luiz Inácio Lula da Silva anunciou, nesta segunda-feira, a criação da Secretaria de Emergência Social, com recursos e autonomia para começar, já em janeiro, a combater a fome em nosso País, com base em programas voltados para o problema da desnutrição e de políticas mais amplas, como a reforma agrária, a geração de empregos, o incentivo à agricultura familiar e incentivo a políticas de habitação e de estímulo à produção de alimentos.

Queremos e estamos vendo que realmente esse projeto nasce com espírito de solidariedade e de humanidade. Um País com dimensão geográfica gigante como o nosso, com terras, águas, mão-de-obra, com a

classe empresarial – que tem setores profundamente comprometidos com o nosso desenvolvimento – com a classe trabalhadora capaz de ir às urnas e dizer que quer um trabalhador como presidente, não pode admitir que milhões de pessoas passem fome. Crianças morrendo de desnutrição, mulheres perdendo seus filhos por não terem condições de os alimentarem dignamente.

Assim, essa Secretaria, que será criada por Lula, inicia sua grande discussão com o atual Governo, para se fazer um período de transição civilizado, democrático, colocando o Brasil acima de qualquer outro interesse. A presença aqui de Lula, nosso Presidente, praticamente 48 horas após ter sido eleito Presidente do Brasil, já marca um novo tempo de diálogo com o Congresso, não à base de negociatas, de interesses, de troca de cargos ou de manipulação de orçamento, mas mostrando uma postura clara, transparente e respeitosa que ele manterá com toda a classe política, independentemente dos partidos políticos.

Essa Secretaria coordenará e executará a questão orçamentária, de rubricas ligadas a vários Ministérios. Tudo o que puder ser reunido, dentro da idéia de combate à fome, estará ali. Recursos virão de diferentes Ministérios, da Educação o Programa Bolsa-Escola, da Saúde de algumas rubricas da área de saneamento, do Trabalho recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador, coordenados pelo Projeto Fome Zero, poderíamos dizer que aí estaria o embrião da Secretaria de Emergência Social.

Os coordenadores deste projeto, o Programa Fome Zero, que já foi apresentado antes da eleição, durante a campanha, estimam que o programa de erradicação da fome no Brasil custaria entre R\$5 bilhões a R\$6 bilhões/ano. O público a ser contemplado por essa proposta é grande: em torno de 10 milhões de famílias que não garantem a alimentação de seus membros, ou seja, que não são capazes de garantir a quantidade de calorias e proteínas de que as crianças e os adultos precisam para se desenvolver na sua plenitude e com saúde. Pessoas muito pobres, que ganham cerca de R\$80,00 por mês e não conseguem dispor, por dia, de não mais do que R\$2,00 ou R\$3,00. É impossível admitirmos tal situação em um País com as potencialidades do Brasil. A pobreza não é ocasional, mas resultante de um modelo perverso, assentado em salários miseráveis e que tem produzido crescente concentração de renda e excluído milhões de pessoas do processo produtivo, da geração de renda.

Esse quadro assustador vem piorando nos últimos anos com o crescimento do desemprego e o aumento de outras despesas não relacionadas à alimentação das famílias mais pobres, como moradia, transporte, saúde, educação. Quanto mais as pessoas precisam pagar por

esses itens, estratégicos e vitais para a sobrevivência, menos recursos sobram para a alimentação.

Pesquisas da Embrapa indicam que nossos agricultores têm potencial para produzir toda a comida de que a população necessita. Existe fome não porque faltam alimentos, mas porque falta dinheiro no bolso do trabalhador para comprá-los. Falta, também, estímulo para que nossa agricultura produza mais e cada vez melhor.

A tarefa de erradicar a fome e assegurar o direito à alimentação de qualidade não pode ser apenas uma proposta de governo, mesmo que sejam articulados com eficiência todos os órgãos federais, estaduais e municipais. É vital engajar nessa luta a sociedade civil organizada: sindicatos, associações populares, organizações não-governamentais, universidades, escolas, igrejas dos mais distintos credos, entidades empresariais. Todos são convocados a participar.

O presidente eleito pretende recriar o Conselho de Segurança Alimentar, que funcionou durante o Governo Itamar Franco e teve como presidentes Betinho e Dom Mauro Morelli. O Conselho teria a missão de convocar a sociedade civil a participar desse esforço contra a fome. O programa de Combate à Fome tem que ser não um projeto de governo, mas um projeto de Nação, porque o País não pode mais aceitar que dez milhões de famílias passem fome.

Sr. Presidente, garantir a segurança alimentar é promover uma verdadeira revolução, que envolve, além dos aspectos econômicos e sociais, mudanças profundas na estrutura de dominação política. Em muitas regiões do Brasil, as condições de pobreza são mantidas porque facilitam a perpetuação no poder de elites conservadoras, que há séculos mandam neste País.

Dessa forma, Sr^as e Srs. Senadores, o eixo central do Projeto Fome Zero e, consequentemente, da Secretaria de Emergência Social anunciada por Lula está na conjugação adequada entre as chamadas políticas estruturais – voltadas à redistribuição de renda, crescimento da produção, geração de empregos, reforma agrária, dentre outros – e as intervenções de ordem emergencial, chamadas de políticas compensatórias. Limitar-se a essas últimas, quando as políticas estruturais seguem gerando desemprego, concentrando a renda e ampliando a pobreza, conforme ocorre hoje no País, significa desperdiçar recursos, iludir a sociedade e perpetuar o problema. O combate à fome integra-se, assim, à conceção de um novo tipo de desenvolvimento.

O Programa Fome Zero inclui, além de medidas estruturais, uma política de apoio efetivo à agricultura; o direito à Previdência Social para todos os trabalhadores familiares, da economia rural ou da economia informal, garantindo a universalidade prevista na Constituição; o

direito à complementação de renda, para que todas as famílias pobres possam ter formação educacional adequada; a ampliação da merenda escolar, atingindo crianças que freqüentam escolas públicas, inclusive creches (Não podemos continuar excluindo a pré-escola dos recursos públicos que chegam para o ensino fundamental nem um ensino médio que garanta a qualificação dos nossos jovens.); e, finalmente, o apoio aos inúmeros programas populares, bancos de alimentos, modernização do abastecimento, incentivo à agricultura urbana, apoio ao autoconsumo alimentar e à agricultura familiar.

A falta de políticas de geração de emprego, de saúde e de educação tem um custo elevado para o País. Há também o custo da falta de consumo e da produção de bens e o custo para o empregador, entre outros. Por isso, combater a fome não deve ser considerado apenas um "custo", mas também um investimento no Brasil.

Uma cesta básica que garanta alimentação adequada para 10 milhões de famílias vulneráveis à fome pode gerar cerca de R\$2,5 bilhões a mais em arrecadação de impostos. Além disso, pode dar ocupação permanente a mais de 350 mil pessoas na agricultura familiar de arroz e feijão. Temos que também incluir – por que não? – a produção de aves e a carne suína na cesta básica, como estímulo aos produtores e ao consumo desses tipos de carne. Assim, combatendo a fome, o pior efeito da miséria, estaremos combatendo a própria miséria.

O Brasil tem as duas condições necessárias para reduzir a fome para números mínimos num curto espaço de tempo. Uma é a nossa agricultura, capaz de produzir todos os alimentos necessários e ainda exportar amplamente. A outra são os recursos necessários para garantir o direito a uma alimentação adequada aos milhões que não têm renda. Por isso, podemos afirmar que é possível eliminar a fome, assim como acabar com o analfabetismo e com as outras mazelas sociais próprias da ausência de políticas públicas adequadas.

Sr. Presidente, ao discorrermos sobre incentivo à nossa agricultura, industrial e familiar, com o intuito de aumentarmos nossas exportações e especialmente produzirmos os alimentos necessários para aplacar a fome de milhões de brasileiros, não podemos deixar de tecer alguns comentários sobre o setor antes de nos encaminharmos para o encerramento da nossa fala.

Primeiramente, gostaríamos de comemorar a revogação do art. 12 da Medida Provisória nº 66, de 2002, pela qual foi proposta a minirreforma tributária. Esse artigo, Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, permitiria ao Governo Federal, a partir do próximo ano, cobrar Imposto de Renda na fonte nas transações feitas pelos agricultores, como já ocorre com as pessoas físicas em geral. Isso traria inúmeros prejuízos para os agricultores brasileiros.

Hoje, os produtores recolhem Imposto de Renda uma vez por ano, e a alíquota é de 20% sobre o valor bruto. Com a Medida Provisória da forma como estava, o agricultor passaria a recolher esse imposto sempre que fizesse alguma venda e não mais uma vez por ano. Além disso, a alíquota aplicada sobre essa venda seguiria a mesma tabela existente hoje para o Imposto de Renda das pessoas físicas. Ou seja, poderia chegar a 27,5% sobre o valor de tudo que o produtor comercializasse, o que significaria um "confisco" de R\$12 bilhões anuais dos produtores brasileiros.

Na prática, a nova medida provisória, que torna sem efeito o controverso art. 12 da MP nº 66, acaba com o recolhimento antecipado sobre a receita bruta dos produtores e restabelece o atual regime de tributação para o setor agropecuário, baseado na declaração de ajuste anual do IRPF sobre a renda do produtor. Fez-se, por fim, justiça ao setor.

Mas para que a agropecuária brasileira tenha o devido reconhecimento e incentivo necessário à produção de alimentos que este País necessita, o Congresso Nacional precisa agir também com muita responsabilidade. Devemos rever a proposta orçamentária para 2003, encaminhada pelo atual Governo Federal ao Poder Legislativo. Pela proposta, os investimentos para o setor agropecuário foram drasticamente reduzidos, comprometendo seriamente a produção nacional.

Há cortes que atingem o Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar, o Pronaf, na ordem de 44,3%. Há cortes no Projeto de Assistência Financeira e em projetos de infra-estrutura na ordem de 56,9% a menos do que no ano passado. O Programa de Produção e Abastecimento Alimentar perde R\$280 milhões, se comparado com 2002. Enfim, precisamos realmente verificar que esse corte de R\$5 bilhões nos investimentos sociais deve ser recuperado e discutido.

Sr. Presidente, eu gostaria de fazer este alerta. Parece-me que estamos em um momento decisivo. O Congresso Nacional inicia a sua discussão, mais profundamente, em relação ao orçamento e devemos buscar realmente que ele seja uma peça que ajude o Brasil a construir esse novo patamar de políticas sociais, de integração e de participação da sociedade, com apoio de todos os segmentos.

Concluo, Sr. Presidente, dizendo que estaremos altamente empenhados na construção desse grande pacto social que a Nação brasileira começo a construir da forma mais democrática e séria possível, revendo o orçamento, buscando alternativas viáveis, chamando essa grande parceria da sociedade para que possamos fazer esse crescimento econômico, com inclusão, democracia, igualdade, cidadania e justiça social.

E, por fim, as minhas palavras são para parabenizar o nosso Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, como o seu Vice-Presidente, o ilustre colega Senador José Alencar, e desejar que juntos possam liderar a grande transformação deste País em uma verdadeira Nação solidária, em que o povo brasileiro tenha a sua grande construção participativa, e que o Congresso Nacional, a classe política, a classe trabalhadora e empresarial sejam aqueles que, atentos, ajudem a construir esse novo Brasil.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Concedo a palavra ao nobre Senador Roberto Freire.

O SR. ROBERTO FREIRE (Bloco/PPS – PE). Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, trata-se de algo meio prosaico: apenas gostaria de dizer que me encontro presente. É que ainda não tenho a minha senha e por isso não registrei presença.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Senador Roberto Freire, a Presidência solicita a V. Ex^a que se dirija à Mesa, pois lhe será fornecida a senha para que possa registrar sua presença.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 518, DE 2002

Requeiro, nos termos regimentais, seja apresentado pelo Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento do empresário goiano Manuel da Cunha Rego Madruga, apresentando condolências à família.

Justificação

O empresário Manuel da Cunha Rego Madruga foi um grande empreendedor do Estado de Goiás.

Sem patrimônio por herança, retirante nordestino e deficiente visual, Manuel conseguiu superar as limitações e se tornar dono da maior empresa atacadista de tecidos do País. Sua admirável trajetória chegou ao fim ontem.

Manuel Madruga nasceu em Guarabira, na Paraíba. Aos 28 anos ficou cego por causa de um glaucoma precoce. Em 1954 mudou-se para Goiânia e fundou a Tecidos Tita.

Como administrador, Madruga trouxe inovações ao oferecer benefícios sociais aos seus funcionários. Na década de 1950, começou a proporcionar aos seus empregados moradia, participação nos lucros e assistência médica e educacional.

É por isso que apresento essa moção de votos de pesar pelo seu passamento, contando com o apoio de meus pares na sua aprovação.

Sala das Sessões, 29 de outubro de 2002. – Senador **Maguito Vilela**.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – A Presidência tomará as providências necessárias para fazer chegar à família enlutada os votos de condolências.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Os Srs. Senadores Valmir Amaral, Lúcio Alcântara e Luiz Otávio enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^as serão atendidos.

O SR. VALMIR AMARAL (PMDB – DF) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, o ano de 2002 tem sido um ano ímpar para o esporte brasileiro. Em junho, sagramo-nos pentacampeões mundiais de futebol. Robert Scheidt, eleito em 2001 o melhor iatista do mundo, conquistou neste ano o hexacampeonato mundial e transformou o Brasil no “reino da vela”. Rubens Barrichello no automobilismo e Alexandre Barros no motociclismo levaram a bandeira e o hino nacionais aos pódios de todo o mundo. E, neste mês de outubro, nossos garotos do vôlei conquistaram o inédito Campeonato Mundial.

Mas nossas conquistas não se restringem apenas aos campos, quadras, pistas e mares do Brasil e do mundo. Também na política uma grande conquista foi alcançada em 2002. Falo da instalação do Conselho Nacional do Esporte (CNE), criado pelo Decreto nº 4.201, de 18 de abril de 2002, e instalado em 13 de agosto do mesmo ano. Uma vez iniciados seus trabalhos, o CNE se reunirá periodicamente para propor políticas efetivas para nosso esporte, com dois objetivos principais: oferecer uma prática intensiva e planejada de atividade física para toda a população; e melhorar os padrões de organização, gestão, qualidade e transparência do desporto nacional.

Os encontros do CNE se iniciaram no dia 22 de outubro, com a realização de sua 1ª Reunião Ordinária, sob a presidência do Ministro do Esporte e Turismo, Caio Luiz de Carvalho. Terei a honra, juntamente com os demais representantes do Congresso Nacional – os Deputados Federais Bonifácio de Andrada e Virgílio Guimarães – de compartilhar propostas e idéias com os demais membros do Conselho, que conta com grandes nomes do esporte brasileiro, como a ex-jogadora de basquete Maria Paula Gonçalves, a “Magic Paula”; Carlos Caetano Verri, o Dunga, capitão da seleção tetracampeã de futebol; o Deputado Estadual e ex-jogador de vôlei Bernard Rajzman, representante da Comissão Nacional de Atletas; e o Doutor Eduardo de Rose, membro da Comissão Anti-Doping do Comitê Olímpico Internacional. Integram ainda o Conselho representantes dos Ministérios da Justiça, Educação, Relações Exteriores e Trabalho e Emprego.

Na qualidade de membro da Subcomissão Permanente do Esporte desta Casa, tenho acompanhado com grande interesse os eventos do calendário esportivo de nosso País. Durante a CPI do Futebol, da qual fui membro titular, tive oportunidade de me inteirar da natureza dos problemas e obstáculos enfrentados pelo esporte brasileiro. Apesar de nossos sucessos passados e presentes, carecemos, entre outras coisas, de organização, de transparência e de uma efetiva política de apoio e incentivo ao esporte.

A importância do CNE, nesse contexto, é crucial. Já pudemos perceber, na reunião de instalação que estabeleceu as metas do CNE, que nenhum aspecto da questão do desporto será ignorado nas futuras reuniões do Conselho. As propostas envolverão a criação de uma lei nacional para o esporte, o estabelecimento de incentivos fiscais para o setor, a renovação de nossos esportes olímpicos, o fortalecimento do esporte educacional, além de projetos de inserção social para crianças e adolescentes. Esta última proposta é, sem dúvida, uma das mais importantes. Criar oportunidades para que os jovens pratiquem esportes e desenvolvam seus potenciais nesse campo é uma forma extremamente meritória de inseri-los no mercado de trabalho e afastá-los das drogas e da violência.

De minha parte, pretendo atuar em duas frentes: uma, no Senado Federal, apoiando os projetos resultantes das decisões do Conselho; e outra, no próprio CNE, apresentando propostas que visem principalmente a integrar esporte e turismo, cujo efeito imediato será o aumento da oferta de empregos nos respectivos setores.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (Bloco/PSDB – CE)

– Sr Presidente, Srs e Srs. Senadores, o que faz uma nação se tornar grande? Essa pergunta assombra de uma forma ou de outra a todos que se põem a pensar sobre o Brasil. Monteiro Lobato intuiu certa vez que a resposta a essa pergunta seria ter a clara idéia de que um país se faz com homens e livros. Apesar de repetidas a exaustão, as palavras do grande escritor paulista ainda não foram compreendidas em toda a sua profundidade. Vale a pena, assim, refletir mais uma vez sobre elas no Dia Nacional do Livro.

Existe uma relação íntima entre desenvolvimento e livro. O livro não é apenas um objeto. Não é apenas um conjunto de páginas impressas, coladas e encadernadas. No livro, ou melhor dizendo, nos livros, estão gravadas as memórias da humanidade. Ali, seja na forma de códice, o formato tradicional do livro que todos conhecemos, seja nas novas mídias eletrônicas, temos o conhecimento humano depositado. Quem não conhece os li-

vros está alijado, creio não ser exagero dizer, do contato valioso com outros homens e mulheres que materializaram ali conhecimento que, de outra forma, estaria perdido para sempre. Quem não lê, é, pois, alguém que desperdiça boa parte de seu potencial.

O valor que o livro nos agraga, portanto, é muito maior que seu valor material. Exemplo disso é que, segundo dados de 1993, os maiores produtores e consumidores de livros são também os países mais ricos do mundo. Apenas cinco países: Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido e França são responsáveis por 68% da indústria mundial de livros. Como corretamente observou Ottaviano de Fiore, Secretário do Livro e Leitura do Ministério da Cultura, “não há nação desenvolvida que não seja uma nação de leitores”. Para estes países formou-se um círculo virtuoso: São ricos porque lêem mais e lêem mais porque são ricos.

O Brasil, infelizmente, encontra-se preso em uma armadilha traíçoeira. Para Luciana Villas-Boas, da editora Record, livro é um produto de consumo restrito. Da mesma forma, Jorge Sallum, sócio da editora Hedra, constata que apenas uma elite consome livros.

E as estatísticas não contradizem as afirmações destes profissionais do mercado editorial. Enquanto nos Estados Unidos e na França são produzidos respectivamente 11 e 7 livros por habitante, no Brasil a quantidade é de apenas 2,4 e, se descontarmos os livros didáticos, em grande parte comprados pelo governo, esse número cai para apenas 0,7 livro produzido por habitante.

Em suma, o Brasil está no pior dos mundos. Aqui se lê pouco porque somos pobres e somos pobres porque lemos pouco.

A Câmara Brasileira do Livro divulgou, no início deste ano, resultado de ampla pesquisa sobre a penetração da leitura e de livros no Brasil e o acesso a livros. Nela foi constatado que mais da metade dos compradores de livros são de cidades grandes e metrópoles. 53% estão concentrados na região Sudeste. E 7% da população compra 58% dos livros. Estes dados apenas confirmam, mais uma vez, a percepção dos editores de que o livro, no Brasil, é produto consumido por uma elite. A conclusão da Câmara Brasileira do Livro é a de que a concentração resulta do alto preço dos livros, do baixo poder aquisitivo da maioria dos leitores e da distribuição precária. Destas causas resulta que é mais provável que alguém se tome leitor se nascer em uma família de leitores. O quadro é mais do que de tristeza, é de desolação! Mas, felizmente, Sr. Presidente, há esperança!

Os ministérios da Cultura e da Educação têm investido muito tempo e dinheiro em programas de incentivo à leitura, à criação de bibliotecas e de acesso aos livros.

Dentre todos os programas importantes destes ministérios, gostaria de destacar dois. Um de cada pasta. Do Ministério da Cultura, o **Programa Uma Biblioteca em cada Município**, cuja intenção é a de justamente facilitar o acesso ao livro, por meio da implantação de bibliotecas públicas em Municípios que não as possuam e, eventualmente, revitalizar Bibliotecas Públicas que se encontram em situação precária. Neste programa, cada Município, Estado ou entidade que firmar acordo com o ministério recebe um acervo de até 2.600 livros, composto de encyclopédia Balsa, dicionários e obras de referência, literatura infanto-juvenil, paradiádicos, literatura adulta nacional e estrangeira e obras úteis para a saúde, a família, a mulher e a comunidade em geral. Além do acervo, o ministério provê treinamentos e estabelece critérios de qualidade que as novas bibliotecas devem atender.

O outro programa que quero destacar é o projeto **Literatura em Minha Casa do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE)**, do ministério da Educação, cujo objetivo é a entrega para mais de 8,5 milhões de alunos de 4^a e 5^a séries de uma de seis coleções compostas de cinco volumes. São trinta títulos literários de autores como Luís Fernando Veríssimo, João Ubaldo Ribeiro, Carlos Drummond de Andrade, Mark Twain e Cecília Meireles. O ministério distribui, ainda, dicionários para os alunos de 1^a série do ensino fundamental.

São programas que visam a superar as grandes barreiras de acesso ao livro: o custo, a baixa renda de parte da população e a distribuição precária.

O Senado vem, dentro de suas possibilidades, patrocinando iniciativas para popularizar o livro no Brasil. O Conselho Editorial, criado em 1997 e presidido por mim, tem editado obras relevantes para a história e para a compreensão de nossa Nação, muitas das quais, ausentes há anos do mercado editorial. Tem, também, dialogado com editoras como a da Universidade de Brasília, para a criação de canais de distribuição de nossas publicações.

É claro, no entanto, que a formação de leitores é tarefa que não se esgota em poucos anos. Os programas executados pelos ministérios deverão somar-se outros e deverão estender-se pelas próximas décadas e governos, para que mudanças qualitativas e quantitativas sejam alcançadas.

Há, como disse antes, Sr. Presidente, esperança. Esperança baseada em ações que têm sido tomadas. Esperança de que o livro faça parte da vida de todos os brasileiros. Esperança de que o Brasil se torne uma nação de leitores, e esperança, enfim, de que este passo nos leve definitivamente ao concerto das grandes nações do mundo.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ OTÁVIO (Bloco/PPB – PA) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, venho, pela segunda vez, à tribuna, no prazo de um ano, para falar do aproveitamento comercial e ecológico da palma conhecida por **dendê**, que é um produto agrícola cada vez mais importante para a economia de meu Estado, o Pará.

O óleo de dendê, que, no exterior, é denominado **palm oil**, conta com um mercado internacional que se expande um pouco mais a cada ano. Tem fama merecida de alimento sadio, uma vez que, em seu cultivo, não costuma ser utilizado, pelo menos no Brasil, qualquer fertilizante, herbicida ou reagente químico. É rico em vitaminas A e E, sendo recomendado como complemento nutritivo pela FAO, o órgão da ONU responsável por questões agrícolas e alimentícias. Pode ser consumido como óleo refinado ou como margarina.

Todavia, o dendê, o óleo de palma, não é utilizado somente na indústria alimentícia. Apresenta ampla variedade em sua utilização. Como se sabe, o óleo é excelente combustível para motores. É semelhante ao óleo diesel e o substitui. Ou seja, é alternativa vegetal, ambientalmente limpa, de fonte renovável, aos combustíveis derivados do petróleo: uma aposta no futuro! Além disso, o dendê é utilizado na produção de sabões, detergentes, tintas e vernizes, como também em produtos de luxo, como cosméticos e sabonetes finos. Até na confecção de chocolates é usado, para citar mais uma utilização alimentícia, pois substitui a manteiga de cacau.

Em termos de rendimento econômico, a cultura do dendê possui vantagem em relação à de outras oleaginosas. A palma do dendê chega a render cinco toneladas de óleo por hectare plantado, contra três toneladas da de coco, uma tonelada da de amendoim, de girassol e de colza, e apenas meia tonelada da de soja.

Os maiores produtores mundiais de óleo de dendê são a Malásia, responsável por mais de 50% da produção mundial, e a Indonésia. Mas o país que possui a maior área propícia para o cultivo da palma de dendê não fica na Ásia; fica na América do Sul: é o Brasil. Somente o Estado do Pará possui, em terras favoráveis para o cultivo, uma área que é o dobro da área que a Malásia hoje utiliza! Além do Pará, outros Estados com terras propícias são o Amazonas, que dispõe de uma fantástica área de 54 milhões de hectares, bem como Roraima, Acre, Rondônia, Tocantins, Bahia e Amapá.

Por isso, é inacreditável que, com uma condição tão favorável ao cultivo da palma, cujo óleo apresenta, como vimos, tantas e variadas utilizações e está em alta no mercado internacional, o Brasil, hoje, precise importar óleo de dendê, ainda que em pequena quantidade. Infelizmente, em comparação a nossas potencialidades, a produção nacional é ínfima e o consumo quase inexis-

tente. Essa situação começa a mudar lentamente, a partir de alguns empreendimentos privados em andamento, por exemplo, no Pará. Mas o ritmo do avanço da cultura do dendê, no Brasil, ainda é muito lento.

Com o objetivo de romper a inércia, realizou-se há dois anos, no ano de 2000, no Estado do Pará, um importantíssimo seminário internacional sobre o dendê, que contou com a presença dos mais renomados técnicos sobre o assunto, tendo sido prestigiado pelas mais altas autoridades do Estado, inclusive o Governador Almir Gabriel. O seminário teve por título: "Agronegócio do Dendê: uma Alternativa Social, Econômica e Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia".

Vou citar agora os oito pontos aprovados, naquela ocasião, para constituírem o documento reivindicatório denominado "Agenda Única da Dendeicultura no Brasil":

1. Criar, no âmbito do Governo Federal, um programa específico de incentivo ao desenvolvimento da dendeicultura;
2. Estabelecer linhas de crédito compatíveis com os riscos e a capacidade de pagamento inerentes ao ciclo da cultura;
3. Considerar a dendeicultura como atividade de reflorestamento;
4. Elaborar o zoneamento agroecológico para esse tipo de cultivo nas principais regiões produtoras do País;
5. Estimular a participação dos agricultores familiares no processo produtivo do óleo de palma;
6. Incluir o cultivo do dendêzeiro como atividade de compensação ecológica nas relações negociais que tratam do seqüestro do carbono;
7. Ampliar os recursos para a dendeicultura, como especial atenção ao combate da doença conhecida como "amarelecimento fatal"; e
8. Criar um agressivo programa de capacitação técnica em todos os níveis de ensino.

A realização do seminário que mencionei significalo "ponto da virada" no que diz respeito às ações ordenadas para a promoção da cultura do dendê. De dois anos para cá, tenho sempre me deparado com um ou outro fruto benéfico advindo daquela reunião. O último deles consubstanciou-se na forma de documento, com selo da EMBRAPA, datado de julho último, que vem respaldar tecnicamente o ponto número 3 da agenda única, que acabou de ser lida por mim. O item três reivindica – é bom repetir – **a consideração da dendeicultura como atividade de reflorestamento**. O docu-

mento é intitulado "O Dendêzeiro como Planta de Reflorestamento Produtivo", tendo sido organizado pela Comissão Técnica do Seminário Internacional e elaborado por técnicos do setor privado e do setor público, com a colaboração de empresários e pesquisadores.

O objetivo de considerar a dendeicultura atividade de reflorestamento é no sentido de permitir que ela se beneficie dos incentivos estabelecidos em lei, em especial pelo Código Florestal, de 1965. A prática do reflorestamento, segundo aquele diploma legal, recebe deduções fiscais e, em empréstimos realizados por programas de financiamento público, conta com juros e prazos de carência favorecidos, de acordo com os termos definidos pelo Conselho Monetário Nacional.

Tal reivindicação, como demonstra cabalmente o documento, não é oportunista. De fato, o dendêzeiro é uma planta cujas folhas, as palmas, são fortes e compactas suficientemente para proteger o solo abaixo delas da erosão causada pelas chuvas. Ademais, em seu cultivo, é plantado, como cultura associada sem valor econômico, apenas para proteger as características nutritivas e orgânicas do solo, uma leguminosa rasteira. Já foi também comentado por mim a inexistência de fertilizantes, herbicidas e reagentes químicos na cultura do dendê.

Enfim, Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, todos os esforços devem ser envidados para cobrar das autoridades competentes – e é o que faço também neste momento – a atenção devida às reivindicações contidas na Agenda Única, bem como a consideração das excelentes razões técnicas expostas no documento "O Dendêzeiro como Planta de Reflorestamento Produtivo".

Nenhuma via deve ser descartada quando o objetivo é a promoção da renda do homem do campo brasileiro, mediante atividade produtiva condizente com as características do solo e do clima de nosso País; atividade, no presente caso, cujo produto é cada vez mais valorizado no mercado internacional.

Fixação do homem no campo e obtenção de divisas com exportação: existiria combinação mais feliz de objetivos para dar resposta adequada a dois grandes males que o Brasil vive atualmente? Um deles, social, é o inchaço dos centros urbanos em consequência do êxodo rural; o outro, econômico, é a crise cambial, a insuficiência de divisas para fechar nossas contas externas.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sras. e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas e 30 minutos, a seguinte

ORDEM DO DIA**- 1 -****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 25, DE 2002**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 2002 (nº 2.966/2000, na Casa de origem), que *denomina "subestação Delfino Araújo Macedo" a subestação de energia elétrica do Linhão Norte-Sul da EletroNorte situado no Município de Miracema do Tocantins, Estado do Tocantins*, tendo

Parecer favorável, sob nº 810, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Leomar Quintanilha.

- 2 -**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 46, DE 2002**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 2002 (nº 3.739/2000, na Casa de origem), que *denomina "Rodovia Ministro Alfredo Nasser" a rodovia BR-153, do Estado do Pará até o Estado do Rio Grande do Sul*, tendo

Parecer favorável, sob nº 785, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Maguito Vilela.

- 3 -**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 63, DE 2002**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 63, de 2002 (nº 1.185/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Fundação Cultural Educativa Carlos Roberto da Silva Pimenta – FUNCEC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Urutáí, Estado de Goiás*, tendo

Parecer favorável, sob nº 505, de 2002, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Mauro Miranda.

- 4 -**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 87, DE 2002**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 87, de 2002 (nº 1.075/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Liberdade Acreunense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Acreúna, Estado de Goiás*, tendo

Parecer favorável, sob nº 507, de 2002, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Mauro Miranda.

- 5 -**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 117, DE 2002**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 117, de 2002 (nº 1.021/2001, na Câmara dos

Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Cultural de Santo Antônio do Pinhal a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santo Antônio do Pinhal, Estado de São Paulo*, tendo

Parecer favorável, sob nº 513, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Chico Sartori.

- 6 -**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 121, DE 2002**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 121, de 2002 (nº 1.104/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária Simonense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Simão, Estado de São Paulo*, tendo

Parecer favorável, sob nº 514, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Reginaldo Duarte.

- 7 -**PARECER Nº 889, DE 2002
(Escolha de Autoridade)
(Votação secreta)**

Discussão, em turno único, do Parecer nº 889, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Francelino Pereira, sobre a Mensagem nº 272, de 2002 (nº 731/2002, na origem), de 19 de agosto último, pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Doutor João Otávio de Noronha, para compor o Superior Tribunal de Justiça, no cargo de Ministro, na vaga destinada a advogado, decorrente da aposentadoria do Ministro Paulo Roberto Saraiva da Costa Leite.

- 8 -**PARECER Nº 890, DE 2002
(Escolha de Autoridade)
(Votação secreta)**

Discussão, em turno único, do Parecer nº 890, de 2002, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator: Senador Romero Jucá, sobre a Mensagem nº 273, de 2002 (nº 744/2002, na origem), de 22 de agosto último, pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor José Leite Pereira Filho, para ser reconduzido ao cargo de Membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 24 minutos.)

(OS 19410/02)

CONGRESSO NACIONAL

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 056**, ADOTADA EM 18 DE JULHO DE 2002 E PUBLICADA NO DIA 19 DO MESMO MÊS E ANO, QUE “DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DOS CARGOS QUE ESPECIFICA NO PLANO DE CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS, INSTITUIDO PELA LEI Nº 5.645, DE 10 DE DEZEMBRO de 1970, ALTERA AS LEIS Nºs 10.486, DE 4 DE JULHO DE 2002, E 5.662, DE 21 DE JUNHO DE 1971, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

CONGRESSISTAS	EMENDAS Nºs
Deputado José Antonio Almeida	001
Deputado Professor Luizinho	002

TOTAL DE EMENDAS – 002

MPV - 056

000001

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**Data: 01/08/02****Proposição: MP 56/02****Autor: Deputado José Antonio Almeida****Nº Prontuário: 076** Supressiva Substitutiva Modificativa Aditiva Substitutiva/Global**Página: 01/03****Artigo:****Parágrafo:****Inciso:****Alínea:**

A MP 56/02 passa a viger com as seguintes alterações:

Art. 1º Ficam enquadrados no Plano de Classificação de Cargos, instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, as categorias funcionais dos Quadros de Pessoal da Administração Pública Federal, que integram as Tabelas de Especialistas.

§ 1º Na aplicação do disposto neste artigo, o enquadramento dar-se-á de acordo com os critérios estabelecidos nos §§ 1º, 2º e 3º do art. 4º da Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991, combinado com a Portaria nº 89, de 14 de janeiro de 1992, da Secretaria de Administração Federal - SAF.

§ 2º Para os efeitos da aplicação do Decreto nº 84.669, de 29 de abril de 1980, o prazo de que trata o seu art. 10 será contado a partir da vigência da Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991, prevalecendo, para os períodos anteriores, normas então vigentes para cada categoria funcional.

§ 3º Para que seja definida a classificação dos Especialistas, deverá ser observada sua atribuição funcional, com as contidas na Portaria 179, de 1973, do Departamento de Administração do Serviço Público - DASP, fazendo a correlação com as categorias funcionais constantes nos Anexos X e XI, da Lei nº 7.995, de 09 de janeiro de 1990.

Art. 9º Os art. 1º, 2º, 3º, 4º, 19, 20 e o inciso II do art. 7º da Lei nº 9.657, de 3 de junho de 1998, passam a viger com as seguintes alterações:

Art. 1º Fica criada, no âmbito das Forças Armadas e nos termos desta Lei, a Carreira de Tecnologia Militar de níveis superior e intermediário, com atribuições voltadas para as áreas de desenvolvimento, manutenção e reparos relativos a projetos de construção, manutenção e modernização dos meios tecnológicos militares, cujos cargos são ocupados por servidores públicos.

Art. 2º Ficam criados, na Carreira de Tecnologia Militar:

- I - no Comando da Marinha:
 a) quinhentos e vinte e cinco cargos de Engenheiro de Tecnologia Militar - nível superior;
 b) duzentos e vinte e cinco cargos de Analista de Tecnologia Militar - nível superior.

Parágrafo único: A inclusão de Engenheiro de Tecnologia Militar e de Técnico de Tecnologia Militar dos Comandos da Marinha, Exército e da Aeronáutica dar-se-á da transposição dos cargos classificados e enquadrados de acordo com o art. 1º desta Medida Provisória no Plano de Classificação de Cargos da Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, no efetivo exercício atual do cargo.

Assinatura

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data: 01/08/02

Proposição: MP 56/02

Autor: Deputado José Antonio Almeida

Nº Prontuário: 076

Supressiva Substitutiva Modificativa Aditiva Substitutiva/Global

Página: 02/03

Artigo:

Parágrafo:

Inciso:

Alínea:

Art. 3º A investidura nos cargos de que trata esta Lei ocorrerá mediante aprovação em concurso público, constituído de duas fases, ambas eliminatórias e classificatórias, sendo a primeira de provas ou de provas e títulos, e a segunda de curso de especialização complementar à formação profissional.

§1º Os títulos que comprovam a educação superior e a educação profissional do Engenheiro e do Analista de Tecnologia Militar devem, obrigatoriamente, estar em conformidade com o art. 48 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

§ 2º Os títulos que comprovam a educação profissional de nível médio, a habilitação profissional e a educação escolar do Técnico de Tecnologia Militar, de nível intermediário, devem, obrigatoriamente, estar em conformidade com o instituído pelos art. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro 1996.

§ 3º O ingresso nos cargos de níveis superior e intermediário, de que trata esta lei, dar-se-á na Classe "D", Padrão "I".

Art. 4º A estrutura de classes e padrões e o vencimento básico dos cargos criados por esta Lei são os fixados nas Tabelas das Anexas I e III desta Lei, respectivamente, tem sua correlação estabelecida no Anexo II, e alterações posteriores.

§ 1º Os vencimentos dos servidores de que trata este artigo corresponderão aqueles fixados no Anexo III para os respectivos níveis, classes e padrões.

Art. 7º (...)

(...)

II - valor do maior vencimento básico corresponde ao da carreira e ao cargo, classe e padrão da Tabela de Vencimento do Anexo III desta Lei, considerando a correlação do Anexo II, e alterações posteriores .

Art. 19. Os servidores lotados nos Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, ocupantes de cargos efetivos de Engenheiro e os de nível intermediários do Plano de Classificação de Cargos, instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, ou na forma do art. 243 da Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990, instituídos pelo art. 1º desta Medida Provisória, serão enquadrados nos cargos de Engenheiro de Tecnologia Militar e de Técnicos de Tecnologia Militar no mesmo nível, classe e padrão onde estejam posicionados.

Parágrafo único. O enquadramento dos servidores de que trata este artigo, só será efetivado mediante o atendimento aos requisitos contidos no §§ 1º e 2º do art. 3º desta Lei e desde que desempenhem, efetivamente, atividades técnicas compatíveis com as áreas de atuação da Carreira de Tecnologia Militar descritas no "caput" do art. 9º desta Lei.

Assinatura

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data: 01/08/02

Proposição: MP 56/02

Autor: Deputado José Antonio Almeida

Nº Prontuário: 076

Supressiva Substitutiva Modificativa Aditiva Substitutiva/Global

Página: 03/03

Artigo:

Parágrafo:

Inciso:

Alínea:

Art.20. Ficam vedadas as redistribuições de cargos vagos ou ocupados de Engenheiro, de Técnico Especializado de nível superior, de Técnico Especializado de nível intermediário, bem como extintos os atuais lotados nos Comandos Militares, cujos servidores foram enquadrados na Carreira de Tecnologia Militar.

Art. 10. Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11. Revogam-se os arts. 5º e 15 da Lei nº 9.657, de 3 de junho de 1998.

JUSTIFICAÇÃO

A alteração do art. 1º desta MP, *caput*, com a substituição da expressão *inclusão* por *enquadramento*, dá-se em função de que ninguém pode ser incluído em alguma carreira ou até mesmo grupo pertencente a quadro de servidor, sem antes ser devidamente classificado e posteriormente enquadrado.

O termo *inclusão* só poderia ser aplicado aos Especialistas, se os mesmos tivessem sido *enquadrados* de acordo com o preconizado pela Lei nº 8.270, de 1991, combinado com a Portaria nº 89, de 1992, e demais diplomas legais que regulamentaram os grupos de cargos da lei de diretrizes e classificação de cargos (Lei nº 5.645/70).

Já a parte alteradora da MP, no tocante à Lei nº 9.657, de 1998, faz-se em função de que não há, nos diversos quadros funcionais do funcionalismo público federal, carreira que possa comportar os servidores dos Órgãos Militares que não seja a carreira já instituída e denominada de Carreira de Tecnologia Militar. Logo, propor que sejam incluídos ao Aexo nesta Medida Provisória, torna-se procedimento inadequado em nosso ordenamento jurídico e indiferente dos interesses atuais do Modelo Administrativo ora em discussão.

É com este objetivo que se propõe a alteração dessa Lei, que fora criada a partir de um novo pensamento administrativo, voltado para a dinâmica da coisa pública, e com o firme propósito de enxugar os diversos quadros de servidores públicos existentes. Não tem se não outro aspecto, a criação de uma carreira estruturada para atender as necessidades administrativas dentro de sua nova filosofia governamental.

Tais instrumentos, obtidos em decorrência da política de Reforma do Aparelho do Estado, além de possibilitarem a gerência das coisas públicas, mediante prazos e metas previamente estabelecidos, têm a virtude maior de, em médio prazo, poderem funcionar como elemento redutor do quantitativo de pessoal hoje existente nas OMPS. De modo que seja mantida e controlada, na condição de núcleo estratégico, apenas uma parcela de técnicos de nível superior e de nível médio, cujos processos de capacitação em Tecnologia Militar foram obtidos às custas de elevados investimentos efetuados pelo próprio Estado.

O Congresso Nacional, por sua vez, já apreciou e votou diversas leis e MPs voltadas para o mesmo fim. Não pode, agora, omitir-se diante de tal situação emergencial que se encontram os órgãos de Defesa do nosso País (Comandos Militares).

Assinatura

MPV-056**000002****MEDIDA PROVISÓRIA N° 56. DE 16 DE JULHO DE 2002.****EMENDA MODIFICATIVA**

Dê-se, ao art. 1º, a seguinte redação:

Art. 1º Ficam incluídos nos Grupos Outras Atividades de Nível Superior e Outras Atividades de Nível Médio do Plano de Classificação de Cargos de que trata a Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, as Categorias Funcionais dos Quadros de Pessoal da Administração Pública Federal que integram as Tabelas de Especialistas, na forma do Anexo a esta Lei.

§ 1º Na aplicação do disposto neste artigo, não poderá ocorrer mudança de nível, classe e padrão, ressalvado o disposto no § 2º.

§ 2º Serão concedidas, mediante enquadramento na classe e padrão correspondentes, aos servidores de que trata o "caput" as progressões e promoções cujo interstício tenha sido concluído nos cinco anos anteriores à data da vigência desta Lei, com efeitos retroativos à data de cumprimento dos referidos interstícios.

§ 3º Para os efeitos da aplicação do Decreto nº 84.669, de 29 de abril de 1980, o prazo de que trata o seu art. 10 será contado a partir da vigência desta Medida Provisória, prevalecendo, para os períodos anteriores, as normas então vigentes para cada Categoria Funcional.

§ 4º Aplica-se o disposto nos §§ 2º e 3º aos aposentados e pensionistas, nos termos do § 8º do art. 40 da Constituição Federal.

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória, ao dispor sobre o enquadramento dos servidores das Tabelas de Especialista no PCC, não considerou adequadamente as peculiaridades da situação funcional desses servidores, vedando a mudança de classe e padrão no ato de enquadramento.

Tal previsão equivale a negar o direito desses servidores a progressões funcionais e promoções que, por razões diversas, não foram concedidas tempestivamente.

A presente emenda visa superar essa falha, assegurando, ademais, efeitos retroativos à data da conclusão dos interstícios, observado o prazo de prescrição quinquenal para o pagamento de eventuais direitos não atendidos na data devida.

Sala das Sessões, 16/10/2002

DEP. RDOF. WIZINHO

PP/SP

ATO DA COMISSÃO DIRETORA**N.º 025 , DE 2002**

A COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares,
RESOLVE:

Art. 1º - Os recursos financeiros do Fundo de Reserva do SIS ficam mantidos no Banco do Brasil e na Caixa Econômica Federal, restringida a sua aplicação a depósitos em caderneta de poupança.

Art. 2º - A Presidência do Conselho de Supervisão do SIS fica autorizada a instituir Comissão Especial incumbida de acompanhar e fiscalizar a gestão dos recursos financeiros do Fundo de Reserva do SIS.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 23 de outubro de 2002

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL
Nº 129 , DE 2002

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das suas competências regulamentares, e de acordo com o disposto no art. 320 da Resolução nº 9, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

RESOLVE:

I - Transferir os membros MARIO SOLON RIBEIRO DE OLIVEIRA, matr. 4148, WASHINGTON LUIZ REIS DE OLIVEIRA, matr. 4335, KENDY APARECIDO OSIRO, matr. 4638, e JUSSARA DUTRA IZAC, matr. 2464, da Comissão Especial responsável por implementar os trabalhos de conferência e correção dos dados do Histórico Funcional e do Pagamento dos ex-senadores e servidores inativos, pensionistas e ex-servidores, instituída pela Portaria nº 073, de 2002, desta Diretoria-Geral, para a Comissão Especial, responsável por implementar os trabalhos de conferência e correção dos dados do Histórico Funcional e do Pagamento dos Senadores e servidores ativos, instituída pela Portaria nº 66, de 2002, desta Diretoria-Geral.

II - Transferir os membros CARLOS ALBERTO DA SILVA PINHEIRO, matr. 1039, e CLEUSA MARIA GONÇALVES MARIMON, matr. 4422, da Comissão Especial responsável por implementar os trabalhos de conferência e correção dos dados do Histórico Funcional e do Pagamento dos Senadores e servidores ativos, instituída pela Portaria nº 66, de 2002, desta Diretoria-Geral, para a Comissão Especial responsável por implementar os trabalhos de conferência e correção dos dados do Histórico Funcional e do Pagamento dos ex-senadores e servidores inativos, pensionistas e ex-servidores, instituída pela Portaria nº 073, de 2002, desta Diretoria-Geral.

Senado Federal, 24 de outubro de 2002.

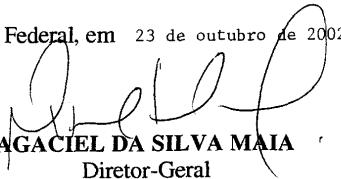
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral do Senado Federal

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1154 , DE 2002

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 012.023/02-7,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **CARLA SPEGIORIN SILVEIRA**, matrícula n.º 31.136, do cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Gabinete do Senador Carlos Patrocínio, a partir de 16 de outubro de 2002.

Senado Federal, em 23 de outubro de 2002.

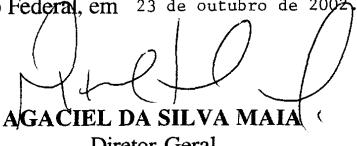

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1155 , DE 2002

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 012.024/02-3,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **FÁBIO PÓVOA DE SOUZA** para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Carlos Patrocínio.

Senado Federal, em 23 de outubro de 2002.

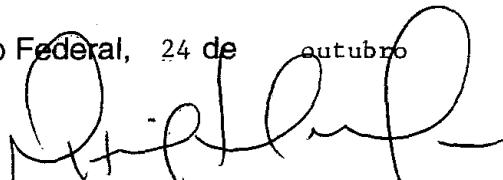

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1156 , de 2002

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, **RESOLVE:**

Designar o servidor **MOACYR DE FARIA RATTON**, matrícula **2511**, para exercer a **FUNÇÃO COMISSIONADA** de **ASSISTENTE TÉCNICO INDUSTRIAL**, Símbolo **FC-6**, do Serviço de Impressão de Publicações Oficiais, da Subsecretaria Industrial, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, responsável pelo **quarto turno** de trabalho, com efeitos financeiros a partir de 1º de outubro de 2002.

Senado Federal, 24 de outubro de 2002.

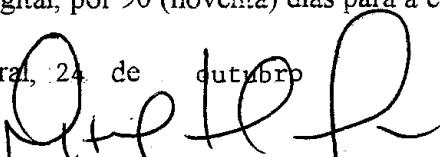

AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1157 , de 2002

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 09 de 1997, **RESOLVE:**

Art. 1º. Prorrogar o prazo estabelecido no Ato nº 620/2002 que constituiu Comissão Especial de Trabalho com a finalidade de propor novas aquisições de equipamentos, readequação dos contratos existentes de locação dos equipamentos digitais à nova realidade oferecida no mercado gráfico, implantação e acompanhamento do software QuarkXpres, na área de formatação eletrônica e implementação das ordens de serviço executadas pelo Serviço de Publicações Oficiais para o sistema totalmente digital, por 90 (noventa) dias para a conclusão dos trabalhos.

Senado Federal, 24 de outubro de 2002.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1158, de 2002**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares e em cumprimento ao disposto no artigo 30 da Resolução n.º 42, de 1993,

Resolve:

Art. 1º - Aos servidores do Quadro de Pessoal da Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal que cumpriram o interstício e demais requisitos do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal (Resolução n.º 42/93) e do Ato n.º 5/95 da Comissão Diretora do Senado Federal, é concedida a promoção de um padrão no mesmo nível, por mérito ou antiguidade, na forma do anexo deste Ato.

Art. 2º - As promoções a que se refere o artigo anterior terão efeitos financeiros a partir de 01 de janeiro de 2002.

Art. 3º - Os servidores que obtiveram conceito "insuficiente", em pelo menos 1 (um) dos fatores da avaliação de desempenho, serão promovidos por antiguidade, a partir de 01 de janeiro de 2003.

Art. 4º - Este Ato entra em vigor na data da sua publicação.

Senado Federal, 24 de outubro de 2002.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ANEXO DO ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1158 , de 2002

Servidores promovidos por MÉRITO, a partir de 1º de janeiro de 2002, em razão de terem obtido conceito “suficiente” na Avaliação Anual de Desempenho do ano de 2002, referente ao interstício com início em 01/01/2001 e término em 31/12/2001:

Mat.	Nome	Promoção	
		De	Para
2708	JOSÉ FELIX DA FONSECA GALVÃO	MO29	MO30
3120	CARLOS ANTONIO SALIS DA SILVA	MO29	MO30
3134	MARCO AURELIO NASCIMENTO	MO29	MO30
3336	ERNESTO JOSÉ DE SOUZA GOES	MO28	MO29
3500	MERCIA M. FERNANDES GAUDENCIO	MO29	MO30
3707	JADSON FERNANDO RAMOS OLIVEIRA	MO27	MO28
3786	FELIPE BALSINI GHISI	MO29	MO30
3790	MOACYR SOARES	MO29	MO30
3792	FRANCISCA DAS CHAGAS OLIVEIRA	MO28	MO29
3805	RUTH MARIA FROTA MENDONÇA	MO26	MO27
3826	MYRIAM RIBEIRO MACHADO	MO28	MO29
3862	MARIO HERMES S. VIGGIANO	MO28	MO29
3882	CALEB DA CONCEIÇÃO MARTINS	MO29	MO30
4003	MARCIA DE FATIMA OLIVEIRA	MO29	MO30

Relação dos Servidores promovidos por ANTIGUIDADE, a partir de 01 de janeiro de 2002, em razão de terem obtido conceito “insuficiente” na Avaliação Anual de Desempenho do ano de 2001, referente ao interstício com inicio em 01/01/2000 e término em 31/12/2000:

Mat.	Nome	Promoção	
		De	Para
3329	PAULO GOMES DE F. MESQUITA	MO29	MO30
3846	DÉBORA MARIA ACHE PILLAR	SO44	SO45

Relação dos servidores a serem promovidos por ANTIGUIDADE, a partir de 1º de janeiro de 2003, em razão de terem obtido conceito “insuficiente” na Avaliação Anual de Desempenho do ano de 2002, referente ao interstício iniciado em 01/01/2001 e término em 31/12/2001.

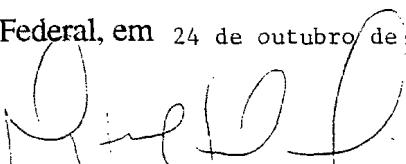
Mat.	Nome	Promoção	
		De	Para
2202	ANTONIO MARIANO DUTRA	MO25	MO26
3501	RACHEL FERNANDES	MO25	MO26
3547	FRANCISCO FERREIRA SILVA FILHO	MO26	MO27
3668	HELEN GARCIA BAPTISTA	MO25	MO26

**ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1159 , DE 2002**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 012166/02-2,

R E S O L V E exonerar ANA MARIA CAETANO POMPEU, matrícula n.º 30.240, do cargo de Secretário Parlamentar do Gabinete do Senador Gerson Camata e nomeá-la, na forma do disposto no Inciso II do art. 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no mesmo gabinete.

Senado Federal, em 24 de outubro de 2002



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1160 , DE 2002**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 012.141/02-0,

R E S O L V E exonerar **ANTONIO CARLOS DA SILVA UMINSKI**, matrícula n.º 32684, do cargo de Assistente Parlamentar, AP-4, do Gabinete do Senador José Fogaça e nomeá-lo, na forma do disposto no Inciso II do art. 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no mesmo gabinete.

Senado Federal, em 24 de outubro de 2002



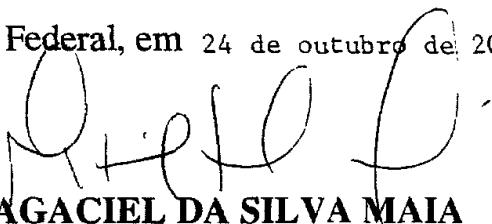
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1161 , DE 2002**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 012.123/02-1,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **RAUL QUEIROZ NEVES**, matrícula n.º 31.828, do cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Gabinete do Senador Lindberg Cury.

Senado Federal, em 24 de outubro de 2002



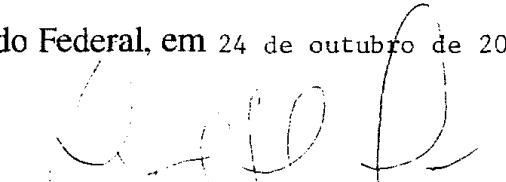
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1162 , DE 2002**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **012.123/02-1**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **HELOISA HELENA DE SOUSA QUEIROZ NEVES** para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Lindberg Cury.

Senado Federal, em 24 de outubro de 2002



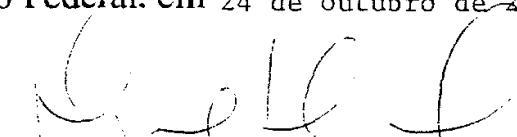
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1163 , DE 2002**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 012.184/02-0,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **LUIZ ROBERTO DA FONSECA**, matrícula n.º 31.603, do cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Gabinete da Segunda-Secretaria, a partir de 23/10/2002.

Senado Federal, em 24 de outubro de 2002



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

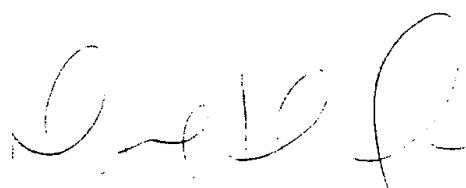
**ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1164, DE 2002**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora n.º 12, de 1995,

R E S O L V E

Tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 799, de 19/07/2002, publicado no Diário Oficial do dia 22/07/2002, que nomeou **WEDER DE OLIVEIRA** para o cargo de Consultor de Orçamentos - Nível III, Área de Consultoria e Assessoramento em Orçamentos, Padrão 41, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em virtude de não ter tomado posse no prazo previsto no § 2.º do art. 13 da Lei n.º 8.112, de 1990.

Senado Federal, em 24 de outubro de 2002



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral do Senado Federal

**ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1165 , DE 2002**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, de acordo com a Resolução n.º 42, de 1993,

R E S O L V E

Nomear **FERNANDO MOUTINHO RAMALHO BITTENCOURT** para o cargo de Consultor de Orçamentos - Nível III, Área de Consultoria e Assessoramento em Orçamentos, Padrão 41, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em virtude de aprovação em concurso público homologado pelo Ato do Diretor-Geral n.º 588, de 31 de maio de 2002, e publicado no Diário Oficial da União, Seção I, de 6 de junho de 2002.

Senado Federal, em 24 de outubro de 2002



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral do Senado Federal

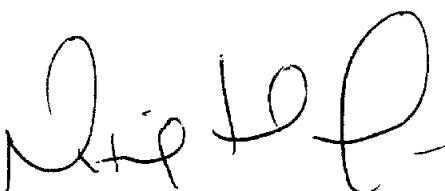
**ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1166, DE 2002**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, de acordo com a Resolução n.º 42, de 1993,

R E S O L V E

Nomear **NILTON CESAR RODRIGUES SOARES** para o cargo de Consultor de Orçamentos - Nível III, Área de Consultoria e Assessoramento em Orçamentos, Padrão 41, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em virtude de aprovação em concurso público homologado pelo Ato do Diretor-Geral n.º 588, de 31 de maio de 2002, e publicado no Diário Oficial da União, Seção I, de 6 de junho de 2002.

Senado Federal, em 24 de outubro de 2002.



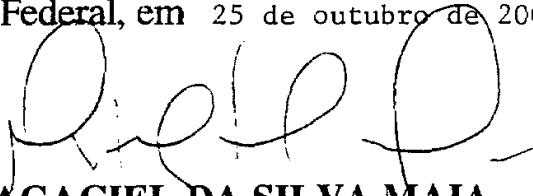
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral do Senado Federal

**ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1167 , DE 2002**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **012183/02-4**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **VASCONCELO WALTER DE MORAES QUADROS** para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Segunda-Secretaria.

Senado Federal, em 25 de outubro de 2002.



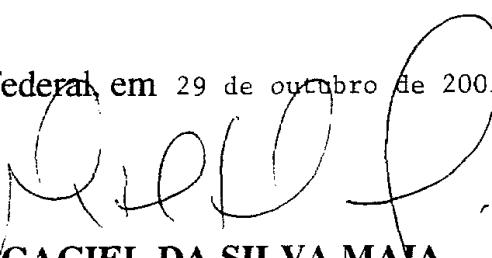
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1168 , DE 2002**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **012187/02-0**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ZÉLIA MARIA VICENTE DA SILVA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador José Fogaça.

Senado Federal, em 29 de outubro de 2002.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

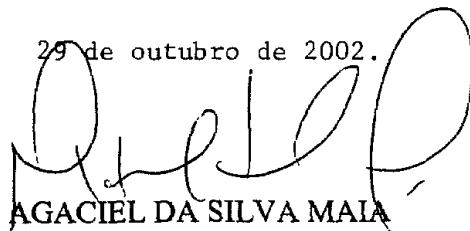
ATO DO DIRETOR-GERAL

N.º 1169 , de 2002

*O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício
de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no
Processo n.º 012189/02-2,*

RESOLVE, fundamentado nos arts. 215 e 217, inciso I,
alínea “a”, da Lei n.º 8.112/90, conceder pensão vitalícia a **MANOEL DE
CASTRO RIBEIRO**, na condição de cônjuge, na proporção de 1/1 (um
inteiro), dos proventos que percebia a ex-servidora **MARIA DE JESUS
SOBREIRA DE CASTRO**, matrícula 01888, a partir da data do óbito,
18/10/2002.

Senado Federal, 29 de outubro de 2002.



AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1170 , DE 2002**

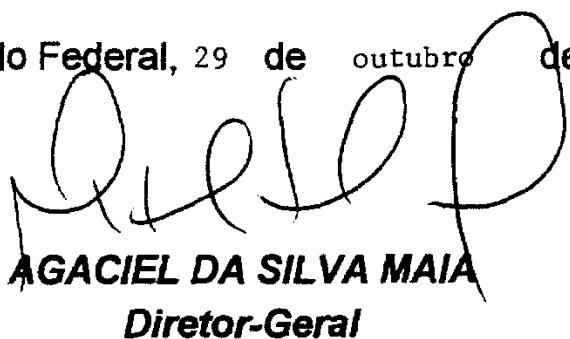
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os **Atos nº 9 de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, e **nº 15 de 1997**, artigo 19, parágrafo único, ambos da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores LUCIANO FREITAS DE OLIVEIRA, matrícula nº 3245 e, VANILDO BATISTA DA SILVA, matrícula nº 2525, como gestores titular e substituto, respectivamente, do processo nº 012145/02-5 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 29 de outubro de 2002.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1171 , DE 2002**

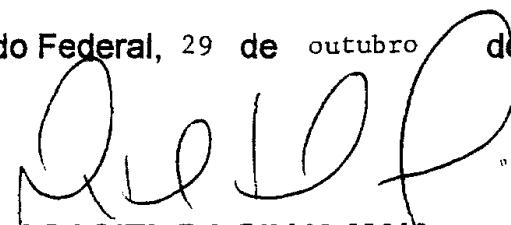
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os **Atos nº 9 de 1996, artigos 3º, inciso II, e 4º, e nº 15 de 1997, artigo 19, parágrafo único**, ambos da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores LUCIANO FREITAS DE OLIVEIRA, matrícula nº 3245 e, VANILDO BATISTA DA SILVA, matrícula nº 2525, como gestores titular e substituto, respectivamente, do processo nº 009296/02-6 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 29 de outubro de 2002.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1172 , DE 2002**

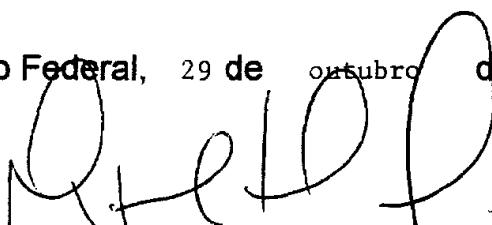
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os **Atos nº 9 de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, e **nº 15 de 1997**, artigo 19, parágrafo único, ambos da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores JADILNEY PINTO DE FIGUEIREDO, matrícula nº 1145 e, SILVIO FERNANDO VIEIRA CORREIA, matrícula nº 1474, como gestores titular e substituto, respectivamente, do processo nº 012036/02-1 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 29 de outubro de 2002.


AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1173 , DE 2002

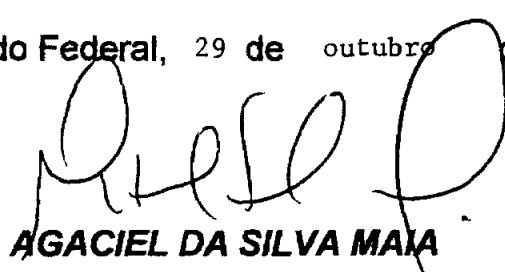
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os **Atos nº 9 de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, e **nº 15 de 1997**, artigo 19, parágrafo único, ambos da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores ELIAS LYRA BRANDÃO, matrícula nº 1312 e, LUIZ CARLOS PIRES RAYOL, matrícula nº 3379, como gestores titular e substituto, respectivamente, do processo nº 001550/02-0 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 29 de outubro de 2002.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(51^a LEGISLATURA)

PFL	BAHIA - Antonio Carlos Júnior	BLOCO	- Benício Sampaio (PPB)
PFL	- Waldeck Ornelas	PMDB	- Alberto Silva
PFL	- Paulo Souto	RIO GRANDE DO NORTE	- Geraldo Melo (PSDB)
RIO DE JANEIRO		PFL	- José Agripino
BLOCO	- Artur da Távola (PSDB)	PTB	- Tasso Rosado
BLOCO	- Geraldo Cândido (PT)	SANTA CATARINA	- Casildo Maldaner
BLOCO	- Roberto Saturnino (PT)	PFL	- Geraldo Althoff
MARANHÃO		PFL	- Jorge Bornhausen
PFL	- Bello Parga	ALAGOAS	- Renan Calheiros
PFL	- Edison Lobão	BLOCO	- Teotônio Vilela Filho(PSDB)
PMDB	- João Alberto Souza	BLOCO	- Heloísa Helena (PT)
PARÁ		SERGIPE	- Antonio Carlos Valadares
PSB	- Ademir Andrade	PSB	- José Eduardo Dutra (PT)
PMDB	- Fernando Ribeiro	BLOCO	- Maria do Carmo Alves
BLOCO	- Luiz Otávio (PPB)	PFL	- Bernardo Cabral
PERNAMBUCO		PDT	- Jefferson Péres
PTB	- Carlos Wilson	PMDB	- Gilberto Mestrinho
BLOCO	- Roberto Freire (PPS)	PDT	- Osmar Dias
PFL	- José Jorge	PMDB	- Roberto Requião
SÃO PAULO		PDT	- Álvaro Dias
BLOCO	- José Serra (PSDB)	ACRE	- Marina Silva (PT)
PFL	- Romeu Tuma	BLOCO	- Nabor Júnior
BLOCO	- Eduardo Suplicy (PT)	BLOCO	- Tião Viana (PT)
MINAS GERAIS		MATO GROSSO DO SUL	- Lúdio Coelho (PSDB)
PFL	- Francelino Pereira	PMDB	- Ramez Tebet
PTB	- Arlindo Porto	PMDB	- Juvêncio da Fonseca
PL	- José Alencar	DISTRITO FEDERAL	- Lindberg Cury
GOIÁS		PFL	- Lauro Campos
PMDB	- Mauro Miranda	PDT	- Valmir Amaral
PMDB	- Iris Rezende	TOCANTINS	- Carlos Patrocínio
PMDB	- Maguito Vilela	PTB	- Leonmar Quintanilha
MATO GROSSO		BLOCO	Eduardo Siqueira Campos (PSDB)
PMDB	- Carlos Bezerra	PMDB	- Gilvam Borges
PFL	- Jonas Pinheiro	PDT	- Sebastião Rocha
BLOCO	- Antero Paes de Barros (PSDB)	PMDB	- José Sarney
RIO GRANDE DO SUL		RONDÔNIA	- Chico Sartori (PSDB)
BLOCO	- Emilia Fernandes (PT)	PFL	- Moreira Mendes
BLOCO	- José Fogaça (PPS)	PMDB	- Amil Lando
PMDB	- Pedro Simon	RORAIMA	- Marluce Pinto
CEARÁ		DLOCO	- Romero Jucá (PSDD)
BLOCO	- Lúcio Alcântara (PSDB)	PFL	- Mozarildo Cavalcanti
PMDB	- Sérgio Machado		
BLOCO	- Reginaldo Duarte (PSDB)		
PARAÍBA			
PTB	- Wellington Roberto		
BLOCO	- Ronaldo Cunha Lima (PSDB)		
PMDB	- Ney Suassuna		
ESPIRITO SANTO			
PMDB	- Luiz Pastore		
BLOCO	- Ricardo Santos(PSDB)		
PSB	- Paulo Hartung		
PIAUÍ			
BLOCO	- Freitas Neto (PSDB)		

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Aldo Rebelo¹

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
LÍDER DA MAIORIA Deputado JUTAHY JÚNIOR (PSDB-BA) Telefones: 318-8221/7167/8224	LÍDER DA MAIORIA Senador RENAN CALHEIROS (PMDB-AL) Telefones: 311-2261/2262 e 311-3051/3052
LÍDER DA MINORIA Deputado JOÃO PAULO (PT-SP) Telefones: 318-5170/5172	LÍDER DA MINORIA Senador EDUARDO SUPLICY (Bloco PT/PPS-SP) ² Telefones: 311-3191/3192/3873/3861/3862
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Deputado ALDO REBELO (Bloco PSB/PCdoB-SP) Telefones: 318-6992/6997/6996/6984	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Senador JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) Telefones: 311-2063/2065 e 311-3259/3496

(Atualizada em setembro de 2002)

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4569

Notas:

¹ Alternância feita na 1ª Reunião de 2002, realizada em 2 de abril, às 15h.

² Em 17.4.2002, o Partido Democrático Trabalhista – PDT deixou de fazer parte do Bloco Parlamentar de Oposição, conforme comunicação feita através do Ofício nº 27/02-GLPDT, de 15.4.2002 (DSF de 18.4.2002, página 4919).

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
 (Lei nº 8.369, de 30 de dezembro de 1991)
 (Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

COMPOSIÇÃO

Presidente: JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO¹

Vice-Presidente: JAYME SIROTSKY

1º Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

LEI N° 8.369/91, ART. 4º	TÍTULOS	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SORAES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante de empresas da Imprensa escrita (inciso III)	PAULO CABRAL DE ARAÚJO	CARLOS ROBERTO BERLINCK
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	MIGUEL CIPOLLA JR.
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	FREDERICO BARBOSA GHEDINI
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	FRANCISCO PEREIRA DA SILVA	ORLANDO JOSÉ FERREIRA GUILHON
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO	MANUEL ALCEU AFFONSO FERREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ALBERTO DINES	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JAYME SIROTSKY	JORGE DA CUNHA LIMA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	CARLOS CHAGAS	REGINA DALVA FESTA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RICARDO MORETZSOHN	ASSUNÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE

Composição atualizada em setembro de 2002

Nota:

¹ Presidente e Vice-Presidente eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 25.6.2002.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
 Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
 Telefones: 311-4561 e 311-3285

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

COMISSÕES DE TRABALHO

1 - Comissão para tratar da Regionalização da Programação da Televisão e do Rádio
(constituída na Reunião de 26/06/2002)

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)

2 - Comissão para tratar da Introdução da Tecnologia Digital na Comunicação Social
(constituída na Reunião de 26/06/2002)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) - Coordenador
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão) – desde 14/10/2002
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio) – desde 14/10/2002
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) – desde 14/10/2002

3 - Comissão para tratar da Radiodifusão Comunitária (constituída na Reunião de 02/09/2002)

- Regina Dalva Festa (Representante da sociedade civil) – Coordenadora
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)

4 - Comissão para análise da Medida Provisória nº 70, de 2002 – participação de capital estrangeiro nas empresas Jornalísticas e de radiodifusão (constituída na Reunião de 14/10/2002)

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio) - Coordenador
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil)
- Assunção Hernandes Moraes de Andrade (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-3265

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
 (Resolução do Senado Federal nº 20/93)

1º Eleição Geral: 19.04.1996
 2º Eleição Geral: 30.06.1999
 3º Eleição Geral: 27.06.2001

Presidente: Senador Juvêncio da Fonseca¹
Vice-Presidente: Senador Geraldo Althoff

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Juvêncio da Fonseca ²	MS	1128	1. Renan Calheiros	AL	2261
Carlos Becerra	MT	2291	2. (vago) ³		
Casildo Maldaner	SC	2141	3. Marluce Pinto	PR	1301
João Alberto Souza	MA	4073	4. Gilvam Borges	AP	2151
Nabor Júnior	AC	1478	5. Gerson Camata	ES	3203
PFL					
Geraldo Althoff	SC	2041	1. Carlos Patrocínio (PTB) ⁴	TO	4058
Moreira Mendes	RO	2231	2. (vago) ⁵		
Belo Parga ⁶	MA	3069	3. Moacirido Cavalcanti	RR	1160
Waldeck Omelao	BA	2212	4. Jonas Pinheiro	MT	2271
Bloco (PSDB/PPB)					
Antero Paes de Barros (PSDB)	MT	1248	1. Freitas Neto (PSDB) ⁷	PI	2131
Ricardo Santos (PSDB)	ES	2022	2. Romero Juodá (PSDB)	RR	2111
Benício Sampaio (PPB) ⁸	PI	3085	3. (vago) ⁹		
Bloco Parlamentar de Oposição (PT/PPS)					
Helózia Helena (PT)	AL	3107	1. Marina Silva (PT)	AC	2193
Jefferson Péres (PDT)	AM	2061	2. Paulo Hartung (PSB) ¹⁰	ES	1129
PSB					
Roberto Saturnino (PT) ¹¹	RJ	4229	1. Ademir Andrade	PA	2101
Senador Romeu Tuma – Corregedor do Senado (PFL/SP) (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93) – Ramal 2051					

Atualizada em outubro de 2002

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
 Telefones: 311-4561 e 311-3265

Notas:

¹ Em 27.8.2001, na 14ª Reunião do Conselho, em sua nova composição, foram eleitos Presidente e Vice-Presidente os Senadores Gilberto Mestrinho e Geraldo Althoff respectivamente (Ata publicada no DSF de 29.6.2001). Em 13.8.2001, o Senador Gilberto Mestrinho licenciou-se do mandato, para tratamento de saúde, tendo assumido, interinamente, a Presidência do Conselho o seu Vice-Presidente, Senador Geraldo Althoff. Na Sessão de 5.9.2001, o Senador Gilberto Mestrinho comunicou sua renúncia às funções de Presidente e membro do Conselho. Em 13.9.2001, na 18ª Reunião do Conselho, foi eleito Presidente o Senador Juvêncio da Fonseca (Ata publicada no DSF de 20.9.2001).

² Eleito membro do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar na Sessão de 5.9.2001, em face da renúncia do Senador Gilberto Mestrinho às funções de Presidente e membro do Conselho, anunciada na mesma Sessão.

³ Vaga ocupada pelo Senador Ney Suassuna até 14.11.2001, quando comunicou, em Plenário, o seu afastamento do mandato de Senador, para assumir o cargo de Ministro de Estado da Integração Nacional.

⁴ Licenciado do exercício do mandato por 121 dias, no período de 21.5 a 18.9.2002, conforme requerimentos aprovados na Sessão de 21.5.2002. Reassumiu em 19.9.2002, conforme comunicação lida na Sessão de 8.10.2002.

⁵ Comunicada sua filiação ao PTB na Sessão de 27.9.2001.

⁶ Vaga ocupada pelo Senador Freitas Neto até 20.11.2001, quando comunicou, em Plenário, sua renúncia às funções de membro suplente do Conselho pelo PFL, tendo em vista sua filiação ao PSDB, anunciada na Sessão de 9.10.2001. Na mesma Sessão de 20.11.2001, foi eleito membro suplente do Conselho na vaga do PSDB.

⁷ Licenciado do exercício do mandato por 121 dias, no período de 2.4 a 31.7.2002, conforme comunicação lida na Sessão de 24.4.2002. Reassumiu o mandato em 2.8, conforme comunicação lida na Sessão da mesma data.

⁸ Eleito na Sessão de 20.11.2001 para a vaga deixada pelo Senador Geraldo Melo, que, em 6.11.2001, comunicou, em Plenário, sua renúncia às funções de membro suplente do Conselho.

⁹ Eleito na Sessão de 14.5.2002, em substituição ao Senador Leonar Quintanilha, que, na Sessão de 10.10.2001, havia comunicado seu desligamento do PPB e filiação ao PFL.

¹⁰ Vaga ocupada até 17.8.2002 pelo Senador Reginaldo Duarte, eleito na Sessão de 14.5.2002, cujo exercício do mandato de Senador encerrou-se em virtude do retorno do titular, Senador Luiz Pontes. Antes, a vaga havia sido ocupada pelo Senador Luiz Pontes, eleito na Sessão de 20.11.2001 para a vaga deixada pelo Senador Sérgio Machado, que, por sua vez, em 8.11.2001, comunicara, em Plenário, sua renúncia às funções de membro suplente do Conselho, tendo em vista sua filiação ao PMDB, anunciada na Sessão de 3.10.2001.

¹¹ Comunicado o desligamento do PDT do Bloco Parlamentar de Oposição na Sessão de 17.4.2002.

¹² Comunicada sua filiação ao PSB na Sessão de 8.10.2001.

¹³ Comunicada sua filiação ao PT na Sessão de 16.5.2002, tendo anunciado sua desfiliação do PSB na Sessão de 6.3.2002.

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

Composição¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
(Vago) ²	1º Corregedor Substituto
(Vago) ³	2º Corregedor Substituto
Senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE)	3º Corregedor Substituto

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4569

Notas:

- ¹ Reeleitos na Sessão Ordinária de 2.4.97, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.
- ² Em virtude da eleição do Senador Ramez Tebet à Presidência do Senado Federal, em 20.9.2001.
- ³ Vaga ocupada pelo Senador Joel de Hollanda até 31.1.1999, quando se encerrou seu mandato de Senador.

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1º Designação: 16.11.1995
2º Designação: 30.06.1999
3º Designação: 27.06.2001

PROCURADORES¹

SENADOR	UF	VOTO
Juvêncio da Fonseca	MS	1126
Gerson Camata	ES	3203
Bernardo Cabral	AM	2081
Beto (PSDB/PR)		
Eduardo Siqueira Campos ²	TO	4070
PDT		
Jefferson Péres	AM	2061

Atualizada em abril de 2002

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-3265

Notas:

¹ Designados em 27.06.2001.

² Designado na Sessão de 16.4.2002 (DSF de 17.4.2002, p. 4664) para a vaga deixada pelo Senador Fernando Matusalém, em virtude do Ato nº 1, de 2002, da Mesa do Senado Federal, que declarou a perda de seu mandato de Senador pela representação do Estado de Rondônia (publicado no DSF de 6/3/2002).

³ O PDT desligou-se do Bloco de Oposição em 17.4.2002 (DSF de 18.4.2002).

SENADO FEDERAL
SECRETARIA - GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
Diretora: CLEIDE MARIA BARBOSA F. CRUZ
Ramais: 3488 – 3489 - 3491 Fax: 1095

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS
E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO
Chefe: WILL DE MOURA WANDERLEY
Ramais: 3623 Fax: 3606

Secretários: FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal 3508)
DULCÍDIA RAMOS CALHÃO (Ramal 3514)
JANICE DE CARVALHO LIMA (Ramal 3511)
IRANI RIBEIRO DOS SANTOS (Ramal 4854)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS
Chefe: SÉRGIO DA FONSECA BRAGA
Ramais: 3507 - Fax: 3512

Secretários: MARIA DE FÁTIMA MAIA DE OLIVEIRA (Ramal: 3520)
CLEUDES BOAVENTURA FARIA NERY (Ramal: 3503)
MARIA CONSUELO DE CASTRO SOUZA (Ramal: 3504)
RILVANA CRISTINA DE SOUZA MELO (Ramal: 3509)
HERMES PINTO GOMES (Ramal: 3502)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Secretários:	CAE	- LUIZ GONZAGA DA SILVA FILHO (Ramal: 4605)
	CAS	- EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA - (Ramal: 4608)
	CCJ	- GILDETE LEITE DE MELO (Ramal: 3972)
	CE	- JÚLIO RICARDO BORGES LINHARES (Ramal: 4604)
	CFC	- JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO (Ramal: 3935)
	CI	- CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4354)
	CRE	- MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO (Ramal: 4777)

COMISSÕES PERMANENTES
(Arts. 72 e 77 RISF)

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE
Presidente: LÚCIO ALCÂNTARA
Vice-Presidente: CARLOS BEZERRA
(27 titulares e 27 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Francisco Escórcio		3069/3072	1 - Pedro Simon	RS	3230/3232
Carlos Bezerra	MT	2291/2297	2 - Iris Rezende	GO	2032/39
Nabor Júnior	AC	1478/4619	3 - Mauro Miranda	MS	2221/2227
Gilberto Mestrinho	AM	3104/3106	4 - Sérgio Machado	CE	2281/2285
João Alberto Souza	MA	4073/4074	5 - Renan Calheiros	AL	5151
Vago			6 - Gerson Camata	ES	3203/3204
Alberto Silva	PI	3055/3057	7 - Roberto Requião	PR	2401/2407
Ney Suassuna	PB	4345/4346	8 - Amir Lando	RO	3130/3132
Valmir Amaral	DF	1961/1963	9 - Marluce Pinto	RR	2401/2407

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Francelino Pereira	MG	2411/2417	1 - Jorge Bornhausen	SC	1123
José Agripino	RN	2361/2367	2 - Leomar Quintanilha	TO	2071/2072
Jonas Pinheiro	MT	2271/2272	3 - Moreira Mendes	RO	2231/2237
Antonio Carlos Júnior	BA	2191/2196	4 - Bernardo Cabral	AM	2081/2087
Paulo Souto	BA	3173/3175	5 - Romeu Tuma	SP	2051/57
Waldeck Ornelas	BA	2211/2215	6 - Geraldo Althoff	SC	2041/2047
Lindberg Cury	DF	2011/2017	7 - José Jorge	PE	1284/3245

BLOCO PSDB/PPB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Freitas Neto	PI	2131/2137	1 - José Serra	SP	2351/2352
Lúcio Alcântara	CE	2301/2307	2 - Geraldo Melo	RN	2371/2377
Lúdio Coelho	MS	2381/2387	3 - Eduardo Siqueira Campos	TO	4070/4071
Romero Jucá	RR	2111/2117	4 - Luiz Pontes	CE	3242/3249
Ricardo Santos	ES	2022/2024	5 - Benício Sampaio	PI	4200/4206

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT,PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Eduardo Suplicy	SP	3213/3215	1 - José Eduardo Dutra	SE	2391/2397
Heloísa Helena	AL	3197/3199	2 - Paulo Hartung (cessão)	ES	1031/1231
José Fogaça	RS	1207/1607	3 - Roberto Freire	PE	2161/2164

PDT

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Lauro Campos	DF	2341/2347	1 - Jefferson Péres	AM	2061/2063

PSB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Roberto Saturnino (1)	RJ	4229/4230	1 - Ademir Andrade	PA	2101/2109
			PTB		
TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais

Fernando Bezerra **RN** **2461/2464** **1 - Arlindo Porto** **MG** **2321/2327**

(1) Comunicação de desligamento do PSB publicada no DSF de 07/03/2002, e de filiação ao PT publicada no DSF de 17/05/2002

Reuniões: Terças-feiras às 10:00 horas

Sala nº 19 – Ala Senador Alexandre Costa

Secretário: Luiz Gonzaga da Silva Filho (Ramal: 4605)

Telefone da Sala de Reunião: 311-32 55

Telefones da Secretaria: 311-3516/4605

Fax: 311-4344 - E-mail: dirceu@senado.gov.br Atualizada em : 09/10/2002.

1.1) - COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
SUBCOMISSÃO DE TURISMO

PRESIDENTE: SENADOR MOREIRA MENDES
VICE-PRESIDENTE: WELLINGTON ROBERTO
(05 TITULARES E 05 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES
PMDB		
GILVAM BORGES	AP-2151/2152	1- ROBERTO REQUIÃO
WELLINGTON ROBERTO (3)	PB-3194/3195	2- IRIS REZENDE
SUPLENTES		
PFL		
MOREIRA MENDES	RO-2231/33	1- PAULO SOUTO
SUPLENTES		
BLOCO PSDB/PPB		
GERALDO MELO (PSDB) (2)	RN-2371/2372	1-EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS
SUPLENTES		
BLOCO OPOSIÇÃO / PTB		
PAULO HARTUNG (1)	ES-1031/1129	1- ARLINDO PORTO

ORIGEM: REQUERIMENTO N º 07-CAE/2001

REUNIÕES: SALA N º 19 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

SECRETÁRIO: ☎- SALA DE REUNIÕES: 311-3255

☎- SECRETARIA: 311-3516/4605 E-MAIL: dirceuv@senado.gov.br

FAX: 311-4344 ATUALIZADA EM: 22.02.2002

(1) Desfiliou-se do PPS, em 02.10.2001, filiando-se ao PSB em 08.10.2001, passando a membro suplente da Comissão, por cessão, em 10.10.2001.

(2) Passou a membro suplente na Comissão, em 17.10.2001.

(3) Comunicação de filiação ao PTB publicada no DSF de 23/02/2002

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – CAS
Presidente: ROMEU TUMA
Vice-Presidente: MARINA SILVA
(29 titulares e 29 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Maguito Vilela	GO	3149/3150	1 – Vago		
Marluce Pinto	RO	1301/4062	2 – Vago		
Mauro Miranda	GO	2091/2097	3 – Vago		
Pedro Simon	RS	3230/3232	4 – Vago		
Juvêncio da Fonseca	MT	3015/3016	5 – Amir Lando	RO	3130/3132
Casildo Maldaner	SC	2141/2146	6 – Carlos Bezerra	MT	2291/2297
Gilvam Borges	AP	2151/2157	7 – Alberto Silva	PI	3055/3057
Valmir Amaral	DF	4064/4065	8 – Nabor Júnior	AC	1478/4619
João Alberto Souza	MA	4073/4074	9 – Francisco Escórcio	DF	3069/3072

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Romeu Tuma	SP	2051/2057	1 – Bernardo Cabral	AM	2081/2087
Jonas Pinheiro	MT	2271/2277	2 – Paulo Souto	BA	3173/3175
Waldeck Ornelas	BA	2211/2215	3 – José Agripino	RN	2361/2367
Geraldo Althoff	SC	2041/2047	4 – Bello Parga	MA	3069/3072
Moreira Mendes	RO	2231/2237	5 – Antonio Carlos Júnior	BA	2191/2196
Maria do Carmo Alves	SE	4055/4057	6 – Vago		
Leomar Quintanilha	TO	2071/2072	7 – Francelino Pereira	MG	2411/2417
Lindberg Cury	DF	2011/2017	8 – José Jorge	PE	1284/3245

BLOCO PSDB/PPB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Artur da Távola	RJ	2431/2432	Romero Jucá	RR	2111/2117
Benício Sampaio	PI	3085/3086	Luiz Otávio	PA	1027/4393
Luiz Pontes	CE	3242/3249	Geraldo Melo	RN	2371/2377
Chico Sartori	RO	2251/2258	Teotonio Vilela Filho	AL	4093/4095
Eduardo Siqueira Campos	TO	4070/4071	Lúcio Alcântara	CE	2301/2307
Ricardo Santos	ES	2022/2024	Lúdio Coelho	MS	2381/2387

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Emília Fernandes	RS	2331/2337	1 – Geraldo Cândido	RJ	2171/2177
Marina Silva	AC	2186/2189	2 – Heloísa Helena	AL	3197/99
Tião Viana	AC	3038/3493	3 – Roberto Freire	PE	2161/2164

PDT

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Lauro Campos	RS	2331/2337	1 – Jefferson Peres	AM	2061/2067
Sebastião Rocha	AP	2241/2247	2 – Osmar Dias	PR	2124/2125

PSB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Ademir Andrade	PA	2101/2109	1 – Vago		

(1) Deixou o exercício do mandato, em virtude da reassunção do Titular em 11/03/2002.

Reuniões: Quartas-feiras às 14:00 horas

Sala nº 09 – Ala Senador Alexandre Costa

Secretário: José Roberto A. Cruz

Telefone da Sala de Reunião: 311-3359

Telefones da Secretaria: 311-4608/3515

Fax: 311-3652 - E-mail: jrac@senado.gov.br

09/10/2002

Atualizada em:

2.1) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA ACOMPANHAMENTO E INVESTIGAÇÃO DE CASOS DE EXPLORAÇÃO DO TRABALHO E PROSTITUIÇÃO INFANTO-JUVENIS

PRESIDENTE: Senadora Marluce Pinto
VICE-PRESIDENTE: Senadora Maria do Carmo Alves
RELATORA: Senadora Heloísa Helena

PMDB

Marluce Pinto RR – 1301/4062

Valmir Amaral DF – 4064/4065

PFL

Geraldo Althoff SC – 2041/2047

Maria do Carmo Alves SE – 4055/4057

BLOCO PSDB/PPB

VAGO

BLOCO OPOSIÇÃO (PT,PPS)

Heloísa Helena AL – 3197/3199

Emilia Fernandes RS – 2331/2337

PDT

Sebastião Rocha AP – 2241/2247

SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 11A - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.: DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359

**2.2) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO**

**PRESIDENTE: SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (1)
VICE-PRESIDENTE: SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA
RELATOR: SENADOR SEBASTIÃO ROCHA**

PMDB

JUVÊNCIO DA FONSECA	MT – 1128/1129
MARLUCE PINTO	RR – 1301/4062

PFL

MARIA DO CARMO ALVES	SE – 4055/4057
WALDECK ORNELAS	BA – 2211/2217

BLOCO PSDB/PPB

LEOMAR QUINTANILHA (PFL) (1)	TO – 2071/2072
Vaga cedida ao Bloco PT/PDT/PPS	

BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PPS)

HELOÍSA HELENA	AL – 3197/3199
EMILIA FERNANDES	RS – 2331/2337

PDT

SEBASTIÃO ROCHA	AP – 2241/2247
-----------------	----------------

(1) Desfiliou-se do PPB, sendo indicado membro titular da Comissão pelo PFL, em 18/10/2001.

**SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359**

**DESIGNADA EM: 06/10/1999
ATUALIZADA EM: 03/05/2001**

**2.3) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO DA SAÚDE**

**PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:**

PMDB

Marluce Pinto	RR – 1301/4062
Gilvam Borges	AP – 2151/2157
João Alberto Souza	MA – 4073/4074

PFL

Geraldo Althoff	SC – 2041/2047
VAGO	

BLOCO PSDB/PPB

Benício Sampaio	PI – 3085/3086
Freitas Neto	PI – 2131/2137

BLOCO OPOSIÇÃO (PT,PPS)

Tião Viana	AC – 3038/3493
-------------------	-----------------------

PDT

Sebastião Rocha	AP – 2241/2247
------------------------	-----------------------

**SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359**

DESIGNADA EM: 26/04/2000

ATUALIZADA EM:

2.4) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO DE MORADIA E DESENVOLVIMENTO URBANO

PRESIDENTE: Senador Mauro Miranda

VICE-PRESIDENTE: Senadora Maria do Carmo Alves

RELATOR:

(7 Titulares e 7 Suplentes)

TITULARES		SUPLENTES	
PMDB			
Mauro Miranda 2141/47	GO – 2095/97	1. Casildo Maldaner	SC –
Juvêncio da Fonseca	MS – 1128/29	2. Vago	
PFL			
Lindberg Cury 3173/75	DF – 2012/15	1. Paulo Souto	BA –
Maria do Carmo Alves 2211/17	SE – 4055/57	2. Waldeck Ornelas	BA –
BLOCO PSDB/PPB			
Vago		1. Vago	
BLOCO OPOSIÇÃO (PT,PPS)			
Emilia Fernandes 2241/47	RS – 2331/37		
PDT			
		1. Sebastião Rocha	AP –
PSB			
Ademir Andrade	PA – 2101/2109	1. Vago	

SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359

DESIGNADA EM: 03/10/2001
ATUALIZADA EM: 09/10/2001

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA – CCJ

Presidente: BERNARDO CABRAL

Vice-Presidente: OSMAR DIAS

(23 titulares e 23 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Gerson Camata	ES	3203/3204	1 – Marluce Pinto	RR	1301/4062
Maguito Vilela	GO	3149/3150	2 – Casildo Maldaner	SC	2141/2146
Iris Rezende	GO	2032/39	3 – Wellington Roberto (1)	PB	3194/95
Sérgio Machado	CE	2281/2285	4 – João Alberto Souza	MA	4073/4074
Pedro Simon	RS	3230/3232	5 – Carlos Bezerra	MT	2291/2297
Amir Lando	RO	3130/3132	6 – Ney Suassuna	PB	4345/4346
Roberto Requião	PR	2401/2407	7 – Vago		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Bernardo Cabral	AM	2081/2087	1 – Jorge Bornhausen	SC	1123
Antonio Carlos Júnior	BA	2191/2196	2 – Moreira Mendes	RO	2231/2237
Francelino Pereira	MG	2411/17	3 – Waldeck Ornelas	BA	2211/2215
Bello Parga (2)	MA	3069/3072	4 – José Agripino	RN	2361/2667
Maria do Carmo Alves	SE	4055/57	5 – José Jorge	PE	1284/3245
Romeu Tuma	SP	2051/2057	6 – Leomar Quintanilha	TO	2071/2072

BLOCO PSDB/PPB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Lúcio Alcântara	CE	2301/2307	José Serra	SP	2351/2352
Luiz Otávio	PA	1027/4393	Artur da Távola	RJ	2431/2432
Luiz Pontes	CE	3242/3249	Benício Sampaio	PI	3085/3086
Freitas Neto	PI	2131/2137	Ricardo Santos	ES	2022/2024
Romero Jucá	RR	2111/2117	Chico Sartori	RO	2251/2258

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT,PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais	
José Eduardo Dutra	SE	2391/2397	1 – Eduardo Suplicy	SP	1478/4619	
Roberto Freire	PE	2161/2164	2 – Marina Silva 3 – José Fogaça	AC	2181/2187 RS	1207/1607

PDT

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Jefferson Peres	AM	2061/2067	1 – Sebastião Rocha	AP	2241/2247
Osmar Dias	PR	2121/2125			

PSB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Ademir Andrade	PA	2101/2109	1 – Paulo Hartung	ES	1031/1231

(1) Comunicação de filiação ao PTB publicada no DSF de 23/02/2002

(3) Licenciado por 121 dias, a partir de 02/04/2002.

Reuniões: Quartas-feiras às 10:00 horas
 Secretaria: Gildete Leite de Melo
 Telefones da Secretaria: 311-3972/4612
 Atualizada em 09/10/2002

Sala nº 03 – Ala Senador Alexandre Costa
 Telefone da Sala de Reunião: 311-3541
 Fax: 311-4315 - E-mail: gildete@senado.gov.br

3.1. COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS “INDICAÇÕES APONTADAS” NO RELATÓRIO FINAL DA “CPI DO JUDICIÁRIO” E RECEBER NOVAS DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS COM O OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO.

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

(7 TITULARES E 7 SUPLENTES)

TITULARES

SUPLENTES

PMDB – 3

PFL - 2

BLOCO PSDB/PPB - 1

BLOCO OPOSIÇÃO (PT,PPS) - 1

SECRETÁRIA: GILDETE LEITE DE MELO

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612

SALA Nº 03 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TEL. SALA DE REUNIÕES: 311-3541

FAX: 311- 4315

E.MAIL- gildelete@senado.gov.br

Criada Conforme Requerimento nº 12-CCJ, de 1999, nos termos do Art. 73, do RISF.
Aprovado em 15/12/1999.

- *Retirada as indicações pelas Lideranças*
- *em 6 e 13.9.2000.*

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO – CE

Presidente: RICARDO SANTOS

Vice-Presidente: MOREIRA MENDES

(27 titulares e 27 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Amir Lando	RO	3130/3132	1 – Mauro Miranda	GO	2091/2095
Casildo Maldaner	SC	2141/2146	2 – Pedro Simon	RS	3230/3232
Gerson Camata	ES	3203/3204	3 – Vago (2)		
Gilvam Borges	AP	2151/2157	4 – Sérgio Machado	CE	2281/2285
Marluce Pinto	RR	1301/4062	5 – Alberto Silva	PI	3055/3057
Nabor Júnior	AC	1478/4619	6 – Maguito Vilela	GO	3149/50
José Sarney	AP	3429/3430	7 – Juvêncio da Fonseca	MT	3015/3016
Valmir Amaral	DF	4064/4065	8 – Vago		
Ney Suassuna	PB	4345/4346	9 – Vago		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Geraldo Althoff	SC	2041/2047	Lindberg Cury	DF	2011/2017
Moreira Mendes	RO	2231/2237	Bernardo Cabral	AM	2081/2087
Waldeck Ornelas	BA	2211/2215	Francelino Pereira	MG	2411/2417
Leomar Quintanilha	TO	2071/2072	Jonas Pinheiro	MT	2271/2272
José Jorge	PE	1284/3245	Romeu Tuma	SP	2051/2057
Maria do Carmo Alves (Vaga cedida ao PTB)	SE	4055/4057	Paulo Souto Antonio Carlos Júnior	BA	3173/3175 BA 2191/2196

BLOCO PSDB/PPB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Freitas Neto	PI	2131/2137	1 – Eduardo Siqueira Campos	TO	4070/4071
Artur da Távola	RJ	2431/2432	2 – Lúdio Coelho	MS	2381/2387
Ricardo Santos	ES	2022/2024	3 – Chico Sartori	RO	2251/2258
Teotônio Vilela Filho	AL	4093/4095	4 – Romero Jucá	RR	2111/2117
Benício Sampaio	PI	3085/3086	5 – Lúcio Alcântara	CE	2301/2307
Luiz Pontes	CE	3242/3249	6 – Luiz Otávio	PA	1027/4393

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT,PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Eduardo Suplicy	SP	1478/4619	1 – Geraldo Cândido	RJ	2117/2177
Emília Fernandes	RS	2331/2337	2 – Tião Viana	AC	3038/3493
Marina Silva	AC	2181/2187			

PDT

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Álvaro Dias	PR	3206/3207	1 – Lauro Campos 2 – Sebastião Rocha	DF	2341/2347 AP 2241/2247

PSB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Paulo Hartung	ES	1031/1129	1 – Roberto Saturnino (1)	RJ	4229/4230

PTB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Arlindo Porto (por cessão do PFL)	MG	2321/2327			

(1) Comunicação de desligamento do PSB publicada no DSF de 07/03/2002 e de filiação ao PT publicada no DSF de 17/05/2002

(2) Vaga deixada pelo Sr. Robinson Viana, em virtude da reassunção do titular, Senador Ney Suassuna, em 8.04.2002.

Reuniões: Quintas-feiras às 14:00 horas

Sala nº 15 – Ala Senador Alexandre Costa

Secretário: Júlio Ricardo B. Linhares

Telefone da Sala de Reunião: 311-3276

4.1) – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV

**PRESIDENTE:
(09 TITULARES)**

TITULARES

PMDB

VAGO
VAGO
VAGO

PFL

VAGO
VAGO

BLOCO PSDB/PPB

VAGO
VAGO

BLOCO OPOSIÇÃO (PT,PPS)

VAGO
VAGO

REUNIÕES: SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES

**TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3498/4604
3276**

FAX: 311-3121

E-MAIL: julioric@senado.gov.br

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-

ATUALIZADA EM:

4.2) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

PRESIDENTE: FREITAS NETO

VICE-PRESIDENTE: SATURNINO BRAGA

COMPOSIÇÃO: 12 TITULARES E 12 SUPLENTES

TITULARES

SUPLENTES

PMDB

JOSÉ FOGAÇA (2)	RS-1207/1607	1-VALMIR AMARAL	DF-1962
GERSON CAMATA	ES-3203/04	2-NABOR JÚNIOR	AC-1478/4619
PEDRO SIMON	RS-3232	3-CASILDO MALDANER	SC-2141/42
JUVÊNCIO DA FONSECA	MS-3015/16	4-MAURO MIRANDA	GO-2091/92

PFL

FREITAS NETO	PI – 2131/37	1-GERALDO ALTHOFF	SC-2041/47
FRANCELINO PEREIRA	MG-2414/17	2-VAGO	
ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR	BA-2191/96	3-ROMEU TUMA	SP-2051/57

BLOCO (PSDB/PPB)

LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2303/08	1-VAGO	
RICARDO SANTOS	ES-2022/24	2-VAGO (1)	

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PPS)

GERALDO CANDIDO (PT)	RJ-2171/77	1-EDUARDO SUPLICY (PT)	SP-3213/15
EMÍLIA FERNANDES (PT)	RS-2331/37	2-MARINA SILVA (PT)	AC-2182/84

PSB

ROBERTO SATURNINO (3)	RJ-4229/30	VAGO	
		PDT	

(1) Em virtude da reassunção do Senador Artur da Távola, em 25/09/2001.

(2) Desfilou-se do PMDB, em 01.10.2001, filiando-se ao PPS, sendo substituído na Comissão pelo Senador Sérgio Machado, em 10/10/2001.

(3) Comunicação de desligamento do PSB publicada no DSF de 07/03/2002 e de filiação ao PT publicada no DSF de 17/05/2002

REUNIÕES:

SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604

FAX: 311-3121

E-MAIL: julioric@senado.gov.br

SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

ATUALIZADA EM: 22/05/2002

4.3) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO (BANCADA DO LIVRO)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

COMPOSIÇÃO: 7 TITULARES E 7 SUPLENTES

TITULARES

SUPLENTES

PMDB			
JOSÉ SARNEY MARLUCE PINTO	AP-3429/31 RR-1101/1201	1-GERSON CAMATA 2-MAURO MIRANDA	ES-3203/04 GO-2091/92
PFL			
ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR FRANCELINO PEREIRA	BA-2191/96 MG-2414/17	1-WALDECK ORNÉLAS 2-MARIA DO CARMO ALVES	BA-2211/17 SE-4055/57
BLOCO (PSDB/PPB)			
RICARDO SANTOS LÚCIO ALCÂNTARA	ES-2022/24 CE-2303/08	1-FREITAS NETO 2-TEOTÔNIO VILELA FILHO	PI-2131/37 AL-4093/95
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PPS)			
EMÍLIA FERNANDES - PT	RS-2331/37	1-ROBERTO SATURNINO – PT	RJ-4229/30
PDT			

REUNIÃO: ^a FEIRA ÀS HORAS

SALA Nº 15 - ALA SEM. ALEXANDRE COSTA

SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604/2006

ATUALIZADA EM: 16/05/02

FAX: 311-3121/ 1319

E-MAIL: julioric@senado.gov.br

4.4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

PRESIDENTE: GERALDO ALTHOFF

VICE-PRESIDENTE: LUIZ OTÁVIO

COMPOSIÇÃO: 7 TITULARES E 7 SUPLENTES

TITULARES

SUPLENTES

PMDB			
VALMIR AMARAL	DF-1962	1-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
MAGUITO VILELA	GO-1440/1132	2-AMIR LANDO	RO-3130/32
PFL			
GERALDO ALTHOFF	SC-2041/47	1-ROMEU TUMA	SP-2051/57
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2072/73	2-LINDBERG CURY	DF-4070/71
BLOCO (PSDB/PPB)			
BENÍCIO SAMPAIO	PI-3085/87	1- CHICO SARTORI	RO-
LUIZ OTÁVIO (PPB)	PA-3050/4393	2-(VAGO)	
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PPS)			
		1-GERALDO CÂNDIDO – PT	RJ-2171/77
		PDT	
ÁLVARO DIAS	PR-4059/60		

REUNIÃO: 1ª FEIRA ÀS HORAS

SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604/2006

FAX: 311-3121/ 1319

E-MAIL: julioric@senado.gov.br

SALA Nº 15 - ALA SEM. ALEXANDRE COSTA

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

ATUALIZADA EM: 22/05/2002

5) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL – CRE

Presidente: JEFFERSON PÉRES

Vice-Presidente: VAGO

(19 titulares e 19 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Gilberto Mestrinho	AM	3104/3106	1 – Mauro Miranda	GO	2091/2095
Iris Rezende	GO	2032/2039	2 – Francisco Escórcio	DF	3069/3072
João Alberto Souza	MA	4073/4074	3 – Pedro Simon	RS	3230/3232
José Sarney	AP	3429/3430	4 – Roberto Requião	PR	2401/2407
Sérgio Machado	CE	2281/2285	5 – Wellington Roberto (1)	PB	3194/3195
Valmir Amaral	DF	1964/1965	6 – Nabor Júnior	AC	1478/4619

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Francelino Pereira			1 – Jorge Bornhausen	SC	1123
Bernardo Cabral	AM	2081/2087	2 – Bello Parga (3)	MA	3069/3072
Romeu Tuma	SP	2051/2057	3 – Waldeck Ornelas	BA	2211/2215
José Agripíno	RN	2361/2367	4 – Geraldo Althoff	SC	2041/2047
Moreira Mendes	RO	2231/2237	5 – Paulo Souto	BA	3173/3175

BLOCO PSDB/PPB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Geraldo Melo	RN	2371/2377	Artur da Távola	RJ	2431/2432
Lúdio Coelho	MS	2381/2387	Teotônio Vilela Filho	AL	4093/4095
José Serra	SP	2351/2352	Freitas Neto	PI	2131/2137
Benício Sampaio	PI	3085/3086	Luiz Otávio	PA	1027/4393

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT,PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Geraldo Cândido	RJ	2117/2177	1 – Eduardo Suplicy	SP	1478/4619
Tião Viana	AC	3038/3493	2 – Emília Fernandes	RS	2331/2337

PDT

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Jefferson Peres	AM	2061/2067	1 – Álvaro Dias	PR	3206/3207

PSB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Roberto Saturnino (2)	RJ	4229/4230		PA	2101/2109

(1) Comunicação de filiação ao PTB publicada no DSF de 23/02/2002

(2) Comunicação de desligamento do PSB publicada no DSF de 07/03/2002, e de filiação ao PT publicada no DSF de 17/05/2002

(3) Licenciado por 121 dias, a partir de 02/04/2002

Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas

Secretário: Maria Lúcia Ferreira de Melo

Telefone da Secretaria: 311-3259/3496/4777

Sala nº 07 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3367

Fax: 311-3546

Atualizada em :09/10/2002

6) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA – CI
Presidente: ALBERTO SILVA
Vice-Presidente: LÚDIO COELHO
(23 titulares e 23 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Alberto Silva	PI	3055/3057	1 – Juvêncio da Fonseca	MS	3015/3016
Fernando Ribeiro	PA	2441/2447	2 – Iris Rezende	GO	2032/2039
Valmir Amaral	DF	1961/1066	3 – Gerson Camata	ES	3203/3204
Mauro Miranda	GO	1478/4619	4 – Ney Suassuna	PB	4345/4346
Nabor Júnior	AC	2401/2407	5 – Gilberto Mestrinho	AM	3104/3106
Roberto Requião	PR	1101/1201	6 – Wellington Roberto (2)	PB	3139/3141
Marluce Pinto	RR		7 – Maguito Vilela	GO	1132/1332

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Romeu Tuma	SP	2052/2053	1 – Jonas Pinheiro	MT	2271/2272
Paulo Souto	BA	3173/3175	2 – Antonio Carlos Júnior	BA	2191/2196
Leomar Quintanilha	TO	2071/2072	3 – Maria do Carmo Alves	SE	4055/4057
José Jorge	PE	1284/3245	4 – Geraldo Althoff	SC	2041/2047
Arlindo Porto (Cessão ao PTB)	MG	2321/2327	5 – Carlos Patrocínio (Cessão ao PTB)	TO	4058/4068
Lindberg Cury	DF	2011/2017	6 – Waldeck Ornelas	BA	2211/2215

BLOCO PSDB/PPB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Lúdio Coelho	MS	2381/2387	1 – Chico Sartori	RO	2251/2258
José Serra	SP	2351/2352	2 – Benício Sampaio	PI	3085/3086
Teotônio Vilela Filho	AL	4093/4095	3 – Luiz Pontes	CE	3242/3249
Luiz Otávio	PA	3050/3093	4 – Freitas Neto	PI	2131/2137
Eduardo Siqueira Campos	TO	4070//4071	5 – Romero Jucá	RR	2111/2119

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT,PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Geraldo Cândido (PT)	RJ	2117/2177	1 – Emília Fernandes (PT)	RS	2331/2337
Heloísa Helena (PT)	AL	3197/1508	2 – Tião Viana (PT)	AC	3038/3493
José Eduardo Dutra (PT)	SE	2391/2397			
Paulo Hartung (PSB) (1)	ES	1129/7020			

PDT

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
			1 – Sebastião Rocha	AP	2242/2243
			2 – Lauro Campos	DF	2341/2347

PSB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Ademir Andrade	PA	2101/2109	1 – Roberto Saturnino (3)	RJ	4229/4230

(1) Desfiliou-se do PPS, em 02.10.2001, filiando-se ao PSB em 05.10.2001

(2) Comunicação de filiação ao PTB publicada no DSF de 23/02/2002

(3) Comunicação de desligamento do PSB publicada no DSF de 07/03/2002 e de filiação ao PT publicada no DSF de 17/05/2002

Reuniões: Terças-feiras às 10:00 horas (Ata publicada no DSF, de 12.09.97, páginas 18655/6)

Reuniões: Terças-feiras às 14:00 horas (Regimento Interno) Sala nº 13 – Ala Senador Alexandre Costa

Secretário: Celso Parente

Telefone da Secretaria: 311-4354/4607/4354

Telefone da Sala de Reunião: 311-3292

Fax: 311-3286

Atualizada em : 09/10/2002

6.1) – COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ANALISAR ACIDENTES QUE ACARRETEM DANOS AO MEIO AMBIENTE.

PRESIDENTE: Senador Geraldo Cândido

RELATOR: Senador Valmir Amaral

COMPOSIÇÃO: (07 TITULARES E 07 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
PMDB			
Alberto Silva	PI – 3055/57	1- Iris Rezende	GO – 2032/39
Roberto Requião	PR – 2401/07	2- Valmir Amaral	DF – 1961/66
Gerson Camata	ES – 3203/04	3- Gilberto Mestrinho	AM – 3104/06
PFL			
Paulo Souto	BA – 3173/75	1- Mario do Carmo Alves	SE – 1306/4659
Jonas Pinheiro	MT – 2271/77	2 – VAGO	
BLOCO PSDB/PPB			
Teotonio Vilela Filho	AL – 4093/95	1- Luiz Otávio	PA – 3050/3093
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT/PPS)			
Geraldo Cândido	RJ – 2171/77	1- Roberto Saturnino	RJ – 4229/30
PDT			

REUNIÕES:

SECRETÁRIO: CELSO PARENTE

SALA Nº 13 – ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-4354/7284/4607

FAX: 311-3286 - TEL. SALA DE REUNIÃO: 311-3292

ATUALIZADA EM:

7) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CFC

Presidente: AMIR LANDO
Vice-Presidente: JONAS PINHEIRO
(17 titulares e 9 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Alberto Silva	PI	3055/3057	1 – Gilberto Mestrinho	AM	3104/3106
Ney Suassuna	PB	4345/4346	2 – Francisco Escórcio	DF	3069/3072
Juvêncio da Fonseca	MS	3015/3016	3 – Wellington Roberto (1)	PB	3139/3141
Fernando Ribeiro	PA	1049			
Valmir Amaral	DF	1961/1966			
Amir Lando	RO	3130/3132			

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Antonio Carlos Júnior	BA	2191/2196	1 – Bello Parga	MA	3069/3072
Geraldo Althoff	SC	2041/2047	2 – Francelino Pereira	MG	2411/2417
Moreira Mendes	RO	2231/2237			
Jonas Pinheiro	MT	2271/2272			

BLOCO PSDB/PPB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Eduardo Siqueira Campos	TO	4070/4071	1 – Freitas Neto	PI	2131/2137
Chico Sartori	RO	2251/2258	2 – Ricardo Santos	ES	2022/2024
Romero Jucá	RR	2111/2117			

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT,PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Eduardo Suplicy	SP	1478/4619	1 - José Eduardo Dutra	SE	2391/2397
Heloísa Helena	AL	3197/3199			

PDT

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Jefferson Péres	AM	2061/2067			

PSB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
RJ	4229/4230	1 – Ademir Andrade		PA	2101/2109

(1) Comunicação de filiação ao PTB publicada no DSF de 23/02/2002

(2) Comunicação de desligamento do PSB publicada no DSF de 07/03/2002 e de filiação ao PT publicada no DSF de 17/05/2002

(3) Licenciado por 121 dias, a partir de 02/04/2002.

Reuniões: Quartas-feiras às 18:00 horas (*)

Secretário: José Francisco B. Carvalho

Telefone da Secretaria: 311-3935/3519

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.

Atualizada em : 09/10/2002

Sala nº 06 – Ala Senador Nilo Coelho

Telefone da Sala de Reunião: 311-3254

Fax: 311-1060

7.1) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

SUBCOMISSÃO DESTINADA A ANALISAR O DESCUMPRIMENTO DE DECISÃO JUDICIAL PROFERIDA NO PROCESSO EM QUE FIGURAM COMO PARTES O BANCO DO NORDESTE DO BRASIL - BNB E A EMPRESA AGROINDUSTRIAL E REFLORESTADORA - S/A - ARISA.

**PRESIDENTE: SENADOR ALBERTO SILVA
VICE-PRESIDENTE: SENADOR MOREIRA MENDES
(05 TITULARES E 03 SUPLENTES)**

TITULARES

SUPLENTES

PMDB

ALBERTO SILVA	PI-3055/57	1-WELLINGTON ROBERTO (3)	PB-3194/95
LUIZ OTÁVIO (2)	PA-3050/4393		

PFL

MOREIRA MENDES	RO-2231/37	1-FREITAS NETO (1)	PI-2131/37
-----------------------	-------------------	---------------------------	-------------------

BLOCO (PSDB/PPB)

VAGO (4)	1-RICARDO SANTOS	ES-
	2022/24	

BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PPS)

PDT

JEFFERSON PERES AM-2061/67

(1) Desfilou-se do PFL, filiando-se ao PSDB, sendo substituído na Comissão pelo Senador Jonas Pinheiro, em 10/10/2001, e designado membro suplente, pelo Bloco PSDB/PPB, em 17/10/2001.

(2) Filiou-se ao PPB.

(3) Substituído na Comissão pelo Senador Amir Lando, em 21/11/2001.

(4) Nos termos do Ato nº 1, de 2002, da Mesa do Senado Federal, que declarou a perda do mandato do Senador Fernando Matusalém, pela representação do Estado de Rondônia (Publicado no DSF, de 06/03/2002)

REUNIÕES:

**SECRETÁRIO: JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO
TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519
Fax 311-1060**

**ALA SENADOR NILO COELHO
SALA Nº 06 - telefone: 311-3254
Email: jcarvalho@sgmsleg.senado.gov.br
ATUALIZADA EM: 05/03/2002**

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
(Representação Brasileira)

PRESIDENTE DE HONRA: SENADOR JOSÉ SARNEY
--

Presidente: Senador Roberto Requião

Vice-Presidente: Deputado Ney Lopes

Secretário-Geral: Deputado Feu Rosa

Secretaria-Geral Adjunta: Senadora Emilia Fernandes

(18 Titulares e 18 Suplentes)

MEMBROS TITULARES					MEMBROS SUPLENTES				
SENADORES									
NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
PMDB									
ROBERTO REQUIÃO	PR	***09	311 2401	323 4198	1. PEDRO SIMON	RS	*** 03	311 3232	311 1018
CASILDO MALDANER	SC	###15	224-5884	323 4063	2. AMIR LANDO	RO	### 15	311 3130	323 3428
JOSÉ FOGAÇA	RS	*07	311 1207	223-6191	3. MARLUCE PINTO	RR	**8s	311 1301	225 7441
PFL									
JORGE BORNHAUSEN (1)	SC	** 04	311 4206	323 5470	1. WALDECK ORNELAS	BA	# 13	311 2211	323-4592
ADIR GENTIL	SC	### 05	311 2041	323 5099	2. JOSÉ JORGE	PE		311-1284	
Bloco (PSDB/PPB)									
ANTERO PAES DE BARROS	MT	#24	311 1348	321 9470	1. LUIZ OTÁVIO	PA	###	3111027	3114393
LÚDIO COELHO	MS		3112381	3112387	2. RICARDO SANTOS	ES	*13	311-2022	323-5625
PT/PPS (2)									
EMÍLIA FERNANDES	RS	##59	311-2331	323-5994	1.Jefferson Péres (PDT)	AM	###07	311-2061	323-3189
PTB									
ARLINDO PORTO	MG	·05	311-2324	323-2537	1. VAGO				

(1) Licenciado do exercício do mandato, a partir de 22/02/2002

(2) O PDT se desliga do Bloco de Oposição, conforme Ofício nº 27/2002, publicado no DSF, de 18/4/2002.

LEGENDA:		
* ALA SEN. AFONSO ARINOS	# ALA SEN. TEOTÔNIO VILELA	@ EDIFÍCIO PRINCIPAL
**ALA SEN. NILO COELHO	## ALA SEN. TANCREDO NEVES	@@ ALA SEM. RUY CARNEIRO
***ALA SEN. ALEXANDRE COSTA	### ALA SEN. FELINTO MÜLLER	@@ @ ALA SEN. DINARTE MARIZ

MEMBROS TITULARES					MEMBROS SUPLENTES				
DEPUTADOS									
NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
BLOCO PSDB/PTB									
MARISA SERRANO	MS	237	318-5237	318-2237	1. VICENTE CAROPRESO	SC	662	318-5662	3182662
FEU ROSA	ES	960	318-5960	318-2960	2. YEDA CRUSIUS	RS	956	318-5956	3182956
BLOCO PFL/PST									
NEY LOPES	RN	326	318-5326	318-2326	1. LUCIANO PIZZATTO	PR	541	318-5541	3182541
PAULO GOUVÉA	SC	755	318-5755	318-2755	2. RONALDO CAIADO	GO	227	318-5227	3182227
PMDB									
CONFÚCIO MOURA	RO	*573	318-5573	318-2573	1. EDINHO BEZ	SC	703	318-5703	3182703
DARCÍSIO PERONDI	RS	518	318-5518	318-2518	2. OSMAR SERRAGLIO	PR	845	318-5845	3182845
PT									
PAULO DELGADO	MG	*268	318-5268	318-2268	1. Dr. ROSINHA	PR			
PPB									
JARBAS LIMA	RS	621	318-5621	318-2621	1.CELSO RUSSOMANNO	SP	756	318-5756	3182756
BLOCO PSB/PcdoB									
EZÍDIO PINHEIRO	RS	744	318-5744	318-2744	1.INÁCIO ARRUDA	CE	*582	318-5582	3182582

LEGENDA:

* Gabinetes localizados no Anexo III

Gabinetes localizados no Anexo II

SECRETARIA DA COMISSÃO:

ENDEREÇO: CÂMARA DOS DEPUTADOS - ANEXO II - SALA T/24 - BRASÍLIA - DF – 70160-900

FONE: (55) (061) 318 7436 - 318 7186 - 318 8232 - 318 7433 - FAX: (55) (061) 318 2154

www.camara.gov.br/mercosul

e_mail - cpcm@camara.gov.br

SECRETÁRIO: ANTONIO FERREIRA COSTA FILHO

ASSESSORIA TÉCNICA: Dra. MARIA CLÁUDIA DRUMMOND, Dr. FRANCISCO EUGÉNIO ARCANJO

Atualizada em 29/05/2002

PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 31,00
Porte de Correio	R\$ 96,00
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 127,60
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 62,00
Porte de Correio	R\$ 193,20
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 255,20
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

**ug = 030002
gestão = 02902**

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho, Ordem de Pagamento pelo Banco do Brasil, Agência 3602-1, conta nº 170500-8, ou recibo de depósito via FAX (0xx61) 224-5450, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos identificadores abaixo discriminados:

**02000202902001-3 – Subsecretaria de Edições Técnicas
02000202902002-1 – Assinaturas de Diários
02000202902003-X – Venda de Editais
02000202902004-8 – Orçamento/Cobrança
02000202902005-6 – Venda de Aparas de Papel
02000202902006-4 – Alienação de Bens (leilão)
02000202902007-2 – Secretaria Especial de Editoração e Publicações**

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº - BRASÍLIA - DF - CEP 70165-900
CGC 00.530.279/0005-49**

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN

Maiores informações pelos telefones (0xx61) 311-3812 e (0xx61) 311-3803. Serviço de Administração Econômica-Financeira/Controle de Assinaturas, com José Leite, Ivanir Duarte Mourão ou Solange Viana Cavalcante.



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

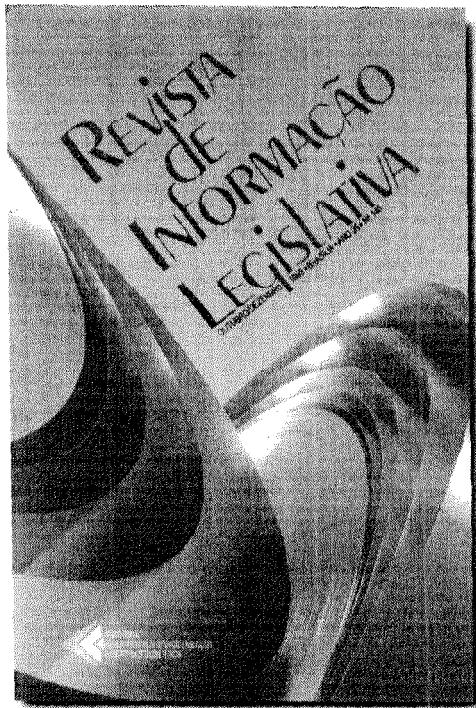
Revista de Informação Legislativa

Publicação periódica, com circulação trimestral, atualmente em sua 141^a edição. Divulga trabalhos elaborados pela Subsecretaria de Edições Técnicas, além de artigos de colaboração. Os trabalhos reportam-se a assuntos da área do direito e ciências afins, de interesse dos temas em debate no Congresso Nacional ou que se relacionem ao Poder Legislativo. Cada edição comprehende, em média, trinta artigos inéditos.

Exemplar avulso: R\$ 10,00

Edições anteriores: R\$ 10,00

Assinatura anual (4 edições): R\$ 40,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

**Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF**

Nome:			
Endereço:			
Cidade:	CEP:	UF:	
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



EDIÇÃO DE HOJE: 96 PÁGINAS